

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais

**LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES
ECONÔMICO-SOCIAIS DA POPULAÇÃO
PORTADORA DE DEFICIÊNCIA NO
MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA – MG**

RELATÓRIO DE PESQUISA

Uberlândia, fevereiro de 2005

SUMÁRIO

Instituições Envolvidas.....	2
Equipe Técnica.....	3
Alunos Participantes da Pesquisa.....	4
Instituições que Apoiaram a Pesquisa.....	5
I - INTRODUÇÃO.....	6
II - NOTAS METODOLÓGICAS.....	7
III - RESULTADOS DA PESQUISA.....	17
1 - Informações Gerais sobre os Domicílios e os Portadores de Deficiência Pesquisados.....	18
2 - Aspectos Demográficos dos Portadores de Deficiência.....	26
3 - Escolaridade dos Portadores de Deficiência.....	37
4 - Informações sobre a Deficiência.....	47
5 - Condições de Ocupação e Renda dos Portadores de Deficiência.....	68
IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
V - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
VI - ANEXO: Instrumento de Coleta.....	97

Instituições Envolvidas

Contratantes:

Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência – COMPOD

Presidente: Idari Alves da Silva

Vice-Presidente: Edson Luis Lucas de Queiroz

Ministério Público do Trabalho – Procuradoria Regional do Trabalho

3ª Região – MG

Procuradores: Dr. Luis Paulo Villafâne Gomes Santos e Dr. Fábio Lopes Fernandes

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC

Diretor de Talentos Humanos: Sr. Paulo Salvador Júnior

Realização:

Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Arquimedes Diógenes Cilone

Reitor

Instituto de Economia

Prof. José Rubens Damas Garlipp

Diretor

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-Sociais

Economista Luiz Bertolucci Júnior

Coordenador

Contratada:

Fundação de Apoio Universitário

Prof. Carlos Roberto Ribeiro

Diretor Executivo

Equipe Técnica

Coordenadora e Relatora:

Marlene Marins de Camargos Borges - Mestre em Desenvolvimento Econômico/ IEUFU e Economista do CEPES/IEUFU.

Sub-Coordenadora e Relatora:

Ester William Ferreira - Mestre em Desenvolvimento Econômico/ IEUFU, Economista e Gerente de Extensão do CEPES/ IEUFU.

Supervisores e Relatores:

Ana Alice B. P. D. Garlipp - Mestre em Desenvolvimento Econômico/ IEUFU e Economista do CEPES/ IEUFU.

André Luiz Teles Rodrigues - Mestre em Planejamento Regional/ UFRN e Economista do CEPES / IEUFU.

Durval Perin - Economista do CEPES/ IEUFU.

Luiz Bertolucci Júnior - Mestre em Demografia/ Cedeplar/ UFMG, Economista e Coordenador do CEPES / IEUFU.

Apoio Interno:

Álvaro Fonseca e Silva Júnior - Economista do CEPES / IEUFU.

Apoio Externo:

Celeste Maria Marques de Santana – Socióloga, Representante do COMPOD nesta pesquisa e responsável pela checagem e acompanhamento do trabalho de campo.

Darcilene Cláudio Gomes - Doutoranda em Economia Aplicada na área de Economia Social e do Trabalho/ UNICAMP. Responsável pelo estudo das condições de pobreza dos portadores de deficiência constante da seção 5 deste relatório.

Alunos Participantes da Pesquisa

Estagiários:

Felipe Rezende Sales Barbosa
Ludimila Macedo de Araújo
Marcelo Ferreira Costa
Ricardo Brito do Nascimento
Vicente de Paula Carvalho Rosa Jr.

Pesquisadores de Campo:

Adriano Lino Mendonça
Alessandra Rodrigues Freitas
Alfredo Arantes Guimarães
Andréia Farina de Faria
Angélica Maria da Silva
Bruna Rezende Pinto
Carlos Fernando Teixeira da Costa
Cássia Nunes Caixeta
Caterine Melo Duffles Teixeira
Cibele Taufer da Silva
Cláudio Barbosa de Sousa
Clayton Caixeta Alves
Daniela Roberta Curcino
Elessandra Pereira da Silva
Elton Alberto de Campos
Emmanuelle Palhares Santana
Érico Rodrigo Brasileiro
Fabíola Silva Ramos
Fernando da Silva Gomes
Flávio Ferreira de Andrade
Galenó Ribeiro de Moura
Gustavo Andrade da Fonseca

Henrique Araújo Pacheco
José Pedro B. Soares
Joubert Borges de Almeida Júnior
Júlia Cristina Silva
Kelly Silva Mascarenhas
Lara Carolina Costa
Larissa Sarmento Macedo
Lívia Guilardi
Lucas Caixeta de Melgaco Faria
Maria Antônia Rodrigues Campos
Paula Xavier Naves
Quedma Muniz Paniago
Rachel Pereira Rabelo
Rafael de Castro Ferreira
Raquel Firme da Fonseca
Régis Borges de Oliveira
Renata Vittorazze Schrodens
Ricardo Curotto Prado
Thales Carvalho Lopes
Thays Cabral Alvares
Víctor Thiago Ribeiro Silvaíno
Waldir Moreira Alcântara

Instituições que Apoiaram a Pesquisa

ASSOCIAÇÕES:

AADL – Associação de Apoio ao Deficiente do Liberdade
ACAPED – Associação Comunitária de Apoio a Pessoa Deficiente
ADEVITRIM – Associação de Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro
ADEVIUD – Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia
AFADA – Associação Filantrópica de Assistência ao Deficiente Auditivo
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APARU – Associação dos Paraplégicos de Uberlândia
ASUL – Associação de Surdos de Uberlândia
CEEU – Centro Estadual de Educação Especial
FUNDAÇÃO PRÓ-LUZ
INSTITUTO INTEGRAR

ORGÃOS PÚBLICOS:

Escola Estadual Novo Horizonte
Escola Municipal Joel Cupertino
Escola Municipal Leônicio do Carmo Chaves
Escola Municipal Sérgio de Oliveira
Escola Municipal Mário Godoy Castanho
Escola Municipal Odilon Custódio Pereira
Escola Municipal Olga Del Fávero (Caíque Laranjeiras)
Escola Municipal Ilda Leão Carneiro
Escola Municipal Afrânio Rodrigues da Cunha
Escola Municipal Gláucia Santos Monteiro
Escola Municipal Cecy Cardoso Porfírio
Escola Municipal Luis Rocha e Silva
Escola Municipal Ladário Teixeira
Prefeitura Municipal de Uberlândia - Secretaria de Trânsito e Transporte de Uberlândia
Prefeitura Municipal de Uberlândia - Secretaria de Planejamento Urbano/ Sessão de Acessibilidade
Prefeitura Municipal de Uberlândia – Secretaria Municipal de Educação/ Divisão de Educação Especial
Prefeitura Municipal de Uberlândia – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social/ Divisão de Atendimento a Pessoa com Deficiência
Universidade Federal de Uberlândia - Programa de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência
Universidade Federal de Uberlândia - Setor de Matrícula

OUTROS ÓRGÃOS:

Copiadora Copy Center
Correio de Uberlândia
TV Integração
TV Universitária

I - INTRODUÇÃO

A pesquisa “Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia – MG (FASE I)”¹ foi proposta ao CEPES/IEUFU pelo Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (COMPOD), pelo Ministério Público do Trabalho/ Procuradoria Regional do Trabalho 3^a Região – MG, pelo Ministério do trabalho e Emprego/ Subdelegacia Regional de Uberlândia – MG e pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - Uberlândia -MG.

Os proponentes desejavam, a partir de uma pesquisa de campo, construir uma ampla base de dados com informações econômico-sociais da população portadora de deficiência no município, a fim de possibilitar políticas públicas de inserção desta população no mercado de trabalho. Sua realização foi possível principalmente pelo apoio das associações, instituições e escolas locais que atendem o portador de deficiência, do Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência (COMPOD), do Ministério Público do Trabalho/ Procuradoria Regional do Trabalho 3^a Região – MG e também da imprensa local que contribuiu na divulgação da pesquisa.

O decreto nº 3.298/1999, que regulamenta a lei nº 7.853/1989, determina que vagas no mercado de trabalho formal sejam disponibilizadas pelas empresas para os portadores de deficiência. O não cumprimento da lei tem sido justificado pelo fato de não se ter informações cadastrais sobre as pessoas com deficiência disponíveis ou com potencial para ocupar tais vagas.

Atualmente, apesar das recentes pesquisas censitárias realizadas pelo IBGE (Censo Demográfico de 2000) e pelo CEPES/IEUFU (Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia/ 2001) faz-se necessário construir nova base de informações onde se possa, além de quantificar, identificar e localizar as pessoas portadoras de deficiência no município de Uberlândia, com certo grau de detalhamento qualitativo da informação, possibilitando

¹ Considerando os recursos orçados, esta fase da pesquisa foi denominada FASE I, tendo como meta a construção de uma base de dados centrada em localizar cinco mil portadores de deficiência, com idades para o trabalho, mesmo sabendo que a população portadora de deficiência era bem maior.

melhor conhecer a população com deficiência em idade ativa que possa ser preparada para o mercado de trabalho formal.

Nesse sentido, acredita-se que os resultados da pesquisa subsidiarão projetos de capacitação e de inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho, permitindo o cumprimento da lei e um acesso mais amplo dele na sociedade.

II - NOTAS METODOLÓGICAS

A construção da base de informações nesta Fase I do “Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência no Município de Uberlândia – MG”, aconteceu a partir de pesquisa junto aos portadores de deficiência, tendo como referência o cadastro fornecido pelas Associações/Instituições que atualmente desenvolvem atividades e prestam apoio e orientação a esta população, o cadastro de gratuidade e do serviço “porta a porta” das pessoas portadoras de deficiência fornecido pela Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes - SETTRAN, a base de dados sobre portador de deficiência da pesquisa “Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia” (2001), o cadastro fornecido pelas escolas municipais vinculadas ao Ensino Especial e também o cadastro de ligações telefônicas recebidas pelo telefone 3217-4900².

Mesmo sabendo que a cidade de Uberlândia já contava com aproximadamente 63 mil³ portadores de deficiência em 2000, optou-se por fazer uma pesquisa direcionada a aproximadamente 10% desta população, buscando-se recursos orçados para esta primeira fase com o propósito de localizar 5000 portadores de deficiência. Para tanto, utilizando-se dos cadastros citados acima, foi elaborado um roteiro de visitas constando o nome e o endereço do portador de deficiência e, buscando facilitar o trabalho de campo, os mesmos

² Esta linha telefônica foi disponibilizada pela empresa CTBC para atender exclusivamente a pesquisa. Ou seja, através de divulgação da pesquisa pela imprensa em geral, citando-se o telefone disponível, foi possível entrevistar portadores de deficiência que não constavam dos cadastros citados e atualizar endereços daqueles já cadastrados.

³ Informação obtida através do Censo Demográfico de 2000. De acordo com este censo o Brasil contava, em 2000, com 24,5 milhões de pessoas com deficiência, número que corresponde a 14,5% da população brasileira. Considerando o Estado de Minas Gerais, o percentual é de 14,90%, o que corresponde a 2,66 milhões da população mineira. Em Uberlândia, o censo indica que a cidade contava com 12,64% da população (501.214 habitantes em 2000) com deficiência, o que corresponde a aproximadamente 63 mil pessoas.

foram entrevistados em sua residência, na escola ou na associação que freqüentavam. Nesses locais foi preenchido um *Questionário Simplificado*, constando informações do domicílio do portador de deficiência, e um *Questionário Completo* para cada portador de deficiência com idade compreendida na faixa de 13 a 60 anos, entendida, aqui, como faixa de idade que favorece a absorção do portador de deficiência no mercado de trabalho formal.

O questionário utilizado como instrumento de coleta de informações, adotado na presente pesquisa, foi dividido em seis seções, do qual constam: 1) Controle da Pesquisa, 2) Informações Gerais, 3) Identificação, Origem, Estado Civil, Raça/ Cor e Instituição do Portador de Deficiência, 4) Escolaridade do Portador de Deficiência, 5) Informações sobre a Deficiência e 6) Situação de Trabalho do Portador de Deficiência (ver anexo). A ênfase foi dada nas informações curriculares do entrevistado, visando identificar pessoas com potencial de inserção imediata nas vagas disponíveis no mercado de trabalho e, também, identificar outras pessoas portadoras de deficiência que necessitavam de formação básica e capacitação profissional para futura inserção neste mercado.

No preenchimento do questionário, o entrevistado (ou informante) preferencial foi o portador de deficiência, mas ocorreram casos em que o entrevistado foi outro membro do grupo domiciliar que forneceu, com clareza, todas as informações necessárias ao preenchimento do questionário.

A unidade estatística da pesquisa foi constituída pelo domicílio, pelas associações e pelas instituições de apoio à pessoa com deficiência. Como por meio do cadastro era possível identificar nominalmente cada pessoa com deficiência, a tentativa foi localizá-la no seu endereço ou nas associações. Dessa forma, foi preenchido um questionário completo para cada pessoa que estivesse na faixa etária de 13 a 60 anos e um questionário simplificado para o restante.

A pesquisa também contemplou os portadores de deficiência que não constavam do cadastro original e que, no momento da pesquisa de campo, foram localizados nos endereços pesquisados ou através do próprio portador de deficiência pesquisado que, no momento da entrevista, informava conhecer alguma outra pessoa com deficiência próxima a sua residência.

Os endereços selecionados, a partir dos cadastros, foram percorridos pela equipe de campo, seguindo um trajeto pré-estabelecido pela equipe interna de trabalho. O supervisor orientou o trabalho da equipe com auxílio do mapa da área urbana do município. Entre as atribuições do supervisor, destacou-se aquela de controlar e verificar a qualidade do preenchimento dos questionários em campo. Além desse controle, contou-se com um trabalho de checagem de questionários por meio de amostra aleatória em alguns domicílios, a fim de verificar o trabalho dos entrevistadores.

A equipe técnica de pesquisa foi composta por economistas do CEPES/IEUFU, um membro do COMPOD e de estagiários e pesquisadores de campo recrutados entre a população acadêmica (discentes de áreas afins ao curso de Economia da UFU).

Os estagiários e pesquisadores de campo selecionados passaram por um período de treinamento (27 e 28 de outubro de 2004) e aplicação de questionário pré-teste. Aspectos sobre a abordagem dos entrevistados foram indicados, conforme orientações do COMPOD, tais como: a conveniência de manter discrição e não entrar em discussões, evitando-se apontar frontalmente eventual erro de informação; a importância de se identificar e esclarecer sobre o objetivo e a importância da pesquisa; e a garantia de total sigilo sobre as informações prestadas.

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas, sendo a primeira no período de 6 de novembro a 17 de dezembro de 2004, e a segunda etapa do dia 19 de dezembro a 21 de janeiro de 2005, períodos suficientes para que os quarenta e quatro entrevistadores pudessem visitar os endereços selecionados, bem como realizar os retornos àqueles domicílios em que, por ocasião da primeira visita, não foi possível o portador de deficiência responder o questionário proposto.

A elaboração do roteiro de visitas foi feita através do cruzamento de informações dos cadastros e listagens disponíveis, considerando o corte etário de 13 a 60 anos e a existência de endereço completo, o que indicou inicialmente a presença de 9918 portadores de deficiência no município de Uberlândia que poderiam ser localizados por endereço e/ou via Instituições. Após essa identificação, seguiu-se que:

1º - Durante os trabalhos de campo, nesta FASE I, foram visitados 7006 portadores de deficiência, dos quais 3574 responderam o questionário completo e 257 responderam o questionário simplificado. Entende-se por *questionário completo* o preenchimento de todos os itens do questionário, o que possibilitou traçar o perfil das pessoas com deficiência que se enquadram na faixa etária de 13 a 60 anos. Por *questionário simplificado* entende-se o preenchimento apenas das seções 1 e 2 do questionário, o que permite obter informações gerais e identificação dos portadores de deficiência nos endereços visitados, independente do corte etário (Tabela 1).

Tabela 1

Número de Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD)
segundo situação na pesquisa de campo - FASE I.

Situação	Número de PPDs
1 - PPD Visitados na FASE I	7006
Responderam o Questionário Completo	3574
Responderam o Questionário Simplificado	257
Mudaram de endereço	917
Não encontrados/ endereço errado	1122
Ausentes e Retornos realizados s/ sucesso	970
Recusa	86
Faleceram	80
2 - PPD Não Visitados na FASE I	2912
3 - Total PPD no cadastro (1+2)	9918

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU - Uberlândia – MG, 2004.

2º - Do total de portadores de deficiência visitados, 917 haviam mudado de endereço e, no momento da visita, o pesquisador de campo não conseguiu obter informações do novo endereço, inviabilizando a realização da entrevista. Nesse total não estão incluídos aqueles que foram visitados em seu novo endereço, localizados através de informações obtidas via telefone da pesquisa ou informações da própria vizinhança do antigo endereço da PPD.

3º - Ao longo do trabalho de campo, 1122 portadores de deficiência não foram encontrados no endereço constante no cadastro e não foi possível obter informação através da vizinhança do endereço visitado, se naquela residência, efetivamente, havia residido aquele portador de deficiência.

4º - Nas visitas realizadas, 970 portadores de deficiência estavam ausentes e, mesmo realizados vários retornos pelos entrevistadores, não foi possível obter as informações necessárias para o preenchimento do questionário.

5º - Foram encontrados apenas 86 portadores de deficiência que se recusaram a responder o questionário ao entrevistador, alegando diversos motivos.

6º - Do total de portadores de deficiência visitados, 80 constavam do cadastro e já haviam falecido.

7º - Por último, do total de pessoas com deficiência constantes do cadastro apenas 2912 não foram visitados nesta FASE I da pesquisa, o que correspondeu a 29,36%. Ou seja, embora os recursos orçados fossem para localizar 5000 portadores de deficiência, os dados constantes na Tabela 1 mostram que foram visitadas 7006 pessoas, aproximadamente 42,38% a mais do que o estipulado inicialmente.

Como os recursos da FASE I da pesquisa LIESPPDeficiência permitiram investigar 7006 portadores de deficiência, o que representa apenas 11,06% da população portadora de deficiência (63349), segundo Censo Demográfico de 2000, acredita-se ser necessária uma etapa seguinte, denominada FASE II, visando ampliar o cadastro que ora será disponibilizado ao COMPOD, com informações detalhadas. Inclui ainda no rol das pessoas a serem pesquisadas os jovens e as crianças, futura população que pressionará a sociedade por emprego e assistência especializada, seja em termos de educação, capacitação, saúde, transporte e outros recursos que garantam a acessibilidade e a vida digna de cidadão integrado à sociedade.

Com um cadastro ampliado, resultante das informações obtidas nas Fases I e II do *Levantamento de Informações Econômico-Sociais da População Portadora de Deficiência em Uberlândia*, os órgãos públicos, instituições especializadas e empresas, importantes agentes de desenvolvimento local, poderão planejar de maneira eficiente e desenvolver políticas eficazes para a inserção do portador de deficiência no mercado de trabalho, já em idade para tal, bem como antecipar-se a pressões futuras da população infanto-juvenil.

Conforme dados disponibilizados na Tabela 2, a implementação da FASE II da pesquisa poderá contar, inicialmente, com um número de aproximadamente 11321

portadores de deficiência a serem localizados, podendo este número ser significativamente aumentado com um trabalho intenso de divulgação da pesquisa, para estimular o portador de deficiência a atualizar o seu endereço junto ao órgão responsável pela pesquisa, bem como informar sobre crianças e jovens portadores de deficiência, quase sempre subenumerados em tais levantamentos.

Tabela 2

Número de Pessoas Portadoras de Deficiência (PPD) segundo situação na pesquisa de campo - FASE II.

Situação	Número de PPD
1 - Possíveis PPD a serem Visitados na FASE II	
Mudaram de Endereço	917
Não Encontrados/ Endereço Errado	1122
Ausentes e Retornos Realizados s/ Sucesso	970
PPD Não Visitados na FASE I	2912
PPD menores de 16 anos(Censo 2000)	5400
2 - Total	11321

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia – MG, 2004.

De maneira geral, os conceitos utilizados nesse levantamento são aqueles utilizados nas freqüentes pesquisas de caráter censitário realizadas no País, o que garante certa comparabilidade entre os resultados desta pesquisa com outras de método semelhante realizadas no município.

Certamente os resultados apresentados a seguir, gerados pela Fase I do LIESPPDeficiência, possibilitarão melhor conhecimento de parte da população portadora de deficiência residente no município de Uberlândia, permitindo melhor decisão pelos agentes públicos quanto às políticas necessárias à garantia de inserção desta população no mercado de trabalho e na busca de cidadania. Além disso, os dados apresentados sugerem a necessidade de ampliar a pesquisa para o restante da população portadora de deficiência, o que permitirá uma base de dados cadastral ampla desta população, trabalho que será inédito no País, possibilitando produções e ações diversificadas pelos diversos profissionais envolvidos no setor de estudo, pesquisa e assistência ao portador de deficiência.

Cabe ressaltar que todas as informações geradas, a partir dessa pesquisa, serão de caráter confidencial. Ou seja, somente o COMPOD terá acesso ao cadastro com identificação dos portadores de deficiência. Os demais órgãos e instituições terão acesso às informações sem identificação, utilizando-se delas para fins estatísticos, não sendo permitida a sua divulgação mais desagregada ou individualizada, de acordo com a legislação do País.

Alguns conceitos e siglas utilizados

No que se refere às informações sobre deficiência, foram utilizadas as seguintes definições⁴:

Deficiência: Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. Inclui também amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida.

Deficiência auditiva: perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis.

Deficiência visual: acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20°, ou ainda ocorrência simultânea de ambas as situações.

Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.

⁴ A construção dessas definições baseou-se no Decreto 3298/99. Em dezembro de 2004 , o Decreto 5296/04 atualiza os conceitos de deficiência tratados no decreto anterior.

Deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.

Deficiência Múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

Sobre os aparelhos de reabilitação, apenas dois exigiram definições precisas:

Próteses: são aparelhos e/ou equipamentos usados para substituir partes do corpo humano como, por exemplo, pernas mecânicas, braços mecânicos, etc.

Órteses: são aparelhos e/ou equipamentos usados para sustentar ou corrigir alguma parte do corpo humano como, por exemplo, palmilhas ortopédicas, coletes, tutores, talas, etc.

No que se refere aos benefícios, escolaridade e informações a respeito de trabalho, seguem as definições:

Benefício de Prestação Continuada - BPC: esse benefício é garantido na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Decreto Federal 3298/99, por meio do qual o governo federal, através da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, garante um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência que não tenha condições de se manter ou ter sua manutenção garantida pela família e que a renda *per capita* da família seja inferior a ¼ do salário mínimo.

Escolaridade: refere-se ao nível de escolaridade que a pessoa tem, ainda que não esteja estudando na data da pesquisa. Ex: 1º Grau incompleto/ Fundamental, 2º Grau completo/ Médio, Superior, etc.

Curso Técnico ou Profissionalizante: refere-se ao curso que habilita o aluno para um exercício imediato da profissão. Esse tipo de curso é oferecido aos estudantes que concluíram ou estão concluindo o ensino médio (antigo colegial), sendo geralmente realizado em instituições como o SENAI, por exemplo.

Profissão: considerou-se a profissão declarada pelo informante. Exemplos: pedreiro, padeiro, dentista, professora etc. Estudante e dona de casa não são consideradas profissões para efeito dessa pesquisa.

Ocupação Principal: Entende-se como *ocupação principal* a atividade que exija maior número de horas trabalhadas e que seja remunerada. Em caso de o informante ter mais de

uma ocupação com o mesmo número de horas, especificar aquela de maior rendimento. Estudante e dona de casa não são consideradas ocupações para efeito dessa pesquisa.

Empregado c/ Carteira: refere-se à pessoa assalariada com registro em carteira, com a duração do contrato sem um término estabelecido.

Empregado s/ Carteira: pessoa assalariada sem registro em carteira com a duração do contrato sem um término estabelecido.

Empregador: pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento com pelo menos um empregado.

Conta Própria/Autônomo: pessoa que trabalha explorando seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio(s), sem empregados.

Conta Própria/Ambulante: pessoa que trabalha explorando seu próprio negócio em locais diversos (não fixos). Exemplo: vendedor em semáforo, em ruas, etc.

Funcionário Público: pessoa empregada em área do setor público, seja ela federal, estadual ou municipal, tanto da administração direta como indireta, inclusive militares.

Temporário c/ Contrato: aquele que possui contrato de trabalho com término especificado, possuindo carteira de trabalho assinada.

Temporário s/ Contrato: aquele que possui contrato de trabalho com término especificado, sem que haja o registro em carteira.

Eventual(“bico”): pessoa que trabalha em atividades ocasionais remuneradas e sem caráter de continuidade e previsibilidade.

Quanto a algumas siglas utilizadas no questionário e neste relatório, segue o significado das mesmas:

Instituições:

AACD - Centro de Reabilitação AACD - Minas Gerais.

AADL - Associação de Apoio ao Deficiente do Liberdade.

ACAPED - Associação Comunitária de Apoio à Pessoa Deficiente.

ADEVITRIM - Associação de Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro.

ADEVIUD - Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia.

AFADA - Associação Filantrópica de Assistência ao Deficiente Auditivo.

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

APARU - Associação dos Paraplégicos de Uberlândia.

ASUL - Associação de Surdos de Uberlândia.

CERTO - Centro Evangélico de Reabilitação e Trabalho Orientado.

FUNDAÇÃO PRÓ-LUZ - Trabalha com deficientes visuais.

CEEU - Centro Estadual de Educação Especial.

NÚCLEO SERVOS MARIA DE NAZARÉ - Trabalha com deficientes mentais.

INSTITUTO INTEGRAR - Trabalha com deficientes físicos, auditivos e visuais.

ESCOLA ESTADUAL NOVO HORIZONTE - Trabalha com deficientes mentais.

Outras siglas:

PPD - Pessoas portadoras de deficiência

PPDs - Pessoas portadoras de deficiência pesquisadas

Considerando o exposto acima, a parte seguinte do relatório se dedicará a apresentar os resultados da pesquisa, seguindo os temas do questionário utilizado na pesquisa de campo (ver anexo), portanto, dividido em cinco secções: 1) Informações Gerais sobre os Domicílios e as Pessoas Portadoras de Deficiência Pesquisadas, 2) Aspectos Demográficos dos Portadores de Deficiência, 3) Escolaridade dos Portadores de Deficiência, 4) Informações sobre a Deficiência, 5) Condições de Ocupação e Renda dos Portadores de Deficiência e, finalmente, 6) as Considerações Finais.

III - RESULTADOS DA PESQUISA

1 - Informações Gerais sobre os Domicílios e os Portadores de Deficiência Pesquisados

Nesta seção, apresentar-se-ão informações que tratam de algumas características dos domicílios pesquisados e das pessoas moradoras neles, com destaque para aquelas portadoras de deficiência. Vale lembrar que nesta seção considera-se todos os pesquisados, ou seja, aqueles que responderam o Questionário Completo, informações que serão apresentadas nas seções seguintes, e aquelas pessoas portadoras de deficiência que, por algum motivo, responderam somente o Questionário Simplificado, que contempla informações apenas para esta seção.

As informações atinentes a endereço não serão consideradas, por possibilitarem a identificação, sendo que apenas a resposta para a questão *Bairro* será sistematizada a fim de permitir certo mapeamento, ou distribuição espacial, dos pesquisados pelo setor urbano do município de Uberlândia. Nesse aspecto, é relevante destacar que possíveis PPD (pessoas portadoras de deficiência) residentes no setor rural não foram pesquisadas, o que certamente destacaria necessidades específicas desta população distante dos recursos que a cidade oferece.

A pesquisa mostrou que a maior parte das pessoas portadoras de deficiência pesquisadas (PPDs) declararam possuir deficiências físicas (44,15%), em sua maioria, com idades acima de 30 anos e homens. Somente os grupos decenais de 50 a 59 anos e de 70 anos e mais apresentam maior proporção de mulheres com deficiência física que os homens pesquisados (Tabela 1.1).

O pequeno contingente de pessoas com até 10 anos de idade ou com 70 anos e mais justifica-se no escopo da pesquisa, que buscou localizar PPD em idade ativa (conforme conceito desenvolvido em pesquisas voltadas ao Mercado de Trabalho), ou seja, pessoas portadoras de deficiência com idades entre 15 e 60 anos, aproximadamente.

Pessoas portadoras de deficiência mental representaram 22,48% do total de PPDs, em sua maioria homens com idades entre 10 e 30 anos. As PPDs com dificuldades visuais somam-se, aproximadamente, 13% do total – 496 pessoas, enquanto as PPDs auditiva representam 11%, 412 pessoas com dificuldades na fala e audição. Do total, 3831 PPDs,

próximo a 10%, são de pessoas que não identificaram claramente o tipo de deficiência que possuíam ou a pessoa responsável pelas informações sobre o portador de deficiência também não identificou o tipo de deficiência.

A Tabela 1.1 mostra que a distribuição quantitativa das PPDs apresenta certa proximidade quantitativa entre os grupos decenais compreendidos entre 10 e 59 anos, sendo que a maioria das PPDs se concentram em idades acima de 20 anos, idades favoráveis para maior dedicação à educação formal ou para investimentos em cursos de capacitação que garantam melhor inserção da PPD no mercado de trabalho formal. Nas seções seguintes, os tipos de deficiência serão detalhados considerando as múltiplas informações obtidas na aplicação do Questionário Completo.

Tabela 1.1

Pessoas Portadoras de Deficiência¹ segundo idade (por grupo decenal), sexo e tipos de deficiência declarada.

Idade (grupo decenal)	Sexo	Total geral		Tipos de deficiência declarada							
		Número	%	Auditiva		Física		Mental		Visual	
				Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Até 10 anos	Feminino	20	0,5	5	0,13	3	0,08	7	0,18	1	0,03
	Masculino	20	0,5	3	0,08	4	0,10	7	0,18	-	-
10 a 19 anos	Feminino	252	6,6	45	1,17	52	1,35	120	3,14	22	0,57
	Masculino	350	9,1	49	1,27	62	1,61	170	4,44	34	0,88
20 a 29 anos	Feminino	308	8,0	45	1,17	117	3,07	93	2,42	32	0,83
	Masculino	371	9,7	43	1,12	144	3,77	136	3,56	27	0,70
30 a 39 anos	Feminino	334	8,7	26	0,68	175	4,57	47	1,22	51	1,33
	Masculino	405	10,6	48	1,25	205	5,35	76	1,98	40	1,04
40 a 49 anos	Feminino	412	10,8	39	1,01	205	5,35	64	1,66	63	1,64
	Masculino	384	10,0	27	0,70	226	5,90	59	1,53	46	1,20
50 a 59 anos	Feminino	382	10,0	24	0,62	210	5,48	36	0,94	71	1,85
	Masculino	356	9,3	36	0,94	175	4,57	25	0,65	66	1,72
60 a 69 anos	Feminino	70	1,8	3	0,08	40	1,04	7	0,18	10	0,26
	Masculino	105	2,7	12	0,31	46	1,20	9	0,23	20	0,52
70 anos e mais	Feminino	39	1,0	7	0,18	17	0,44	3	0,08	9	0,23
	Masculino	23	0,6	2	0,05	10	0,26	3	0,08	6	0,16
Total	-	3.831	100,00	412	10,76	1.691	44,15	861	22,48	496	12,94
										370	9,67

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

¹Observação: Inclui todos os portadores de deficiência residentes nos domicílios pesquisados.

A situação de domicílio das PPDs pareceu bastante favorável, visto que 66,5% estavam residindo em casa própria, ainda que alguns, possivelmente, ainda estejam com débitos a pagar no sistema financeiro de habitação. Parte significativa das PPDs declararam estar morando em residências alugadas (13%), enquanto que 10,4% declararam que sua

residência foi cedida, o que poderia sugerir certa precariedade ou insegurança, quanto à moradia para as PPDs. Dos 3357 domicílios pesquisados, 98% são construções de alvenaria, conforme declararam as 3772 PPDs moradoras destas residências (Tabela 1.2). Apenas 1,54% das PPDs declararam que residem em domicílios erguidos em outro tipo de construção que não a alvenaria (madeira, barracos com lona, etc.).

O número médio de PPDs por domicílio, conforme registra a Tabela 1.2, ficou em 1,14, ou seja, a maior parte das residências pesquisadas conta somente com uma PPD. Essa média aumenta para 1,16 PPDs por domicílio quando considerada a residência cedida.

Tabela 1.2
Pessoas Portadoras de Deficiência segundo a situação do domicílio e o tipo de construção.

Situação da residência	PPDs em domicílio de Alvenaria		PPDs em domicílio de outro tipo de construção		Total de PPDs		Total de domicílios		Número de PPDs por domicílio
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Alugada	488	12,73	-	-	488	12,73	436	12,99	1,12
Cedida	401	10,47	13	0,34	414	10,81	357	10,63	1,16
Financiada	332	8,67	5	0,13	337	8,80	300	8,94	1,12
Própria	2.551	66,59	41	1,07	2.592	67,66	2.264	67,44	1,14
Total	3.772	98,46	59	1,54	3.831	100,00	3.357	100,00	1,14

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

A Tabela 1.3 destaca que 67% das PPDs moram em domicílios que contam de cinco a oito cômodos, sendo que apenas 5,7% são residências maiores, com mais de oito cômodos. O número médio de PPDs por cômodo ficou em 0,27, sendo que esta razão cresce se considerados os domicílios cedidos, passando para 0,31 PPDs/cômodo. Os resultados apresentados nessa tabela parecem sugerir uma densidade razoável de PPD por cômodo, valendo-se a pena avaliar, *a posteriori*, a qualidade das moradias e os ambientes (quartos, por exemplo) disponibilizados às PPD.

Tabela 1.3
Pessoas Portadoras de Deficiência segundo a situação do domicílio e o número de cômodos no domicílio em que residem.

Situação da residência	PPDs em domicílios com até quatro cômodos		PPDs em domicílios com cinco a oito cômodos		PPDs em domicílios com mais de oito cômodos		Total de PPDs		Número médio de PPDs por cômodo
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	
Alugada	168	4,38	305	7,96	21	0,54	494	12,89	0,27
Cedida	193	5,03	206	5,37	17	0,44	415	10,84	0,31
Financiada	74	1,92	250	6,54	13	0,34	337	8,79	0,24
Própria	597	15,59	1.818	47,44	170	4,44	2.585	67,47	0,25
Total	1.032	26,93	2.579	67,32	221	5,76	3.831	100,00	0,27

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Os resultados da pesquisa apresentaram, também, que apenas 4% das PPDs residem sozinhas, em domicílios individuais, enquanto que a maioria são de PPD que vivem acompanhadas de seus familiares.

Na Tabela 1.4 nota-se que nos domicílios pesquisados residem 12569 pessoas, sendo que 31% do total são pessoas portadoras de deficiência, ou seja, para cada PPDs existem pelo menos duas outras pessoas residentes no mesmo domicílio. Vale considerar que dos 3897 PPDs residentes, destacados na tabela, diminuta parcela não prestou outras informações, ainda que simplificadas, que pudessem identificar, por exemplo, o tipo de deficiência que possuíam.

Tabela 1.4

Número total de pessoas residentes em domicílios com pessoas portadoras de deficiência.

Situação da residência	Sexo	Pessoas residentes e pessoas portadoras de deficiência (inclui todas as idades)			
		Pessoas residentes Número	Pessoas residentes %	PPDs residentes Número	Relação PPDs/Total pessoas
Alugada	Feminino	784	6,24	248	6,36
	Masculino	751	5,98	243	6,24
	total	1.535	12,21	491	12,60
Cedida	Feminino	610	4,85	196	5,03
	Masculino	598	4,76	231	5,93
	total	1.208	9,61	427	10,96
Financiada	Feminino	588	4,68	167	4,29
	Masculino	553	4,40	173	4,44
	total	1.141	9,08	340	8,72
Própria	Feminino	4.415	35,13	1.231	31,59
	Masculino	4.270	33,97	1.408	36,13
	total	8.685	69,10	2.639	67,72
Total		12.569	100,00	3.897	100,00
31,00					

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

A Tabela 1.5 apresenta a distribuição dos bairros de Uberlândia, onde residem as PPDs, agrupadas por áreas que foram definidas considerando-se a proximidade dos bairros e a contigüidade entre eles. Bairros próximos ao grande Santa Mônica, maior bairro em área e número de habitantes, como os bairros Segismundo Pereira, Alvorada, Lagoinha, Pampulha entre outros foram agrupados na Área 1. Na verdade, a cidade conta atualmente com mais de duzentos bairros definidos. No entanto, para facilitar essa classificação por regiões próximas, sistematizaram-se as informações em apenas 99 bairros.

Tabela 1.5

Bairros e áreas definidas para a Pesquisa “LIESPPDeficiência”.

BAIRROS	ÁREAS	BAIRROS	ÁREAS
ALVORADA	1	APARECIDA	6
ÁREA VERDE		BOM JESUS	
CARAJÁS		BRASIL	
DOM ALMIR		CAZEGA	
JARDIM FINOTTI		CENTRO	
JARDIM OZANAN		FUNDINHO	
JOANA d'ARC		LÍDICE	
LAGOINHA		MARACANÃ	
MORUMBI		TABAJARAS	
PAMPULHA		DANIEL FONSECA	
PROSPERIDADE		MARTINS	7
SANTA MÔNICA		OSVALDO REZENDE	
SAO FRANCISCO		ACLIMAÇÃO	
SEGISMUNDO PEREIRA		AEROPORTO	
TIBERY		ALTO UMUARAMA	
CHÁCARAS TUBALINA	2	CUSTÓDIO PEREIRA	8
CIDADE JARDIM		IPANEMA	
JARAGUÁ		JARDIM CALIFÓRNIA	
JARDIM DAS PALMEIRAS		MARTA HELENA	
PLANALTO		MINAS GERAIS	
SANTO INÁCIO		NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	
SAO LUCAS		QUINTAS DO BOSQUE	
TUBALINA		UMUARAMA	
CRUZEIRO DO SUL	3	CANAÃ	9
DISTRITO INDUSTRIAL		CHÁCARAS PANORAMA	
ESPERANÇA		JARDIM HOLANDA	
JARDIM AMÉRICA		MORADA NOVA	
RESIDENCIAL GRAMADO		NOVA UBERLÂNDIA	
JARDIM BRASÍLIA	4	SANTO ANTÔNIO	10
JARDIM METROPOLITANO		DONA ZULMIRA	
LIBERDADE		GUARANI	
MARAVILHA		JARDIM ÉUROPA	
MARIA REZENDE		JARDIM PATRÍCIA	
PACAEMBU		LUIZOTE DE FREITAS	
ROOSEVELT		MANSOUR	
SANTA ROSA		MORADA DO SOL	
SÃO JOSE		NOSSO LAR	
AURORA		TAIAMAM	
BURITIS		TALISMÃ	
GRANADA		TOCANTINS	
GRAVATÁS		ALTAMIRA	11
LARANJEIRAS		COPACABANA	
REGINA		JARDIM INCONFIDÊNCIA	
RESIDENCIAL CAMARU		JARDIM KARAÍBA	
SANTA LUZIA		MORADA DA COLINA	
SAO GABRIEL		PATRIMÔNIO	
SAO JORGE		SANTA MARIA	
SERINGUEIRA		SARAIVA	
VIVIANE		SHOPPING PARK	
		VIGILATO PEREIRA	

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Com base nessa espacialização, pode-se constatar, na Tabela 1.6, que 20% das PPDs residem justamente na Área 1, conforme apresentado, e 18% do total de PPDs se domiciliaram na Área 10, compreendida pelos bairros Luizote de Freitas, Dona Zulmira, Guarani, Jardins Europa e Patrícia, Mansur, Tocantins e outros. Apenas 5,4% das PPDs residem nos bairros centrais da cidade, localizados na Área 6 e bem poucos das PPDs, aproximadamente 1%, residem em áreas nobres da cidade, onde estão famílias de maior renda, como a destacada na região 11, que relaciona 1,8%. No entanto vale destacar que 24 PPDs residentes na área 11 são domiciliados no Shopping Park, bairro conhecido por contar com a maior parte de seus residentes de famílias de baixa renda.

Tabela 1.6

Pessoas Portadoras de Deficiência¹ segundo a região em que residem e o tipo de deficiência declarada.

Região de residência do PPDs	Total geral		Tipos de deficiência declarada									
	Número	%	Auditiva		Física		Mental		Visual		Não identificada	
			Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
1	763	19,9	91	2,37	305	7,96	163	4,27	109	2,83	96	2,50
2	404	10,5	40	1,04	195	5,10	91	2,37	54	1,40	24	0,62
3	40	1,0	6	0,16	21	0,55	3	0,08	8	0,21	2	0,05
4	465	12,1	62	1,61	196	5,12	123	3,20	52	1,35	33	0,86
5	549	14,3	63	1,64	228	5,96	136	3,54	74	1,92	49	1,27
6	207	5,4	20	0,52	118	3,07	43	1,12	18	0,47	9	0,23
7	121	3,1	16	0,42	56	1,46	26	0,68	11	0,29	12	0,31
8	354	9,2	31	0,81	137	3,56	99	2,57	44	1,14	44	1,14
9	171	4,5	11	0,29	82	2,13	35	0,91	26	0,68	18	0,47
10	688	18,0	67	1,74	319	8,32	129	3,36	94	2,44	81	2,11
11	69	1,8	6	0,16	33	0,86	12	0,31	8	0,21	10	0,26
Total	3.831	100,00	411	10,74	1.689	44,08	858	22,39	496	12,95	377	9,83

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

¹Inclui todos os portadores de deficiência residentes nos domicílios pesquisados.

Os domicílios das PPDs não contam com adaptações que atendam as necessidades diferenciadas que esta população requer. Dos 3357 domicílios pesquisados, para os quais foram preenchidos os instrumentos de coleta, apenas 4,47%, ou seja, 150 residências, contam com algum tipo de adaptação, em sua maioria, domicílios próprios das PPDs. Esse resultado, se comparado com as informações de renda familiar, poderão sugerir a precariedade em que vivem a maior parte das PPDs (Tabela 1.7).

Tabela 1.7

Domicílios das Pessoas Portadoras de Deficiência segundo a existência de adaptações.

Situação da residência	Existem adaptações		Total de domicílios		Domicílios adaptados em relação ao total
	Número	%	Número	%	%
Alugada	21	14,00	436	12,99	4,82
Cedida	18	12,00	357	10,63	5,04
Financiada	8	5,33	300	8,94	2,67
Própria	103	68,67	2.264	67,44	4,55
Total	150	100,00	3.357	100,00	4,47

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

A Tabela 1.8 destaca que as informações foram prestadas, na maior parte, pelas próprias PPDs, representando 67% do total, e 24% das informações foram consideradas a partir de informações prestadas por seus familiares, em sua maioria PPD Mental (11,48%). Das pessoas portadoras de deficiência auditiva, 10,85% do total, 6,12% atenderam o pesquisador, e apesar das barreiras que a deficiência interpõe à comunicação, contribuíram para que as informações fossem prestadas com a qualidade requerida.

Tabela 1.8

Pessoas Portadoras de Deficiência segundo o responsável pelas informações e o tipo de deficiência

Responsável pelas informações	Total geral		Tipos de deficiência declarada									
	Número	%	Auditiva		Física		Mental		Visual		Não identificada	
			Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
O próprio PPDs	2.565	67,0	234	6,12	1.350	35,25	320	8,35	398	10,40	262	6,83
Acompanhante	67	1,8	4	0,11	20	0,53	33	0,87	5	0,13	5	0,13
Parente próximo	925	24,1	149	3,89	211	5,52	440	11,48	56	1,47	68	1,79
Outra pessoa	15	0,4	2	0,05	4	0,11	4	0,11	3	0,08	2	0,05
Simplificados	259	6,8	26	0,68	102	2,65	61	1,60	35	0,92	34	0,89
Total	3.831	100,00	416	10,85	1.688	44,05	858	22,41	498	13,00	371	9,69

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Das 1000 PPD não entrevistadas, mas localizadas a partir dos cadastros de referência da pesquisa, 60% não responderam o questionário devido à expressiva dificuldade encontrada para se comunicarem com os entrevistadores, em sua maioria pessoas portadoras de deficiência mental (35%) e auditiva (12%).

Tabela 1.9

Pessoas Portadoras de Deficiência segundo o motivo pelo qual a própria PPDs não foi entrevistada e o tipo de deficiência declarada.

Motivo por que a PPDs não respondeu o questionário	Total geral		Tipos de deficiência declarada									
	Número	%	Auditiva		Física		Mental		Visual		Não identificada	
			Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Não quis responder	17	1,7	-	-	2	0,24	11	1,08	1	0,12	2	0,24
Dificuldades para se comunicar	602	59,8	122	12,12	73	7,20	353	35,05	13	1,32	41	4,08
Outro Motivo	388	38,5	33	3,24	157	15,61	115	11,40	54	5,40	29	2,88
Total	1.007	100,00	155	15,37	232	23,05	479	47,54	69	6,84	73	7,20

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

De maneira geral, os resultados apresentados nesta seção sugerem que as PPDs estão em idades propícias para serem capacitadas e inseridas no mercado de trabalho formal, o que possibilitará, através de uma renda mensal garantida, contar com melhor qualidade de vida, inclusive podendo-se promover reformas e adaptações nos domicílios em que residem.

Apesar das PPDs residirem em moradias próprias, a maior parte destas residências não possuem qualquer tipo de adaptação que garanta melhor qualidade de vida para a pessoa com necessidades diversificadas, valendo a pena o desenvolvimento de projetos e sugestões arquitetônicas, que possam representar alternativas para as famílias que contam com PPD e não possuem renda suficiente para adaptarem suas moradias.

Como a maior parte dos pesquisados residem em bairros mais distantes, o sistema de transporte coletivo e adaptado às PPD deve ser avaliado, buscando-se servir com maior eficiência a esta população com necessidades diversificadas, com ênfase nas pessoas portadoras de deficiência física.

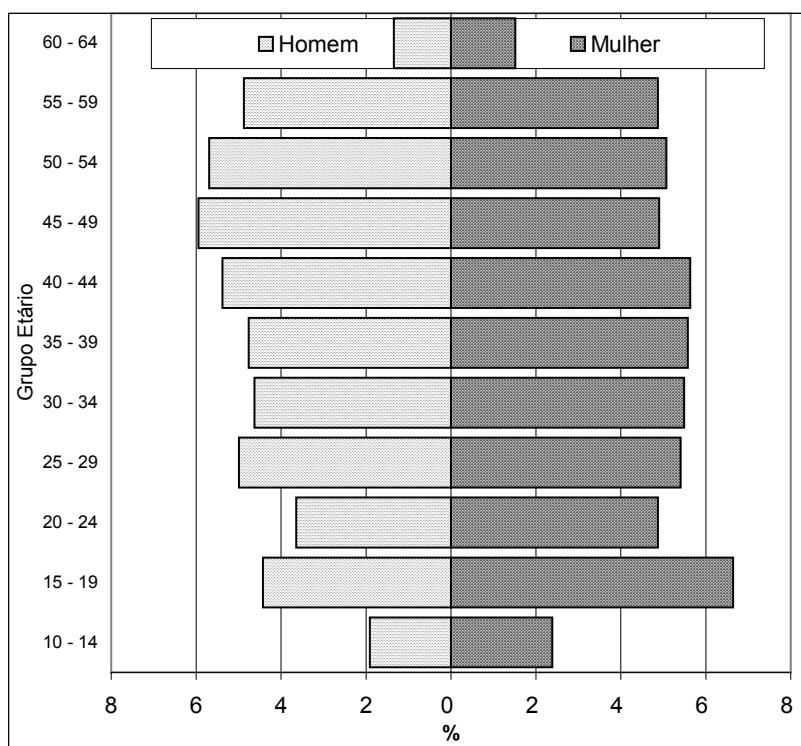
2 – Aspectos Demográficos dos Portadores de Deficiência

Nesta seção pode-se vislumbrar o retrato demográfico da população portadora de deficiência pesquisada. A Figura 2.1 nos apresenta uma estrutura etária com maior participação de pessoas com idades acima de 30 anos, com exceção do grupo etário de mulheres com idades entre 15 e 19 anos, aproximadamente 7% da população pesquisada. O maior grupo etário masculino encontra-se nas idades de 45 a 49 anos, quase 6% do total. Observa-se certa proximidade entre os percentuais de mulheres e homens para os mesmos grupos etários, sendo que na maioria deles encontra-se maior percentual de mulheres. No entanto, nos grupos de idade mais avançada, acima dos 45 anos, os homens estão em maior número, valendo a pena avaliar se para as idades mais altas, ao contrário do que acontece com a população em geral, quando a maioria dos homens morrem antes das mulheres, estaria ocorrendo uma sobremortalidade das mulheres portadoras de deficiência.

Essa estrutura mais envelhecida para a população retrata as alterações no padrão demográfico acelerado desde a década de 80, quando se observa menos filhos por mulheres, bem como os possíveis avanços da medicina preventiva que possibilitam identificação de causas tratáveis e, por conseguinte, a diminuição dos nascimentos de crianças portadoras de deficiência. Vale considerar que existe certa subenumeração no número de portadores de deficiência, uma vez que as famílias escondem ou não consideram algum parente como tal, por diversos motivos, entre eles, o preconceito.

Na estrutura etária apresentada, não se consideram os idosos, pessoas acima de 60 anos, importante parcela da população überlandense a requerer serviços e produtos especiais para suas necessidades senis ou especiais, quando se trata de idosos portadores de deficiência. Crianças e jovens, população que no futuro breve pressionará por serviços de educação, formação profissional, saúde e emprego, somando-se quase seis mil portadores de deficiência nesta faixa etária, em Uberlândia, levantamento divulgado com base nos microdados do Censo Demográfico de 2000, também não foram registrados na sua totalidade pela LIESPPDeficiência, pelo menos na Fase I que ora se conclui.

Figura 2.1
Estrutura Etária das Pessoas Portadoras de Deficiência.



Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Quanto à posição que as pessoas portadoras de deficiência pesquisadas (PPDs) ocupam no domicílio (a residência visitada), a Tabela 2.1 destaca que a maior parte são responsáveis pelo domicílio (34,4%), em sua maioria não nascidos em Uberlândia, mas sim vindos de outros municípios (25,3%), juntamente com os cônjuges (11%) e os filhos (18%), o que denota parte do efeito direto da migração das PPDs que chefiam suas residências. Chama-se também atenção para outro aspecto do efeito da migração, ou seja, 20% dos portadores de deficiência nascidos em Uberlândia são, em grande parte, filhos dos casais imigrantes que aqui aportaram nos anos anteriores.

Dos quase 3,6 mil portadores de deficiência pesquisados, 63% são de nascidos fora de Uberlândia-MG, que em algum momento anterior vieram à cidade em busca de melhores condições de vida, seja no que se refere a tratamento médico, educação, moradia e, certamente, em busca de emprego, considerando que a maior parte dos pesquisados se responsabilizam pelo domicílio.

Tabela 2.1

Relação das Pessoas Portadores de Deficiência com a pessoa responsável pelo domicílio, segundo o local de nascimento.

Relação com a pessoa responsável	Nasceu em outro município		Nasceu em Uberlândia-MG		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Responsável pelo domicílio	904	25,29	325	9,09	1.229	34,39
Cônjuge, companheiro (a)	395	11,05	124	3,47	519	14,52
Filho(a), enteado (a)	644	18,02	719	20,12	1.363	38,14
Pai, mãe, sogro (a)	69	1,93	41	1,15	110	3,08
Neto(a), bisneto(a)	19	0,53	41	1,15	60	1,68
Irmão (a)	117	3,27	47	1,32	164	4,59
Outro Parente	78	2,18	38	1,06	116	3,25
Agregado	3	0,08	-	-	3	0,08
Pensionista	2	0,06	-	-	2	0,06
Empregado Doméstico	1	0,03	-	-	1	0,03
Parente do empregado	2	0,06	1	0,03	3	0,08
Individual (domicílio coletivo)	3	0,08	1	0,03	4	0,11
Total	2.237	62,59	1.337	37,41	3.574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

As PPDs são em maioria mineiros (76,8%), sendo 37,4% nascidas em Uberlândia e o restante em outros municípios, com destaque para Ituiutaba, Araguari, Tupaciguara, Uberaba, Canápolis e Patos de Minas, municípios pertencentes à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme apresenta a Tabela 2.2. Goiás e São Paulo, estados fronteiriços ao Triângulo Mineiro, forneceram 11,4% e 3,4% das PPDs para Uberlândia, ainda que tenham residido em outros municípios antes de aqui fixarem residência. No estado goiano o município de Itumbiara, região que recebe significativa influência de Uberlândia, contribuiu com 2% dos migrantes acumulados (que nasceram em outros municípios), enquanto que do estado paulista o município da capital, São Paulo, contribuiu com 1,6% dos migrantes nascidos em outros municípios.

Se considerados os imigrantes acumulados estaduais (nascidos em outros estados), observa-se que Goiás, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Norte, Distrito Federal foram as Unidades da Federação com maior número de PPDs que lá nasceram e migraram para Uberlândia. Do total de PPDs, 39,5% são de mineiros nascidos em outros municípios, percentual superior aos 37,4% dos nascidos em Uberlândia-MG. Tal fato denota a influência sócio-econômica de Uberlândia como absorvedora de população de outras regiões, mesmo no caso de população portadora de deficiência.

Tabela 2.2

Local de nascimento das Pessoas Portadoras de Deficiência, por municípios com maior participação no total, segundo a relação com o responsável pelo domicílio.

Local de Nascimento	Total geral			Relação com o responsável pelo domicílio							
				Responsável pelo domicílio		Cônjuge, companheiro (a)		Filho(a), enteado (a)		Outros residentes no domicílio	
	Número	%	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L	Número	% L
Salvador	5	0,14	100	3	60,00	-	-	2	40,00	-	-
Brumado	3	0,08	100	1	33,33	1	33,33	1	33,33	-	-
Mortugaba	3	0,08	100	1	33,33	-	-	2	66,67	-	-
Vitória da Conquista	3	0,08	100	1	33,33	-	-	1	33,33	1	33,33
Outros municípios	41	1,16	100	18	43,90	8	19,51	8	19,51	7	17,07
Bahia	55	1,55	100	24	43,64	9	16,36	14	25,45	8	14,55
Brasília - DF	28	0,79	100	4	14,29	2	7,14	15	53,57	7	25,00
outras cidades do DF	3	0,08	100	1	33,33	-	-	2	66,67	-	-
Distrito Federal	31	0,87	100	5	16,13	2	6,45	17	54,84	7	22,58
Itumbiara	69	1,92	100	25	36,76	15	22,06	19	27,94	9	13,24
Goiânia	29	0,82	100	9	31,03	2	6,90	16	55,17	2	6,90
Goiatuba	30	0,85	100	14	46,67	4	13,33	8	26,67	4	13,33
Quirinópolis	29	0,82	100	8	27,59	5	17,24	13	44,83	3	10,34
Santa Helena	23	0,65	100	10	43,48	4	17,39	4	17,39	5	21,74
Rio Verde	18	0,51	100	6	33,33	4	22,22	7	38,89	1	5,56
Paranaiguara	13	0,37	100	5	38,46	5	38,46	2	15,38	1	7,69
Outros municípios	203	5,67	100	79	38,81	37	18,41	57	28,36	29	14,43
Goiás	414	11,59	100	156	37,71	77	18,49	127	30,66	54	13,14
Ituiutaba	164	4,60	100	47	28,83	32	19,63	60	36,81	24	14,72
Araguari	79	2,20	100	23	29,49	11	14,10	29	37,18	15	19,23
Tupaciguara	55	1,55	100	20	36,36	9	16,36	18	32,73	8	14,55
Uberaba	48	1,35	100	26	54,17	10	20,83	8	16,67	4	8,33
Patos de Minas	43	1,21	100	19	44,19	3	6,98	17	39,53	4	9,30
Canápolis	44	1,24	100	20	45,45	13	29,55	7	15,91	4	9,09
Monte Alegre	42	1,18	100	19	45,24	7	16,67	12	28,57	4	9,52
Capinópolis	39	1,10	100	11	28,21	8	20,51	10	25,64	10	25,64
Prata	34	0,96	100	21	61,76	4	11,76	6	17,65	3	8,82
Monte Carmelo	30	0,85	100	15	50,00	5	16,67	5	16,67	5	16,67
Patrocínio	29	0,82	100	13	44,83	5	17,24	6	20,69	5	17,24
São Gotardo	28	0,79	100	15	53,57	4	14,29	6	21,43	3	10,71
Coromandel	27	0,76	100	15	55,56	3	11,11	7	25,93	2	7,41
Nova Ponte	28	0,79	100	14	50,00	6	21,43	4	14,29	4	14,29
Santa Vitória	28	0,79	100	12	42,86	4	14,29	10	35,71	2	7,14
Araxá	23	0,65	100	15	65,22	3	13,04	3	13,04	2	8,70
Campina Verde	21	0,59	100	6	28,57	5	23,81	5	23,81	5	23,81
Centralina	21	0,59	100	13	61,90	2	9,52	4	19,05	2	9,52
Estrela do Sul	18	0,51	100	6	33,33	2	11,11	8	44,44	2	11,11
Indianópolis	17	0,48	100	7	41,18	3	17,65	6	35,29	1	5,88
Iturama	18	0,51	100	8	44,44	5	27,78	4	22,22	1	5,56
Ipiraçu	15	0,42	100	6	40,00	4	26,67	3	20,00	2	13,33
Belo Horizonte	13	0,37	100	3	23,08	4	30,77	5	38,46	1	7,69
Carmo do Paranaíba	13	0,37	100	5	38,46	4	30,77	2	15,38	2	15,38
Lagoa Formosa	13	0,37	100	4	30,77	1	7,69	7	53,85	1	7,69
Sacramento	13	0,37	100	9	69,23	3	23,08	1	7,69	-	-
Uberlândia	1.337	37,41	100	325	24,31	124	9,27	719	53,78	169	12,64
Outros municípios	498	13,93	100	223	44,74	93	18,62	112	22,47	71	14,17
Minas Gerais	2.743	76,74	100	923	33,64	378	13,78	1.086	39,59	356	13,00
Currais Novos	6	0,17	100	4	66,67	1	16,67	1	16,67	-	-
Caicó	4	0,11	100	1	25,00	2	50,00	-	-	1	25,00
Acarí	4	0,11	100	1	25,00	1	25,00	2	50,00	-	-
Cruzeiro	4	0,11	100	2	50,00	1	25,00	-	-	1	25,00
Florânia	4	0,11	100	-	-	1	25,00	2	50,00	1	25,00
Outros municípios	32	0,90	100	13	40,63	6	18,75	10	31,25	3	9,38
Rio Grande do Norte	54	1,52	100	21	38,89	12	22,22	15	27,78	6	11,11
São Paulo	55	1,55	100	13	23,64	5	9,09	32	58,18	5	9,09
Igarapava	6	0,17	100	1	16,67	3	50,00	2	33,33	-	-
Guarulhos	4	0,11	100	-	-	-	-	4	100,00	-	-
Barreiros	3	0,08	100	1	33,33	1	33,33	1	33,33	-	-
Ituverava	3	0,08	100	2	66,67	-	-	1	33,33	-	-
Ribeirão Preto	3	0,08	100	2	66,67	1	33,33	-	-	-	-
São José do Rio Preto	3	0,08	100	2	66,67	-	-	1	33,33	-	-
Outros municípios	43	1,21	100	17	39,53	9	20,93	12	27,91	5	11,63
São Paulo	121	3,38	100	38	31,67	19	15,83	53	44,17	10	8,33
Outros municípios brasileiros	145	4,06	100	56	38,89	21	14,58	48	33,33	19	13,19
Total	3.574	99,72	100	1.229	34,39	519	14,52	1.363	38,14	463	12,95

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Se considerada a etapa migratória das PPDs, ou seja, se os imigrantes são acumulados⁵, vindos diretamente dos estados em que nasceram ou imigrantes de última etapa⁶, que fizeram etapa migratória em outro município de estado diferente do que nasceram, observa-se na Tabela 2.4 que Uberlândia exerce atração migratória diretamente nos estados de origem dos migrantes, ou seja, do total de 2237 imigrantes, 1819 pessoas vieram diretamente das Unidades da Federação em que nasceram, sendo que 418 pessoas (19% do total) fizeram uma etapa migratória em outros Estados, antes de chegarem a Uberlândia.

Portanto, na Tabela 2.3 a diagonal destacada apresenta os imigrantes acumulados que vieram diretamente para Uberlândia, enquanto as demais células da tabela mostram aqueles que fizeram pelo menos uma etapa migratória em outro estado, que não o de nascimento, antes de chegarem ao município de Uberlândia. Exemplificam-se os resultados da diagonal se considerados que, dos 156 imigrantes vindos do Estado de São Paulo, 96 vieram diretamente deste estado para o município de Uberlândia, enquanto que 36 pessoas passaram por outros municípios mineiros antes de migrarem para Uberlândia.

Se considerada a origem das PPDs imigrantes, que sobreviveram até a data da pesquisa, por município em que moravam antes, constata-se na Tabela 2.4 que Araguari-MG (4,3%), São Paulo-SP (3,4%), Itumbiara-GO (3%), Uberaba-MG (2,5%), Goiânia-GO (2,4%) e Brasília-DF (2,2%) foram os municípios que mais forneceram migrantes a Uberlândia, em sua maioria aqui chegando antes de 1984, portanto há mais de 20 anos, o que pode ser justificado pela expansão econômica que o município viveu até os anos oitenta, enquanto que, posteriormente, por conta da forte estagnação econômica ocorrida no Brasil como um todo, a cidade sofrendo os rebatimentos da mesma, tornou-se uma região menos atrativa em termos migratórios.

Mesmo recebendo migrantes vindos de localidades distantes, observa-se pela distribuição apresentada na Tabela 2.4 que o entorno mais próximo, os Estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo, são os maiores fornecedores de pessoas para o município em análise, mesmo quando se trata de PPDs. Uberlândia tem, portanto, uma influência regional,

⁵ Imigrantes acumulados são os nascidos em outros municípios e que, em algum momento, migraram para Uberlândia, e que sobreviveram até o momento da pesquisa.

⁶ Imigrantes de última etapa são os migrantes que chegaram a Uberlândia, em algum momento, e que fizeram alguma etapa migratória em outro município, independentemente do local de nascimento.

enquanto que para os imigrantes de cidades longínquas poder-se-ia inferir que, sustentando suas motivações para a fixação de residência em Uberlândia, devem existir redes familiares que garantam o processo migratório.

Tabela 2.3

Imigrantes portadores de deficiência, segundo o local de nascimento e o local de residência anterior (Unidade da Federação).

Local de Nascimento (Unidade da Federação)	Total geral		Local de residência anterior (Unidade da Federação)																										
	Número	%	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
AL	4	0,18	-	3	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
AM	1	0,05	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
AP	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
BA	55	2,44	-	-	35	-	1	-	3	-	11	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3		
CE	11	0,50	-	1	-	1	4	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	-		
DF	31	1,40	-	-	-	-	-	-	20	-	4	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1		
ES	4	0,18	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
GO	414	18,49	-	-	-	-	-	5	-	339	-	56	-	3	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	7	1		
MA	12	0,54	-	-	-	-	-	2	-	1	4	2	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
MG	1.417	63,34	-	-	-	1	-	13	-	121	-	1.224	-	6	2	-	-	5	4	-	2	-	-	-	-	36	2		
MS	4	0,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-		
MT	15	0,68	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
PA	7	0,32	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1		
PB	16	0,72	-	-	-	-	-	-	1	-	6	-	3	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
PE	15	0,68	-	-	-	-	-	2	-	3	-	1	-	-	-	6	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-		
PI	12	0,54	-	-	-	-	-	2	-	-	1	2	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-		
PR	15	0,68	-	-	-	-	-	-	-	2	-	5	-	1	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	3	-		
RJ	8	0,36	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
RN	56	2,49	-	-	-	-	-	-	-	11	1	13	-	-	1	-	-	-	28	-	-	-	-	-	-	1	-		
RO	3	0,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-		
RR	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-		
RS	4	0,18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-		
SC	3	0,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-			
SE	1	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-			
SP	121	5,42	-	-	-	-	-	2	-	5	-	16	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	96	-		
TO	5	0,23	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4			
Total	2.237	99,73	1	4	1	-	38	4	52	3	498	6	1.347	1	25	12	7	6	5	11	12	28	5	1	2	2	1	156	8
Total da Diagonal (Imigrantes que vieram da Unidade da Federação em que nasceram)																								1.819					
Total de Imigrantes que não vieram diretamente da Unidade da Federação em que nasceram																								418					

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Observação: Os totais para o Estado de Minas Gerais não incluem os nascidos em Uberlândia-MG.

Tabela 2.4

Pessoas Portadoras de Deficiência segundo o município de residência anterior e o ano de chegada a Uberlândia - MG (PPDs imigrantes).

Local de residência anterior (municípios com maior participação)	Total geral		Ano de chegada a Uberlândia (por períodos quinquenais)					
	Número	%	Antes de 1980	Entre 1980 e 1984	Entre 1985 e 1989	Entre 1990 e 1994	Entre 1995 e 1999	Entre 2000 e 2004
Araquari - MG	88	4,3	45	14	8	7	4	10
São Paulo - SP	69	3,4	19	10	14	10	12	4
Itumbiara - GO	61	3,0	24	9	9	5	10	4
Uberaba - MG	51	2,5	24	5	4	6	6	6
Goiânia - GO	49	2,4	17	13	6	4	6	3
Brasília - DF	45	2,2	7	9	6	9	7	7
Capinópolis - MG	39	1,9	20	8	3	4	2	2
Patos de Minas - MG	39	1,9	11	7	5	7	6	3
Quirinópolis - GO	38	1,9	14	7	4	4	4	5
Patrocínio - MG	37	1,8	14	2	5	4	7	5
Monte Alegre - MG	30	1,5	10	1	5	10	1	3
Santa Vitória - MG	30	1,5	10	9	-	3	6	2
Goiatuba - GO	29	1,4	14	5	5	3	1	1
Prata - MG	27	1,3	19	3	1	2	1	1
Monte Carmelo - MG	25	1,2	7	7	3	1	4	3
Araxá - MG	25	1,2	13	4	1	3	2	2
Coromandel - MG	24	1,2	10	5	2	5	2	-
União - MG	24	1,2	4	3	4	9	2	2
Nova Ponte - MG	23	1,1	14	5	-	4	-	-
Outros municípios dos Estados:								
Acre			-	-	-	1	-	-
Alagoas	4	0,2	2	-	1	-	1	-
Amazonas	1	0,0	-	-	-	-	-	1
Bahia	40	2,0	4	2	2	10	13	9
Ceará	4	0,2	1	-	-	-	1	2
Distrito Federal	6	0,3	1	1	-	-	1	3
Espírito Santo	3	0,1	1	1	-	-	-	1
Goiás	317	15,5	127	70	27	51	25	17
Maranhão	6	0,3	-	-	-	2	3	1
Minas Gerais	701	34,2	285	102	72	103	79	60
Mato Grosso do Sul	1	0,0	-	-	1	-	-	-
Mato Grosso	25	1,2	5	4	4	7	3	2
Pará	12	0,6	-	1	-	5	1	5
Paraíba	8	0,4	3	-	1	2	2	-
Pernambuco	6	0,3	2	-	1	2	1	-
Piauí	6	0,3	-	1	1	1	-	3
Paraná	11	0,5	2	3	2	1	2	1
Rio de Janeiro	12	0,6	-	4	1	2	2	3
Rio Grande do Norte	28	1,4	9	3	8	3	3	2
Rondônia	5	0,2	-	1	1	2	1	-
Roraima	1	0,0	-	-	-	1	-	-
Rio Grande do Sul	2	0,1	1	-	-	1	-	-
Santa Catarina	2	0,1	-	1	-	-	-	1
Sergipe	1	0,0	1	-	-	-	-	-
São Paulo	85	4,2	21	13	14	10	16	11
Tocantins	8	0,4	1	-	2	1	2	2
Total	2.048	100,0	762	333	223	305	239	187

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência". CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

A Tabela 2.5 apresenta por estado civil e raça ou cor declarada as PPDs, destacando-se os percentuais de solteiros, 53,7%, em sua maioria declarados como brancos. Os casados representam o segundo contingente de PPDs, com 31% do total,

também em maioria brancos. Identificaram-se como indígenas 18 PPDs em maioria de solteiros.

Tabela 2.5

Pessoas Portadoras de Deficiência, segundo o estado civil e a raça ou cor declarada.

Estado Civil	Total geral		Raça ou cor declarada				
	Número	%	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta/Negra
Solteiro	1.918	53,7	14	998	10	628	268
Casado	1.146	32,1	4	614	6	352	170
Separado	261	7,3	3	139	-	84	35
Viúvo	106	3,0	-	49	-	39	18
Outro	143	4,0	1	68	2	55	17
Total	3.574	100	22	1.868	18	1.158	508

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Na Tabela 2.6 constata-se que a maioria dos casados possuem até dois filhos, enquanto que o maior número de solteiros contam com um filho. Vale destacar que 1779 das PPDs possuem filhos, o que totaliza 4780 filhos, sendo que destes, 234 são também portadores de deficiência (Tabelas 2.7 e 2.8), representando 5% do total de filhos. Daquelas PPDs que possuem filhos com deficiência, mostra a Tabela 2.8 que a maior parte conta com apenas um filho portador de deficiência. Do total de filhos das PPDs solteiros, 5,4% são filhos com deficiência, enquanto que 4,5% dos filhos das PPDs casados possuem algum tipo de deficiência.

Tabela 2.6

Pessoas Portadoras de deficiência, segundo o estado civil e o número de filhos.

Estado Civil	Total geral		Número de filhos							Total sem filhos
	Número	%	Total com filhos	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro filhos	Cinco filhos	Mais de cinco	
Solteiro	1.918	53,67	301	162	81	33	10	11	4	1.617
Casado	1.146	32,06	1.023	173	420	224	102	53	51	123
Separado	261	7,30	236	43	79	57	32	7	18	25
Viúvo	106	2,97	102	10	33	25	17	5	12	4
Outro	143	4,00	117	30	42	24	7	7	7	26
Total	3.574	100	1.779	418	655	363	168	83	92	1.795

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Tabela 2.7

Pessoas Portadoras de deficiência, segundo o estado civil e o número de filhos com deficiência.

Estado Civil	Total de filhos		Número de filhos portadores de deficiência					
	Número	%	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro filhos	Cinco filhos	Mais de cinco
Solteiro	31	13,25	22	2	3	4	-	-
Casado	129	55,13	87	28	6	8	-	-
Separado	33	14,10	22	4	3	4	-	-
Viúvo	30	12,82	11	6	-	-	5	8
Outro	11	4,70	7	4	-	-	-	-
Total	234	100	149	44	12	16	5	8

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Tabela 2.8

Pessoas Portadoras de deficiência, segundo o estado civil e o total de filhos com ou sem deficiência.

Estado Civil	Total de filhos		Filhos		
	Número	%	Portadores de Deficiência	Sem Deficiência	% filhos com deficiência
Solteiro	578	12,09	31	547	5,36
Casado	2.840	59,41	129	2.711	4,54
Separado	694	14,52	33	661	4,76
Viúvo	356	7,45	30	326	8,43
Outro	312	6,53	11	301	3,53
Total	4.780	100	234	4.546	4,90

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Quanto à cor ou raça, a pesquisa mostrou que 52,3% se declararam como brancos; 32,4% como pardos; 14,2%, negros; 0,6%, amarelos e 0,5%, indígenas (Tabela 2.9).

Independente da cor ou raça as PPDs possuem, em sua maioria, entre um a três filhos, sendo que os amarelos e indígenas não declararam possuir filhos portadores de deficiência. Para as PPDs pardas, identificou-se que para cada 100 filhos, 5,2 deles possuem algum tipo de deficiência (Tabelas 2.10 e 2.11).

Tabela 2.9

Pessoas Portadoras de Deficiência, segundo a raça ou cor declarada e o número de filhos.

Raça ou cor declarada	Total geral		Número de filhos							Total sem filhos
	Número	%	Total com filhos	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro filhos	Cinco filhos	Mais de cinco	
Amarela	22	0,62	8	3	3	1	1	-	-	14
Branca	1.868	52,27	904	227	361	187	75	27	27	964
Indígena	18	0,50	10	3	3	1	2	-	1	8
Parda	1.159	32,43	598	130	209	124	56	35	44	561
Preta/Negra	507	14,19	259	55	79	50	34	21	20	248
Total	3.574	100	1.779	418	655	363	168	83	92	1.795

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Tabela 2.10

Pessoas Portadoras de Deficiência, segundo a raça ou cor declarada e o número de filhos com deficiência.

Raça ou cor declarada	Total geral		Número de filhos portadores de deficiência						
	Número	%	Um filho	Dois filhos	Três filhos	Quatro filhos	Cinco filhos	Mais de cinco	
Amarela	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Branca	108	46,15	70	22	3	8	5	-	-
Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parda	89	38,03	56	14	3	8	-	-	8
Preta/Negra	37	15,81	23	8	6	-	-	-	-
Total	234	100	149	44	12	16	5	-	8

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

Tabela 2.11

Pessoas Portadoras de Deficiência, segundo a raça ou cor declarada e o total de filhos com ou sem deficiência.

Raça ou cor declarada	Total de filhos		Filhos		
	Número	%	Portadores de Deficiência	Sem Deficiência	% filhos com deficiência
Amarela	16	0,33	-	16	-
Branca	2.233	46,72	108	2.125	4,84
Indígena	27	0,56	-	27	-
Parda	1.722	36,03	89	1.633	5,17
Preta/Negra	782	16,36	37	745	4,73
Total	4.780	100	234	4.546	4,90

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

As PPDs freqüentam, em sua maioria, a APARU – Associação dos Paraplégicos de Uberlândia, 49,5%. A ASUL - Associação dos Surdos e Mudos de Uberlândia - foi citada por 7,3% das PPDs, e a ADEVITRIM - Associação dos Deficientes Visuais do Triângulo Mineiro - foi mencionada por 6,9% dos entrevistados (Tabela 2.13). Vale destacar que 28,4% das PPDs não freqüentam as instituições de assistência ao portador de deficiência ou não estão cadastrados nelas.

Tabela 2.12

Pessoas Portadoras de Deficiência, segundo a instituição que freqüentam ou são

Instituição que freqüenta ou é cadastrado	Total geral		Raça ou cor declarada (número de PDs)				
	Número	%	Amarela	Branca	Indígena	Parda	Preta/Negra
AACD	84	2,35	-	40	1	35	8
AADL	32	0,90	-	19	-	9	4
ACAPED	12	0,34	-	6	-	4	2
ADEVITRIM	177	4,95	-	103	-	50	24
ADEVIUD	134	3,75	-	78	1	41	14
AFADA	19	0,53	-	7	1	10	1
APAE	99	2,77	1	65	-	26	7
APARU	1.267	35,45	7	633	9	418	200
ASUL	188	5,26	1	116	-	52	19
CEEU	152	4,25	1	67	2	51	31
CERTO	37	1,04	1	14	-	19	3
ESC. ESTADUAL NOVO HORIZONTE	41	1,15	1	16	-	18	6
FUNDAÇÃO PRO-LUZ	18	0,50	-	12	-	5	1
INSTITUTO INTEGRAR	121	3,39	-	83	-	25	13
NUCLEO SERVOS MARIA DE NAZARÉ	10	0,28	-	5	-	3	2
OUTRAS	170	4,76	1	101	-	50	18
Não frequentam ou não têm cadastro	1.013	28,34	9	503	4	343	154
Total	3.574	100	22	1.868	18	1.159	507

cadastrados e a raça ou cor declarada.

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”. CEPES/IEUFU. Uberlândia-MG, 2004.

3 – Escolaridade dos Portadores de Deficiência

Em relação à escolaridade, a pesquisa apontou, conforme Tabela 3.1, que 79,74% das 3574 pessoas entrevistadas não estudavam na data da pesquisa. Apenas 20,06% dos entrevistados afirmaram que estavam freqüentando a escola e só 0,2% não responderam o quesito.

Quando se verifica a situação escolar segundo o sexo, os resultados encontrados apontaram que 79,97% das mulheres entrevistadas não estudavam, e apenas 19,91% delas freqüentavam a escola. Quanto aos homens, 79,53% deles não estudavam e apenas 20,20% afirmaram estar estudando.

Tabela 3.1

Portadores de deficiência segundo a situação escolar.

Situação Escolar	Feminino		Masculino		Total geral	
	Número	%	Número	%	Número	%
Estudam	339	19,91	378	20,20	717	20,06
Não Estudam	1362	79,97	1488	79,53	2850	79,74
Não Responderam	2	0,12	5	0,27	7	0,20
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

No que se refere às informações contidas na Tabela 3.2, elas expressam a situação escolar das 3574 pessoas pesquisadas e estão classificadas por faixa etária a que pertencem. Do total de respostas obtidas nesse quesito, registrou-se que 717 pessoas estudam sendo que 69,74% delas se encontram na faixa etária de 13 a 24 anos.

Do universo pesquisado registrou-se também o número de pessoas que não estudam e segundo faixa etária, verificou-se que 27,72% delas estão entre 50 e 60 anos. Ainda nesse quesito, apenas sete pessoas não souberam ou não quiseram responder. Dentre elas, quatro estão na faixa etária de 50 a 60 anos.

Existe uma semelhança muito grande entre os dois sexos quando se trata das faixas etárias das pessoas que estão estudando, pois as com maiores incidências são as de menores idades. Entre as pessoas que não estão estudando, observa-se o contrário: a concentração de pessoas nas faixas com maiores idades.

Tabela 3.2

Portadores de Deficiência segundo faixa etária e situação escolar.

Faixa Etária (em anos)	Estuda		Não estuda		Não Responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
13 a 24	500	69,74	349	12,25	-	-	849	23,75
25 a 29	68	9,48	303	10,63	-	-	371	10,38
30 a 39	91	12,69	639	22,42	-	-	730	20,43
40 a 49	35	4,88	744	26,11	2	28,57	781	21,85
50 a 60	19	2,65	790	27,72	4	57,14	813	22,75
Outras Idades	4	0,56	25	0,88	1	14,29	30	0,84
Total	717	100	2850	100	7	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos

No que se refere ao quesito sobre a escolaridade dos entrevistados, foi possível constatar que a maioria das PPDs (47,76%) não terminou o primeiro grau. Além disso, 17,63% não lêem e não escrevem; 3,44% lêem e escrevem, mas não têm escolaridade. Somando esses percentuais, tem-se que aproximadamente 69% das PPDs não completaram o primeiro grau, o que evidencia a baixa escolaridade da população pesquisada (Tabela 3.3).

Tabela 3.3

Portadores de Deficiência segundo escolaridade e sexo.

Escolaridade	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Não Lê e Não Escreve	295	17,32	335	17,90	630	17,63
Lê e Escreve (sem escolaridade)	64	3,76	59	3,15	123	3,44
1º Grau Incompleto/Fundamental	808	47,45	899	48,05	1707	47,76
1º Grau Completo/Fundamental	100	5,87	141	7,54	241	6,74
2º Grau Incompleto/Médio	123	7,22	146	7,80	269	7,53
2º Grau Completo/Médio	208	12,21	190	10,15	398	11,14
Superior Incompleto	37	2,17	33	1,76	70	1,96
Superior Completo	23	1,35	25	1,34	48	1,34
Pós-Graduação	13	0,76	8	0,43	21	0,59
Outro	19	1,12	20	1,07	39	1,09
Não Responderam	13	0,76	15	0,80	28	0,78
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Ainda conforme Tabela 3.3, verifica-se que apenas 6,74% terminaram o primeiro grau; 7,53% têm o segundo grau incompleto; 11,14% completaram o segundo grau; 1,96% não concluiu o curso superior e somente 1,34% tem o superior completo. Menos de 1% das PPDs deixaram de responder essa questão.

É importante esclarecer que no item *outro* (1,09%) estão incluídas as respostas que não se enquadram nas alternativas propostas no questionário, por exemplo: MOBRAL, alfabetização de adultos, etc. Essa situação ocorre em todas as informações referentes à escolaridade (Tabelas 3.4 a 3.7).

Na análise da escolaridade dos PPDs por sexo, percebe-se na tabela 3.3, que o quadro é semelhante. Para a maioria das mulheres e dos homens, o nível de escolaridade é o primeiro grau incompleto: cerca de 47% e 48%, respectivamente. Entre as mulheres, 17,32% não lêem e não escrevem. Entre os homens, esse percentual é de 17,9%. Aproximadamente 6% das mulheres concluíram o primeiro grau, enquanto 7,54% dos homens também o fizeram.

Interessante notar que, à medida que o nível de escolaridade cresce, a participação das mulheres é maior do que a dos homens. Cerca de 12% das mulheres, por exemplo, terminaram o segundo grau. Entre os PPDs do sexo masculino, esse percentual é de 10,15%. Além disso, em torno de 2% das mulheres têm o superior incompleto e 1,35%, o superior completo. Os homens apresentam participações menores nesses níveis de escolaridade: 1,76% e 1,34%, respectivamente.

Ao relacionar o nível de escolaridade das PPDs com suas respectivas idades, pôde-se constatar que, entre aqueles que possuem o primeiro grau incompleto, as maiores participações estão nas faixas mais avançadas: 40 a 49 anos (23,6%) e 50 a 60 (28,1%), embora cerca de 23% tenham entre 13 e 24 anos de idade (Tabela 3.4).

Entre os entrevistados que não lêem e não escrevem, a participação das PPDs é maior nas faixas 13 a 24 (30,8%) e 50 a 60 anos (22,1%), quadro semelhante entre aqueles que lêem e escrevem sem escolaridade, cujos percentuais são de 22,8% na faixa de 13 a 24, e 26% na faixa 50 a 60 anos de idade.

À medida que o nível de escolaridade cresce, percebe-se maior concentração dos entrevistados nas faixas etárias médias: 25 a 29 e 30 a 39 anos. Entre os que completaram o segundo grau, por exemplo, cerca de 19% têm de 25 a 29 anos e 29,1%, 30 a 39 anos. Para aqueles que começaram um curso superior e não o terminaram, os percentuais nessas faixas são: 18,6% e 38,6%, respectivamente.

Quanto às PPDs que terminaram um curso superior, a maioria encontra-se na faixa 40 a 49 anos (35,4%), embora sejam significativos os percentuais nas faixas 25 a 29 (12%) e 30 a 39 anos (18,8%).

Tabela 3.4

Portadores de Deficiência segundo escolaridade e faixa etária.

Escolaridade	Faixa Etária (em anos)												TOTAL	
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60		Outras idades*			
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Não Lê e Não escreve	194	30,8	69	11	114	18,1	109	17,3	139	22,1	5	0,79	630	100
Lê e Escreve (sem escolaridade)	28	22,8	13	10,6	21	17,1	26	21,1	32	26	3	2,44	123	100
1º Grau Incompleto/Fundamental	392	23	122	7,15	299	17,5	403	23,6	479	28,1	12	0,7	1707	100
1º Grau Completo/Fundamental	31	12,9	20	8,3	63	26,1	68	28,2	56	23,2	3	1,24	241	100
2º Grau Incompleto/Médio	109	40,5	38	14,1	59	21,9	43	16	20	7,43	-	-	269	100
2º Grau Completo/Médio	58	14,6	75	18,8	116	29,1	92	23,1	56	14,1	1	0,25	398	100
Superior Incompleto	9	12,9	13	18,6	27	38,6	11	15,7	10	14,3	-	-	70	100
Superior Completo	2	4,17	12	25	9	18,8	17	35,4	8	16,7	-	-	48	100
Pós-Graduação	2	9,52	3	14,3	8	38,1	7	33,3	-	-	1	4,76	21	100
Outro	16	41	3	7,69	9	23,1	2	5,13	9	23,1	-	-	39	100
Não Responderam	7	25	2	7,14	5	17,9	6	21,4	7	25	1	3,57	28	100
Total	848	23,7	370	10,4	730	20,4	784	21,9	816	22,8	26	0,73	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos.

Às PPDs que responderam que não estudam foi feita à pergunta “qual a série concluída?”. A Tabela 3.5 apresenta os resultados das respostas por nível de ensino.

Do total de 2850 PPDs, 1561(54,77%) cursaram o ensino fundamental (1^a à 8^a séries). Desses, apenas 275 (17,62%) concluíram esse nível de ensino (terminaram a 8^a série), enquanto 82,38% deixaram de estudar em alguma das oito séries.

Quanto àqueles que cursaram o ensino médio, mas na data da pesquisa responderam que não estavam estudando (511 PPDs), 74,76% conseguiram concluir as três séries desse nível, enquanto 25,24% não as concluíram.

As participações dos entrevistados que não estudavam nos demais níveis de ensino são significativamente menores: superior incompleto (0,95%), superior completo (1,54%) e pós-graduação (0,42%).

Tabela 3.5

Portadores de Deficiência que não estudam segundo o nível de ensino e a série concluída.

Nível de Ensino	Total		Séries							Completo
	Número	%	1	2	3	4	5	6	7	
Ensino Fundamental	1561	54,77	70	139	174	405	240	102	156	275
Ensino Médio	511	17,93	62	67	-	-	-	-	-	382
Superior Incompleto	27	0,95	-	-	-	-	-	-	-	-
Superior Completo	44	1,54	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-Graduação	12	0,42	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro	695	24,39	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2850	100	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Obs.: - não se aplica

Dentre as pessoas que responderam que estão estudando, a maioria (49,51%) respondeu que cursa o ensino fundamental (1^a a 8^a séries). Em torno de 18% freqüentam o ensino médio; 7,53%, o ensino especial; 6,69%, o ensino superior, e os demais em percentuais menores (Tabela 3.6).

Tabela 3.6
Portadores de Deficiência segundo o curso que freqüentam.

Cursos	Número	%
Alfabetização	24	3,35
Especial	54	7,53
Fundamental	355	49,51
Médio	129	17,99
Superior	48	6,69
Pós-Graduação	5	0,70
Não responderam	33	4,60
Outros	69	9,62
Total	717	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Conforme Tabela 3.7, entre os entrevistados que afirmaram estar estudando atualmente, o destaque é para os 46,44% que estavam cursando o ensino fundamental e 18,55%, o ensino médio. Ainda entre o total que afirmou estar estudando observa-se que 27,34% declararam estar freqüentando outros cursos e entre os mais citados destacam-se: pré-vestibular, supletivo, pré-fundamental, pré-escola, técnico, inglês, entre outros.

Além dessa análise, a Tabela 3.7 também permite verificar o número de pessoas e as respectivas séries que freqüentam nos níveis fundamental e médio.

Tabela 3.7
Portadores de Deficiência segundo a série escolar que estão freqüentando.

Nível de Ensino	Total		Série							
	Número	%	1	2	3	4	5	6	7	8
Ensino Fundamental	333	46,44	24	24	42	63	52	38	39	33
Ensino Médio	133	18,55	41	43	20	-	-	-	-	-
Superior Incompleto	44	6,14	-	-	-	-	-	-	-	-
Superior Completo	3	0,42	-	-	-	-	-	-	-	-
Pós-Graduação	8	1,12	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Cursos	196	27,34	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	717	100	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência” - Uberlândia – MG CEPES/IEUFU-2005

OBS.: - não se aplica

Em relação ao município em que as pessoas entrevistadas estavam estudando, de acordo com a Tabela 3.8, a maioria estudava em Uberlândia, ou seja, 87,73%. Verifica-se ainda que é pequena a participação relativa das pessoas estudando fora de Uberlândia, quando apenas 3 pessoas se colocaram nesta condição.

Tabela 3.8

Portadores de Deficiência segundo o município em que estudam.

Município	Número	%
Uberlândia - MG	629	87,73
Araguari - MG	2	0,28
Campinas - SP	1	0,14
Não responderam	85	11,85
Total	717	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Ao analisar as informações referentes à existência de computador na residência e uso da *internet*, conforme Tabela 3.9, observa-se que 89,93% dos entrevistados declararam não possuir computador e apenas 9,54% afirmaram possuir computador em suas residências.

Em relação à utilização de *internet*, apenas 11,05% dos entrevistados declararam utilizar a *internet*, 87,88% afirmaram não fazer uso dela e apenas 1,06% não respondeu. Uma relação interessante com a questão anterior é que, apesar de se contar com apenas 9,54% de pessoas afirmando possuir computador em casa, o número de usuários da *internet* mostrou-se superior, o que significa que havia um percentual de pessoas que a utilizavam mesmo sem possuir computador em suas residências.

Tabela 3.9

Portadores de Deficiência que possuem computador e utilizam *internet*.

Opções	Possuem Computador		Utilizam <i>Internet</i>	
	Número	%	Número	%
Sim	341	9,54	395	11,05
Não	3214	89,93	3141	87,88
Não responderam	19	0,53	38	1,06
Total	3574	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

O questionário utilizado na pesquisa também possibilitou obter informações sobre a busca das PPDs por curso técnico ou profissionalizante. De acordo com a Tabela 3.10, dos 3574 entrevistados, a maioria (74,29%) não fez nenhum curso técnico ou profissionalizante e apenas 25,52% declararam que o fizeram.

Tabela 3.10

Portadores de Deficiência quanto à realização de curso técnico ou profissionalizante.

Curso	Número	%
Fizeram	912	25,52
Não fizeram	2655	74,29
Não responderam	7	0,20
Total	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Do total dos entrevistados que afirmaram ter feito algum curso técnico ou profissionalizante, ou seja, 912 pessoas, verifica-se que alguns cursos merecem destaque pela maior procura. Portanto, conforme Tabela 3.11, tem-se que os cursos mais citados foram o curso de informática, com participação relativa de 43,75%, seguido do curso de atendente (público, telefone, recepção, etc.), com 6,36%, e do curso de contabilidade com 6,03%.

Considerando a grande quantidade de cursos citados pelos entrevistados, verifica-se que o item *outros cursos*, no conjunto, conta com uma participação relativa de 21,16%, porém, quando analisados de forma individual, estes apresentam baixa participação.

Tabela 3.11

Portadores de Deficiência com cursos técnicos ou profissionalizantes.

Cursos	Número	%
Informática	399	43,75
Atendente (público, telefone, etc.)	58	6,36
Contabilidade	55	6,03
Datilografia	39	4,28
Auxiliar de escritório	30	3,29
Digitação	28	3,07
Telemarketing	26	2,85
Secretariado	25	2,74
Costura	24	2,63
Inglês	19	2,08
Cozinheiro (a)	16	1,75
Outros Cursos	193	21,16
Total	912	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Em relação ao local em que os entrevistados fizeram os cursos citados na Tabela 3.11, destaca-se, entre as opções previamente definidas no questionário, a participação das escolas (14,58%), do SENAC (10,64%), da APARU (4,39%) e do SENAI (3,84%). Para além das instituições assinaladas (Tabela 3.12), outras foram citadas como local

onde fizeram o curso, representando no conjunto 51,10%. Porém, se analisadas de forma individual, expressam baixa participação relativa.

Tabela 3.12

Portadores de Deficiência segundo Instituição em que fizeram o curso.

Instituições	Número	%
ESCOLA	133	14,58
SENAC	97	10,64
APARU	40	4,39
SENAI	35	3,84
SESI	23	2,52
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	17	1,86
ASUL	6	0,66
APAE	4	0,44
INSTITUTO INTEGRAR	4	0,44
ADEVITRIM	3	0,33
ADL	2	0,22
ADEVIUDI	0	0,00
ACAPED	0	0,00
SENAT	0	0,00
OUTRO	466	51,10
Não responderam	82	8,99
Total	912	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Considerando a relação das PPDs que afirmaram ter feito algum curso técnico ou profissionalizante com o ano de realização do último curso, observa-se que 42,22% afirmaram ter feito o curso antes do ano de 2000. Portanto, percentual expressivo (46,70%) disse ter buscado qualificação profissional, fazendo tais cursos nos últimos 5 anos ou seja, a partir de 2000.

Tabela 3.13

Portadores de Deficiência segundo o ano em que fizeram o último curso.

Anos	Número	%
Até 1980	87	9,54
1981 - 1990	123	13,49
1991 - 1999	175	19,19
2000	48	5,26
2001	50	5,48
2002	79	8,66
2003	129	14,14
2004	120	13,16
Não responderam	101	11,07
Total	912	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Quando se analisa as informações das PPDs que freqüentavam algum curso profissionalizante segundo o sexo, verifica-se a existência de um pequeno número de pessoas nestas condições. Ou seja, conforme Tabela 3.14, do total das PPDs apenas 147 entrevistados estavam fazendo curso profissionalizante ou buscando qualificação profissional para atuarem no mercado de trabalho, o que equivale a 4,11% e destes a maioria são homens.

Entre os cursos mais procurados atualmente, o destaque fica para os cursos de informática e inglês, cujas participações relativas sobre o total são de 34,01% e 15,65%, respectivamente.

Tabela 3.14

Portadores de Deficiência quanto ao curso profissionalizante que freqüentam segundo o sexo.

Curso	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Informática	19	29,69	31	37,35	50	34,01
Culinária	6	9,38	4	4,82	10	6,80
Inglês	14	21,88	9	10,84	23	15,65
Pintura	6	9,38	5	6,02	11	7,48
Administração	-	-	6	7,23	6	4,08
Não responderam	-	-	1	1,20	1	0,68
Outros Cursos	19	29,69	27	32,53	46	31,29
Total	64	100	83	100	147	100

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência", CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Na observação dessas informações segundo as instituições que ofertam os cursos, verifica-se que há uma participação das entidades que apóiam as PPDs na qualificação/capacitação delas para o mercado de trabalho. Ou seja, conforme Tabela 3.15, o destaque é para a APARU com uma participação de 12,24% de pessoas fazendo curso na entidade; para a APAE, com 4,76% e para as Escolas, com 4,76%.

Embora outros locais tenham sido citados, representando no conjunto 57,82%, observa-se que quando analisados de forma individual, expressam baixa participação relativa.

Tabela 3.15

Portadores de Deficiência segundo a Instituição em que estão estudando.

Instituições	Número	%
APARU	18	12,24
APAE	7	4,76
ESCOLA	7	4,76
ADL	5	3,40
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES	2	1,36
ASUL	2	1,36
ADEVIUDI	2	1,36
INSTITUTO INTEGRAR	2	1,36
SESI	2	1,36
SENAC	2	1,36
SENAI	2	1,36
ADEVITRIM	-	-
ACAPED	-	-
SENAT	-	-
OUTRO	85	57,82
Não responderam	11	7,48
Total	147	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

4 – Informações Sobre a Deficiência

Os quesitos que compõem este item no questionário permitiram a obtenção de informações das PPDs como: tipo de deficiência; se a deficiência foi adquirida ou não; capacidade quanto a enxergar, ouvir, caminhar, subir escadas, ficar e permanecer de pé; necessidade e aquisição de aparelho de reabilitação; tipo de transporte utilizado e para qual finalidade; necessidade de ajuda para sair de casa; principais atividades de lazer e principais dificuldades de acesso na cidade.

No quesito “Tipo de deficiência”, o entrevistado deveria marcar uma ou mais alternativas entre as seguintes: 1) Auditiva; 2) Física, 3) Mental, 4) Visual ou 5) Outra.

A partir da análise dos dados e para melhor apresentação deles, optou-se pelos seguintes procedimentos:

- para as pessoas que marcaram apenas um tipo de deficiência, suas informações foram tabuladas sob a denominação da deficiência assinalada. Por exemplo: *Auditiva* (inclui os entrevistados que têm somente esta deficiência), *Física* (entrevistados que têm somente deficiência física) e assim por diante;
- nos casos em que a pessoa respondeu que possui mais de uma deficiência, suas informações são apresentadas sob a denominação *Deficiência Múltipla*;
- poucos entrevistados (apenas 15 ou 0,42% do total de 3574) citaram uma deficiência e uma doença. Seus dados são apresentados no item *Deficiência e doenças citadas*;
- o item *Outra* traz as informações dos entrevistados sobre os quais não foi possível identificar o tipo de deficiência porque o responsável pelas informações não assinalou nenhuma alternativa entre as propostas do questionário.

Os dados apontaram que, do total de 3574 entrevistados que preencheram o questionário completo, 46,25% afirmaram ser portadores de deficiência física; 18,33% têm deficiência mental; 11,78%, deficiência visual; 10,72%, deficiência múltipla; 10,3%, deficiência auditiva; 0,42% citou uma deficiência e alguma doença; 1,93% assinalou o item *Outra*, e 0,98% (10 entrevistados) não marcou nenhuma alternativa.

A Tabela 4.1 mostra a distribuição das pessoas por tipo de deficiência, sexo e faixa etária. Vale lembrar que os conceitos utilizados para definir cada tipo de deficiência já

foram abordados no item *Notas Metodológicas*, que se encontra na *Introdução* deste relatório.

Pode-se observar que 65,20% dos entrevistados têm mais de 30 anos de idade, enquanto, aproximadamente, 34% têm entre 13 e 29 anos.

Tabela 4.1

Distribuição dos Portadores de Deficiência por tipo de deficiência, sexo e faixa etária.

Tipo de deficiência e sexo	Faixa etária (em anos)														
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60		Outras idades*		Total		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Auditiva	Feminino	61	16,58	18	4,89	30	8,15	36	9,78	29	7,88	-	-	174	47,28
	Masculino	68	18,48	21	5,71	46	12,50	23	6,25	34	9,24	2	0,54	194	52,72
	Total	129	35,05	39	10,60	76	20,65	59	16,03	63	17,12	2	0,54	368	100
Física	Feminino	89	5,38	79	4,78	187	11,31	209	12,64	240	14,52	4	0,24	808	48,88
	Masculino	112	6,78	83	5,02	200	12,10	231	13,97	213	12,89	6	0,36	845	51,12
	Total	201	12,16	162	9,80	387	23,41	440	26,62	453	27,40	10	0,60	1653	100
Mental	Feminino	128	19,54	36	5,50	52	7,94	43	6,56	28	4,27	4	0,61	291	44,43
	Masculino	179	27,33	55	8,40	56	8,55	47	7,18	26	3,97	1	0,15	364	55,57
	Total	307	46,87	91	13,89	108	16,49	90	13,74	54	8,24	5	0,76	655	100
Visual	Feminino	26	6,18	25	5,94	45	10,69	57	13,54	66	15,68	2	0,48	221	52,49
	Masculino	46	10,93	8	1,90	39	9,26	41	9,74	65	15,44	1	0,24	200	47,51
	Total	72	17,10	33	7,84	84	19,95	98	23,28	131	31,12	3	0,71	421	100
Defic. Múltipla	Feminino	35	9,14	16	4,18	28	7,31	43	11,23	45	11,75	2	0,52	169	44,13
	Masculino	59	15,40	20	5,22	40	10,44	46	12,01	48	12,53	1	0,26	214	55,87
	Total	94	24,54	36	9,40	68	17,75	89	23,24	93	24,28	3	0,78	383	100
Defic. e doenças citadas	Feminino	3	20,00	1	6,67	-	-	1	6,67	4	26,67	1	6,67	10	66,67
	Masculino	1	6,67	-	-	2	13,33	1	6,67	1	6,67	-	-	5	33,33
	Total	4	26,67	1	6,67	2	13,33	2	13,33	5	33,33	1	6,67	15	100
Outra	Feminino	8	11,59	4	5,80	2	2,90	3	4,35	10	14,49	-	-	27	39,13
	Masculino	29	42,03	4	5,80	2	2,90	3	4,35	4	5,80	-	-	42	60,87
	Total	37	53,62	8	11,59	4	5,80	6	8,70	14	20,29	-	-	69	100
Não responderam	Feminino	2	20,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10,00	3	30,00
	Masculino	2	20,00	-	-	1	10,00	-	-	3	30,00	1	10,00	7	70,00
	Total	4	40,00	-	-	1	10,00	-	-	3	30,00	2	20,00	10	100
Total	848	23,73	370	10,35	730	20,43	784	21,94	816	22,83	26	0,73	3574	100	

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos.

Entre os portadores de deficiência física e os portadores de deficiência visual, há mais pessoas com idade acima de 30 anos: cerca de 77% e 74%, respectivamente, se comparados com os entrevistados com *deficiência múltipla*, *deficiência e doenças citadas* e *deficiência auditiva*. Os portadores de deficiência mental, por outro lado, têm, em sua maioria (60,77%), idade entre 13 e 29 anos.

No que se refere ao sexo, em quase todos os tipos de deficiência predomina o sexo masculino, com percentuais acima de 51%, exceto na deficiência visual em que a participação do sexo feminino é maior (52,49%). Entre os entrevistados inclusos no item

Deficiência e doenças citadas, aproximadamente 67% são do sexo feminino, enquanto 33% são do sexo masculino.

Aos portadores de deficiência auditiva foi perguntado se dominam ou não a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). A Tabela 4.2 apresenta os resultados das respostas a esse quesito.

É importante esclarecer que essas informações referem-se aos entrevistados que afirmaram ter deficiência auditiva e também àqueles que têm, além desta, outra deficiência (portanto estão inclusos em *Deficiência Múltipla*) ou alguma doença (*Deficiência e doenças citadas*).

Do total de entrevistados portadores somente de deficiência auditiva, cerca de 48% dominam a LIBRAS, ou seja, comunicam-se sem dificuldade por meio dessa Língua. Em torno de 34% não dominam, e 18,75% não responderam o quesito. Entre os portadores de deficiência múltipla, apenas 2,35% dominam a LIBRAS, enquanto 16,45% não dominam. O percentual elevado dos que não responderam a questão (81%) refere-se àqueles que têm deficiência múltipla mas que não apresentam deficiência auditiva. Apenas duas pessoas que afirmaram ter deficiência auditiva, juntamente com alguma doença, responderam que não dominam a LIBRAS.

Tabela 4.2

Portadores de Deficiência Auditiva quanto ao domínio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Tipo de deficiência	Não dominam LIBRAS		Dominam LIBRAS		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Auditiva	124	33,70	175	47,55	69	18,75	368	100
Deficiência Múltipla	63	16,45	9	2,35	311	81,20	383	100
Deficiência e doenças citadas	2	13,33	-	-	13	86,67	15	100
Não responderam	-	-	-	-	10	100	10	100
Total	189	24,36	184	23,71	403	51,93	776	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Aos portadores de deficiência física foi solicitado que citassem o tipo ou a extensão da seqüela. Da mesma forma que no quesito anterior, aqui também foram tabuladas as respostas daqueles que afirmaram ser portadores somente de deficiência física, daqueles que têm deficiência múltipla e daqueles que têm deficiência física e alguma doença.

Na Tabela 4.3 pode-se constatar que a maioria marcou a alternativa “um membro inferior” (25,44%), seguida das alternativas: “um membro superior e um inferior” (16,11%),

“dois membros inferiores” (15,05%), “um membro superior” (11,63%), “dois membros superiores e dois inferiores (8,92%), entre outras alternativas em menores percentuais.

Entre os portadores de *deficiência física* predominaram três respostas: “um membro inferior” (em torno de 30% do total dessas pessoas), “dois membros inferiores” (16,15%) e “um membro superior e um inferior” (15,06%).

Do total de pessoas portadoras de *deficiência múltipla*, a maioria assinalou a alternativa “um membro superior e um inferior” (20,89%), enquanto aqueles incluídos no item *Deficiência e doenças citadas* responderam, em percentuais iguais, as opções “dois membros inferiores” e “um membro superior e um inferior” (13,33%).

Tabela 4.3

Portadores de Deficiência Física quanto ao tipo ou extensão da seqüela.

Tipo ou extensão da seqüela	Física		Deficiência Múltipla		Deficiência e doenças citadas		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Um membro inferior	495	29,95	54	14,10	1	6,67	-	-	601	25,44
Dois membros inferiores	267	16,15	45	11,75	2	13,33	-	-	355	15,05
Um membro inferior e dois superiores	3	0,18	1	0,26	-	-	-	-	4	0,19
Um membro superior	228	13,79	20	5,22	1	6,67	-	-	275	11,63
Dois membros superiores	61	3,69	12	3,13	-	-	-	-	80	3,38
Um membro superior e um inferior	249	15,06	80	20,89	2	13,33	-	-	380	16,11
Um membro superior e dois inferiores	29	1,75	11	2,87	-	-	-	-	45	1,89
Dois membros superiores e dois inferiores	132	7,99	50	13,05	1	6,67	-	-	211	8,92
Nenhuma das alternativas	132	7,99	20	5,22	-	-	-	-	165	7,00
Não responderam	57	3,45	90	23,50	8	53,33	10	100	245	10,39
Total	1653	100	383	100	15	100	10	100	2361	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Quanto à origem da deficiência (se foi adquirida ou se a pessoa a tem desde o nascimento), observou-se, conforme Tabela 4.4, que aproximadamente 64% afirmaram que a deficiência foi adquirida, enquanto 36% a têm desde o nascimento. Apenas 0,25% não respondeu esse quesito.

O quadro é semelhante quando a análise se dá por tipo de deficiência, exceto nos casos das pessoas com deficiência auditiva e mental, que apresentaram percentuais mais elevados para a ocorrência da deficiência desde o nascimento do que para a deficiência adquirida depois.

Tabela 4.4

Portadores de Deficiência segundo o tipo e origem da deficiência.

Tipo de deficiência	Foi adquirida		Tem desde o nascimento		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Auditiva	164	44,57	203	55,16	1	0,27	368	100
Física	1366	82,64	286	17,30	1	0,06	1653	100
Mental	216	32,98	438	66,87	1	0,15	655	100
Visual	277	65,80	144	34,20	-	-	421	100
Deficiência Múltipla	213	55,61	168	43,86	2	0,52	383	100
Deficiência e doenças citadas	8	53,33	7	46,67		0,00	15	100
Outra	43	62,32	24	34,78	2	2,90	69	100
Não responderam	4	40,00	4	40,00	2	20,00	10	100
Total	2291	64,10	1274	35,65	9	0,25	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Aos entrevistados que responderam que adquiriram a deficiência, foi-lhes perguntado com que idade isto aconteceu. Do total de 2291, 404 (17,63%) não responderam a questão, ou seja, não especificaram quando adquiriram a deficiência: se antes de um ano de idade (de 1 a 11 meses) ou se depois de um ano de idade. Por isso, optou-se pela tabulação e análise dos resultados apresentados nas Tabelas 4.5 e 4.6, considerando as informações somente dos entrevistados que responderam esse quesito.

Na Tabela 4.5 é possível constatar que 172 pessoas (7,5% de 2291) adquiriram a deficiência antes de completarem um ano de idade. A maioria (em torno de 47%) afirmou que isso aconteceu quando tinham de 7 a 11 meses; 27,33%, quando tinham de 4 a 6 meses, e 25,58% adquiriram a deficiência nos primeiros três meses de vida.

Na observação dos dados referentes aos portadores de deficiência auditiva e visual, percebe-se que os maiores percentuais encontram-se na faixa de 1 a 3 meses: em torno de 61% e 57%, respectivamente. Os portadores de deficiência física, por sua vez, adquiriram a deficiência principalmente na faixa de 7 a 11 meses (56,76%), enquanto para pessoas com deficiência mental, isto aconteceu no período de 4 a 6 meses de idade (52,17%).

Tabela 4.5

Portadores de Deficiência adquirida segundo o tipo de deficiência e faixa etária quando a adquiriram (em meses).

Tipo de deficiência	Faixa etária (em meses)						Total	
	De 1 a 3		De 4 a 6		De 7 a 11			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	8	61,54	2	15,38	3	23,08	13	100
Física	19	17,12	29	26,13	63	56,76	111	100
Mental	6	26,09	12	52,17	5	21,74	23	100
Visual	4	57,14	-	-	3	42,86	7	100
Deficiência Múltipla	7	41,18	3	17,65	7	41,18	17	100
Outra	-	-	1	100	-	-	1	100
Total	44	25,58	47	27,33	81	47,09	172	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Do total de 2291 PPDs que afirmaram que a deficiência foi adquirida, 1715 (cerca de 75%) responderam que isto aconteceu quando tinham mais de um ano de idade (Tabela 4.6). Aproximadamente 32% adquiriram a deficiência com idade entre 35 e 54 anos; 27,7%, quando tinham de 19 a 34 anos; 24,73% nos primeiros dez anos de vida (faixas 1 a 5 e 6 a 10); 13%, com idade de 11 a 18 anos, e apenas 2,33%, com mais de 55 anos.

Esse quadro é semelhante para os portadores de deficiências física, visual e múltipla. Os portadores das deficiências auditiva e mental, por sua vez, apresentam percentuais mais elevados nos primeiros dez anos (faixas 1 a 5 e 6 a 10) do que nas demais faixas.

Tabela 4.6

Portadores de Deficiência adquirida segundo o tipo de deficiência e faixa etária quando adquiriram (em anos).

Tipo de deficiência	Faixa etária (em anos)										Total	
	De 1 a 5		De 6 a 10		De 11 a 18		De 19 a 34		De 35 a 54		55 e mais	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	37	31,09	13	10,92	17	14,29	30	25,21	19	15,97	3	2,52
Física	172	16,67	64	6,20	112	10,85	299	28,97	361	34,98	24	2,33
Mental	26	17,81	25	17,12	36	24,66	38	26,03	18	12,33	3	2,05
Visual	23	10,60	26	11,98	34	15,67	61	28,11	66	30,41	7	3,23
Deficiência Múltipla	15	9,62	9	5,77	15	9,62	42	26,92	73	46,79	2	1,28
Deficiência e doenças citadas	-	-	-	-	1	14,29	1	14,29	4	57,14	1	14,29
Outra	1	2,78	13	36,11	8	22,22	4	11,11	10	27,78	-	-
Não responderam	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100	-	-
Total	274	15,98	150	8,75	223	13,00	475	27,70	553	32,24	40	2,33
											1715	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

A Tabela 4.7 apresenta as informações referentes ao quesito “tem alguma deficiência mental que limite as suas atividades habituais (como trabalhar, estudar, etc.)?”.

Na análise dos dados foi possível constatar que a maioria (72,44%) não possui deficiência mental permanente, enquanto aproximadamente 25% a possuem. Desses, como era esperado, a população que apresenta o maior percentual de pessoas com essa deficiência é composta pelos próprios portadores de deficiência mental (80,31%). Em seguida, estão os portadores de deficiência múltipla (61,10%), certamente porque, além de outra(s) deficiência(s), possuem a deficiência mental.

É interessante observar que alguns portadores de outras deficiências, como a visual, física e auditiva, também responderam afirmativamente a este quesito nos seguintes percentuais: 4,51%, 4,30% e 3,26%, respectivamente.

Tabela 4.7

Portadores de Deficiência quanto à existência de deficiência mental permanente segundo o tipo de deficiência.

Tipo de deficiência	Tem deficiência mental permanente		Não tem deficiência mental permanente		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	12	3,26	345	93,75	11	2,99	368	100
Física	71	4,30	1526	92,32	56	3,39	1653	100
Mental	526	80,31	123	18,78	6	0,92	655	100
Visual	19	4,51	388	92,16	14	3,33	421	100
Deficiência Múltipla	234	61,10	137	35,77	12	3,13	383	100
Deficiência e doenças citadas	5	33,33	10	66,67	-	-	15	100
Outra	11	15,94	53	76,81	5	7,25	69	100
Não responderam	1	10,00	7	70,00	2	20,00	10	100
Total	879	24,59	2589	72,44	106	2,97	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

No questionário, há cinco perguntas referentes à avaliação do entrevistado quanto à sua capacidade de enxergar, ouvir, caminhar, subir escadas, ficar e permanecer em pé. Essas perguntas foram feitas para todas as pessoas, independente do tipo de deficiência delas.

Cada entrevistado deveria respondê-las fazendo a avaliação de suas capacidades no momento em que estavam usando o aparelho de reabilitação. Por exemplo, quanto à capacidade de enxergar, o entrevistado deveria dizer se é incapaz, se tem grande dificuldade permanente, se tem alguma dificuldade permanente ou se não tem nenhuma

dificuldade a partir de sua percepção quando está utilizando óculos ou lentes de contato. Semelhantemente deveria responder a pergunta sobre sua capacidade de ouvir, de caminhar, etc.

Contudo, embora a orientação fosse essa, muitos entrevistados responderam as questões sem considerar a utilização do aparelho, uma vez que sua deficiência não requer um aparelho de reabilitação diretamente ligado à capacidade que está avaliando. Assim, por exemplo, a pessoa com deficiência visual, quando respondeu a pergunta sobre sua capacidade de ouvir, o fez sem considerar a utilização de aparelho auditivo, já que ela não possui e não faz uso deste tipo de aparelho.

Isso posto, acredita-se que essas perguntas são muito importantes à medida que permitem o conhecimento de outros problemas que as PPDs podem ter para além da deficiência declarada. As Tabelas 4.8 a 4.12 mostram os resultados das tabulações dessas questões.

Quanto à avaliação da capacidade de enxergar, aproximadamente 68% das PPDs afirmaram que não têm nenhuma dificuldade; 18% apresentam alguma dificuldade permanente; 10,8%, grande dificuldade permanente e 1,82% disseram ser incapazes de enxergar (Tabela 4.8).

Tabela 4.8

Portadores de Deficiência quanto à avaliação da capacidade de enxergar, segundo o tipo de deficiência.

Tipo de deficiência	Incapaz		Grande dificuldade permanente		Alguma dificuldade permanente		Nenhuma dificuldade		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	1	0,27	11	2,99	50	13,59	300	81,52	6	1,63	368	100
Física	1	0,06	54	3,27	262	15,85	1303	78,83	33	2,00	1653	100
Mental	-	-	19	2,90	99	15,11	527	80,46	10	1,53	655	100
Visual	54	12,83	225	53,44	102	24,23	29	6,89	11	2,61	421	100
Deficiência Múltipla	9	2,35	67	17,49	108	28,20	193	50,39	6	1,57	383	100
Deficiência e doenças citadas	-	-	5	33,33	7	46,67	3	20,00	-	-	15	100
Outra	-	-	2	2,90	6	8,70	58	84,06	3	4,35	69	100
Não responderam	-	-	3	30,00	1	10,00	4	40,00	2	20,00	10	100
Total	65	1,82	386	10,80	635	17,77	2417	67,63	71	1,99	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Evidentemente, os percentuais mais elevados pertencem às pessoas com deficiência visual: 12,8% (incapazes de enxergar); 53% (grande dificuldade permanente) e 24% (alguma dificuldade permanente). Em seguida, estão os portadores de deficiência múltipla que, provavelmente, têm deficiência visual, além de outra(s) deficiência(s) que declararam.

A Tabela 4.9 mostra os resultados das respostas dos entrevistados quanto à capacidade de ouvir. Cerca de 80% não apresentam nenhuma dificuldade; 9% têm alguma dificuldade; 6%, grande dificuldade e 3,53% assinalaram que são incapazes de ouvir mesmo fazendo uso do aparelho auditivo.

Tabela 4.9

Portadores de Deficiência quanto à avaliação da capacidade de ouvir, segundo o tipo de deficiência.

Tipo de deficiência	Incapaz		Grande dificuldade permanente		Alguma dificuldade permanente		Nenhuma dificuldade		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	110	29,89	153	41,58	75	20,38	28	7,61	2	0,54	368	100
Física	2	0,12	16	0,97	106	6,41	1490	90,14	39	2,36	1653	100
Mental	1	0,15	13	1,98	45	6,87	586	89,47	10	1,53	655	100
Visual	-	-	9	2,14	23	5,46	382	90,74	7	1,66	421	100
Deficiência Múltipla	13	3,39	30	7,83	56	14,62	280	73,11	4	1,04	383	100
Deficiência e doenças citadas	-	-	2	13,33	2	13,33	11	73,33	-	-	15	100
Outra	-	-	-	-	1	1,45	66	95,65	2	2,90	69	100
Não responderam	-	-	-	-	-	-	8	80,00	2	20,00	10	100
Total	126	3,53	223	6,24	308	8,62	2851	79,77	66	1,85	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Os portadores de deficiência auditiva, como era esperado, foram os que apresentaram os maiores percentuais referentes à incapacidade de ouvir (cerca de 30%), a ter grande dificuldade permanente (41,58%) e a ter alguma dificuldade (20,38%). Apenas 7,61% afirmaram não ter nenhuma dificuldade de ouvir usando aparelho.

Em que pesem esses resultados, alguns portadores de outras deficiências responderam, em percentuais não desprezíveis, que têm alguma dificuldade de ouvir.

Quanto à avaliação da capacidade de caminhar, pôde-se verificar, na Tabela 4.10, que 52,83% afirmaram não ter nenhuma dificuldade; em torno de 26% apresentaram alguma dificuldade; 14% têm grande dificuldade permanente e 6% se declararam incapazes de caminhar.

Tabela 4.10

Portadores de Deficiência quanto à avaliação da capacidade de caminhar, segundo o tipo de deficiência.

Tipo de deficiência	Incapaz		Grande dificuldade permanente		Alguma dificuldade permanente		Nenhuma dificuldade		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	-	-	6	1,63	16	4,35	341	92,66	5	1,36	368	100
Física	152	9,20	338	20,45	632	38,23	517	31,28	14	0,85	1653	100
Mental	13	1,98	19	2,90	77	11,76	538	82,14	8	1,22	655	100
Visual	1	0,24	17	4,04	66	15,68	328	77,91	9	2,14	421	100
Deficiência Múltipla	46	12,01	106	27,68	128	33,42	99	25,85	4	1,04	383	100
Deficiência e doenças citadas	1	6,67	2	13,33	3	20,00	9	60,00	-	-	15	100
Outra	5	7,25	7	10,14	5	7,25	50	72,46	2	2,90	69	100
Não responderam	1	10,00	1	10,00	-	-	6	60,00	2	20,00	10	100
Total	219	6,13	496	13,88	927	25,94	1888	52,83	44	1,23	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Do total de PPDs que responderam o quesito a respeito da capacidade de subir escadas, cerca de 51% assinalaram que não têm nenhuma dificuldade; 19% têm alguma dificuldade; 18%, grande dificuldade e 11% afirmaram serem incapazes (Tabela 4.11).

Tabela 4.11

Portadores de Deficiência quanto à avaliação da capacidade de subir escadas, segundo o tipo de deficiência.

Tipo de deficiência	Incapaz		Grande dificuldade permanente		Alguma dificuldade permanente		Nenhuma dificuldade		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	-	-	9	2,45	24	6,52	331	89,95	4	1,09	368	100
Física	266	16,09	443	26,80	422	25,53	499	30,19	23	1,39	1653	100
Mental	27	4,12	28	4,27	68	10,38	521	79,54	11	1,68	655	100
Visual	11	2,61	26	6,18	73	17,34	303	71,97	8	1,90	421	100
Deficiência Múltipla	91	23,76	110	28,72	73	19,06	104	27,15	5	1,31	383	100
Deficiência e doenças citadas	4	26,67	3	20,00	4	26,67	4	26,67	-	-	15	100
Outra	7	10,14	7	10,14	8	11,59	45	65,22	2	2,90	69	100
Não responderam	1	10,00	2	20,00	2	20,00	3	30,00	2	20,00	10	100
Total	407	11,39	628	17,57	674	18,86	1810	50,64	55	1,54	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Também nesse quesito os maiores percentuais referem-se aos portadores de deficiência física e múltipla, embora aqueles que têm outras deficiências também tenham expressado alguma dificuldade de subir escadas.

Por fim, a análise da questão referente à avaliação da capacidade de ficar e permanecer em pé evidenciou que a maioria dos entrevistados (50,64%) não apresenta nenhuma dificuldade; 18% têm alguma dificuldade; 14%, grande dificuldade e 8% se declararam incapazes quanto a essa capacidade (Tabela 4.12).

Mais uma vez, as pessoas com deficiências física e múltipla foram as que mostraram os maiores percentuais de dificuldade quanto à capacidade de ficar e permanecer em pé.

Tabela 4.12

Portadores de Deficiência quanto à avaliação da capacidade de ficar e permanecer em pé, segundo o tipo de deficiência.

Tipo de deficiência	Incapaz		Grande dificuldade permanente		Alguma dificuldade permanente		Nenhuma dificuldade		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	-	-	6	1,63	15	4,08	343	93,21	4	1,09	368	100
Física	205	12,40	351	21,23	449	27,16	628	37,99	20	1,21	1653	100
Mental	14	2,14	24	3,66	49	7,48	559	85,34	9	1,37	655	100
Visual	3	0,71	24	5,70	44	10,45	341	81,00	9	2,14	421	100
Deficiência Múltipla	58	15,14	91	23,76	76	19,84	153	39,95	5	1,31	383	100
Deficiência e doenças citadas	1	6,67	2	13,33	6	40,00	6	40,00	-	-	15	100
Outra	5	7,25	7	10,14	7	10,14	48	69,57	2	2,90	69	100
Não responderam	1	10,00	-	-	1	10,00	6	60,00	2	20,00	10	100
Total	287	8,03	505	14,13	647	18,10	2084	58,31	51	1,43	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Na análise dos dados referentes ao quesito “sua deficiência requer algum aparelho de reabilitação?”, a maioria dos entrevistados (em torno de 64%) respondeu negativamente, enquanto 32,57% afirmaram que a deficiência que têm requer aparelho e 3,11% não souberam responder a questão (Tabela 4.13).

Observando-se as informações por tipo de deficiência, percebe-se que somente no caso das pessoas com deficiência auditiva, a maioria respondeu que a deficiência requer aparelho de reabilitação (58,15%). Esse percentual foi de 39,43% entre os portadores de deficiência visual; 36,6% entre as pessoas com deficiência física; 34,46% entre os que têm deficiência múltipla e 46,67% entre aqueles que citaram uma deficiência e alguma doença. As pessoas com deficiência mental foram as que apresentaram o menor percentual relativo à necessidade de aparelho (4,89%), possivelmente devido à própria especificidade da deficiência.

Tabela 4.13

Portadores de Deficiência quanto à necessidade de aparelho de reabilitação, segundo o tipo de deficiência.

Tipo de deficiência	A deficiência requer aparelho		A deficiência não requer aparelho		Não sabe		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	214	58,15	135	36,68	18	4,89	1	0,27	368	100
Física	605	36,60	1006	60,86	39	2,36	3	0,18	1653	100
Mental	32	4,89	613	93,59	8	1,22	2	0,31	655	100
Visual	166	39,43	232	55,11	21	4,99	2	0,48	421	100
Deficiência Múltipla	132	34,46	227	59,27	23	6,01	1	0,26	383	100
Deficiência e doenças citadas	7	46,67	8	53,33	-	-	-	-	15	100
Outra	7	10,14	60	86,96	2	2,90	-	-	69	100
Não responderam	1	10,00	7	70,00	-	-	2	20,00	10	100
Total	1164	32,57	2288	64,02	111	3,11	11	0,31	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Aos entrevistados que responderam que sua deficiência requer aparelho de reabilitação, foi feita a pergunta “qual aparelho?”. Todas as pessoas, mesmo as que têm deficiência múltipla, deveriam assinalar o principal aparelho que consideravam necessário. A Tabela 4.14 mostra as informações obtidas a partir das respostas a esse quesito segundo o tipo de deficiência.

O *aparelho auditivo* foi o mais assinalado relativamente aos demais (20,53%), seguido de *cadeira de rodas* (20,02%), *muleta* (10,82%), *lente especial* (10,40%), *bengala* (9,71%) e outros em menores percentuais.

Entre as pessoas com deficiência auditiva, a maioria assinalou o *aparelho auditivo* como o mais requerido (em torno de 97%).

Entre os portadores de deficiência física, a *cadeira de rodas* foi a mais citada (27,27%), seguida por outros aparelhos: *muleta* (18,68%), *bengala* (13,55%), *prótese* (12,23%), *aparelho ortopédico* (9,75%) e *órtese* (8,26%).

Tabela 4.14

Pessoas cuja deficiência requer aparelho de reabilitação segundo o tipo de aparelho e de deficiência.

Tipo de aparelho	Tipo de deficiência												Não responderam		Total			
	Auditiva		Física		Mental		Visual		Deficiência Múltipla		Deficiência e doenças citadas		Outra					
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Aparelho Auditivo	207	96,73	4	0,66	3	9,38	-	-	23	17,42	2	28,57	-	-	-	239	20,53	
Aparelho Ortopédico	1	0,47	59	9,75	3	9,38	1	0,60	9	6,82	-	-	1	14,29	-	-	74	6,36
Bengala	-	-	82	13,55	3	9,38	14	8,43	14	10,61	-	-	-	-	-	-	113	9,71
Cadeira de Rodas	-	-	165	27,27	13	40,63	-	-	51	38,64	1	14,29	3	42,86	-	-	233	20,02
Lente Especial	1	0,47	-	-	1	3,13	107	64,46	10	7,58	2	28,57	-	-	-	-	121	10,40
Muleta	1	0,47	113	18,68	2	6,25	-	-	9	6,82	1	14,29	-	-	-	-	126	10,82
Órtese	-	-	50	8,26	2	6,25	-	-	5	3,79	-	-	-	-	-	-	57	4,90
Prótese	-	-	74	12,23	-	-	12	7,23	5	3,79	-	-	1	14,29	-	-	92	7,90
Outro	-	-	39	6,45	5	15,63	30	18,07	4	3,03	1	14,29	2	28,57	1	100	82	7,04
Não responderam	4	1,87	19	3,14	-	-	2	1,20	2	1,52	-	-	-	-	-	-	27	2,32
Total	214	100	605	100	32	100	166	100	132	100	7	100	7	100	1	100	1164	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Para 166 pessoas com deficiência visual que necessitam de aparelho de reabilitação, a *lente especial* foi a mais citada (64,46%), o que aconteceu também entre os entrevistados que citaram uma deficiência e alguma doença (28,57%).

Os portadores de deficiência múltipla assinalaram principalmente os itens *cadeira de rodas* (38,64%), *aparelho auditivo* (17,42%) e *bengala* (10,61%).

Tabela 4.15

Portadores de Deficiência que possuem o aparelho de reabilitação segundo o tipo de deficiência.

Tipo de deficiência	Possuem o aparelho		Não possuem o aparelho		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	129	60,28	84	39,25	1	0,47	214	100
Física	499	82,48	104	17,19	2	0,33	605	100
Mental	19	59,38	13	40,63	-	-	32	100
Visual	132	79,52	31	18,67	3	1,81	166	100
Deficiência Múltipla	93	70,45	37	28,03	2	1,52	132	100
Deficiência e doenças citadas	2	28,57	5	71,43	-	-	7	100
Outra	5	71,43	2	28,57	-	-	7	100
Não responderam	1	100	-	-	-	-	1	100
Total	880	75,60	276	23,71	8	0,69	1164	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Nas respostas ao quesito “já possui o aparelho?”, aproximadamente 76% das pessoas com deficiência, que afirmaram necessitar de aparelho de reabilitação, responderam afirmativamente, enquanto 24% disseram que não possuem (Tabela 4.15).

Desses, os percentuais mais destacados foram observados para aqueles com deficiência auditiva (39,25%), com deficiência múltipla (28,03%), com deficiência visual (18,67%) e com deficiência física (17,19%).

Para as pessoas que afirmaram que possuem o aparelho de reabilitação foram feitas quatro perguntas: 1) como o adquiriu?, 2) qual o município de aquisição?, 3) qual o estado de conservação do aparelho? e 4) o aparelho está adequado às suas necessidades?.

No que se refere ao quesito “como adquiriu o aparelho?”, aproximadamente 39% afirmaram que compraram; 21% o adquiriram por meio de doação de uma instituição; 15% por meio de doação de pessoa física, e para 8% dos portadores de deficiência, a família comprou o aparelho. As demais alternativas apresentaram percentuais significativamente menores: SUS (4,55%), empréstimo (4,43%), a pessoa mesma fez o aparelho (3,98%) e INSS (3,64%). (Ver Tabela 4.16).

Esse quadro é semelhante quando são observadas as informações por tipo de deficiência. Em todos os casos, as duas formas principais de aquisição do aparelho foram: *comprou* e *doação de instituição*.

Tabela 4.16

Portadores de Deficiência que possuem o aparelho de reabilitação por tipo de deficiência e forma de aquisição do aparelho.

Forma de aquisição do aparelho	Tipo de deficiência												Não responderam		Total			
	Auditiva		Física		Mental		Visual		Deficiência Múltipla		Deficiência e doenças citadas		Outra					
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
A família comprou	20	15,50	28	5,61	2	10,53	11	8,33	5	5,38	-	-	-	-	1	100	67	7,61
Comprou	47	36,43	179	35,87	6	31,58	84	63,64	26	27,96	1	50,00	2	40,00	-	-	345	39,20
Doação de Instituição	40	31,01	103	20,64	6	31,58	13	9,85	18	19,35	1	50,00	2	40,00	-	-	183	20,80
Doação de Pessoa Física	8	6,20	84	16,83	4	21,05	10	7,58	24	25,81	-	-	1	20,00	-	-	131	14,89
Empréstimo	-	-	28	5,61	-	-	1	0,76	10	10,75	-	-	-	-	-	-	39	4,43
INSS	3	2,33	23	4,61	1	5,26	2	1,52	3	3,23	-	-	-	-	-	-	32	3,64
SUS	6	4,65	26	5,21	-	-	3	2,27	5	5,38	-	-	-	-	-	-	40	4,55
A pessoa mesma fez	4	3,10	23	4,61	-	-	6	4,55	2	2,15	-	-	-	-	-	-	35	3,98
Não responderam	1	0,78	5	1,00	-	-	2	1,52	-	-	-	-	-	-	-	-	8	0,91
Total	129	100	499	100	19	100	132	100	93	100	2	100	5	100	1	100	880	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Quanto ao município de aquisição do aparelho, aproximadamente 82% dos entrevistados responderam que o adquiriram em Uberlândia. Mesmo observando os dados por tipo de deficiência, esse município é o mais citado entre aqueles que possuem aparelho (Tabela 4.17).

Depois de Uberlândia, o município de São Paulo (SP) foi o segundo local com maior participação (3,75%), seguido de Bauru (SP), com 1,59%, e Goiânia (GO), com 1,48%.

Em Minas Gerais, outro local citado foi Belo Horizonte (2,39%), mas também Patos de Minas, Patrocínio e Ituiutaba, com percentuais menores que 0,5%.

No Estado de São Paulo, além da capital e de Bauru, outros municípios citados foram Campinas, Franca e Ribeirão Preto, com pequenas participações.

Em Goiás, os municípios de Catalão (0,23%) e Paranaiguara (0,11%) também foram citados, além da capital goiana.

No Rio Grande do Sul, alguns portadores de deficiência adquiriram seus aparelhos de reabilitação em Pelotas, Porto Alegre e Caxias do Sul.

No item *Outros Municípios* (4,43%) foram somadas as citações de outros municípios com participações menores.

Tabela 4.17

Municípios de aquisição do aparelho de reabilitação segundo o tipo de deficiência.

Municípios de aquisição do aparelho	Total		Tipo de deficiência							Não respondeu
	Nº	%	Auditiva	Física	Mental	Visual	Deficiência Múltipla	Deficiência e doenças citadas	Outra	
GOIÁS			-	-	-	-	-	-	-	-
Goiânia	13	1,48	-	9	-	2	2	-	-	-
Catalão	2	0,23	-	-	-	1	1	-	-	-
Paranaiguara	1	0,11	-	-	-	-	1	-	-	-
MINAS GERAIS										
Uberlândia	719	81,70	103	408	16	108	77	2	4	1
Belo Horizonte	21	2,39	3	9	-	7	2	-	-	-
Patos de Minas	3	0,34	1	2	-	-	-	-	-	-
Patrocínio	3	0,34	-	3	-	-	-	-	-	-
Ituiutaba	2	0,23	-	2	-	-	-	-	-	-
Araguari	1	0,11	-	1	-	-	-	-	-	-
Campina Verde	1	0,11	-	-	-	-	1	-	-	-
Carmo do Paranaíba	1	0,11	-	1	-	-	-	-	-	-
Coromandel	1	0,11	-	1	-	-	-	-	-	-
Tupaciguara	1	0,11	-	-	1	-	-	-	-	-
RIO GRANDE DO SUL										
Pelotas	2	0,23	-	2	-	-	-	-	-	-
Porto Alegre	2	0,23	-	1	-	-	-	-	1	-
Caxias do Sul	1	0,11	-	1	-	-	-	-	-	-
SÃO PAULO										
São Paulo	33	3,75	5	16	-	9	3	-	-	-
Bauru	14	1,59	12	-	-	-	2	-	-	-
Campinas	2	0,23	-	2	-	-	-	-	-	-
Franca	2	0,23	2	-	-	-	-	-	-	-
Carapicuíba	1	0,11	-	1	-	-	-	-	-	-
Ribeirão Preto	1	0,11	-	1	-	-	-	-	-	-
Votuporanga	1	0,11	-	1	-	-	-	-	-	-
OUTROS MUNICÍPIOS	39	4,43	1	31	1	4	2	-	-	-
Não responderam	13	1,48	2	7	1	1	2	-	-	-
Total	880	100	129	499	19	132	93	2	5	1

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

No que se refere ao estado de conservação do aparelho, cerca de 83% das PPDs responderam que seus aparelhos encontram-se em condições de uso, enquanto 15% assinalaram a alternativa “sem condições de uso”. Apenas 0,68% não respondeu esse quesito (Tabela 4.18).

Esse quadro é o mesmo se as informações são observadas por tipo de deficiência. Para todas as pessoas, um percentual acima de 70% afirmou que o aparelho encontra-se em condições de uso.

Tabela 4.18

Portadores de Deficiência que possuem o aparelho de reabilitação por tipo de deficiência e estado de conservação do aparelho.

Tipo de deficiência	Em condições de uso		Sem condições de uso		Não se aplica		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	95	73,64	31	24,03	2	1,55	1	0,78	129	100
Física	420	84,17	73	14,63	3	0,60	3	0,60	499	100
Mental	17	89,47	2	10,53	-	-	-	-	19	100
Visual	109	82,58	18	13,64	3	2,27	2	1,52	132	100
Deficiência Múltipla	82	88,17	11	11,83	-	-	-	-	93	100
Deficiência e doenças citadas	2	100	-	-	-	-	-	-	2	100
Outra	5	100	-	-	-	-	-	-	5	100
Não responderam	1	100	-	-	-	-	-	-	1	100
Total	731	83,07	135	15,34	8	0,91	6	0,68	880	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Por fim, quanto à adequação do aparelho às necessidades do portador de deficiência, aproximadamente 77% dos 880 entrevistados que têm aparelho o consideram adequado. Por outro lado, em torno de 20% o avaliam como inadequado às suas necessidades. Apenas 1,82% não respondeu a pergunta (Tabela 4.19).

Esses resultados, se analisados por tipo de deficiência, evidenciam o mesmo quadro, ou seja, independente da deficiência declarada, a maioria das pessoas (acima de 70%) afirma que o aparelho utilizado é adequado às suas necessidades.

Tabela 4.19

Portadores de Deficiência que possuem o aparelho de reabilitação por tipo de deficiência e adequação do aparelho às suas necessidades.

Tipo de deficiência	Adequado		Inadequado		Não se aplica		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	90	69,77	32	24,81	5	3,88	2	1,55	129	100
Física	396	79,36	94	18,84	4	0,80	5	1,00	499	100
Mental	17	89,47	2	10,53	-	-	-	-	19	100
Visual	93	70,45	31	23,48	6	4,55	2	1,52	132	100
Deficiência Múltipla	74	79,57	18	19,35	1	1,08	-	-	93	100
Deficiência e doenças citadas	2	100	-	-	-	-	-	-	2	100
Outra	4	80,00	1	20,00	-	-	-	-	5	100
Não responderam	1	100		0,00	-	-	-	-	1	100
Total	677	76,93	178	20,23	16	1,82	9	1,02	880	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Aos 276 portadores de deficiência que responderam que não possuem aparelho de reabilitação, foi perguntado o motivo por que não o possuem. A Tabela 4.20 apresenta os resultados obtidos a partir desse quesito.

Dentre as cinco opções de resposta, o principal motivo foi dificuldade financeira (67,39%). Em seguida, cerca de 4% afirmaram que não necessitam; 2,9% não sabem onde adquirir e 2,17% não têm o aparelho porque afirmam que este não foi desenvolvido ainda. Apenas 0,72% acredita que o aparelho não está disponível em Uberlândia, enquanto 20,29% citaram motivos diversos de não possuírem aparelho de reabilitação, tais como: está em tratamento e espera recomendação médica, não gosta de usar, não se adaptou ao aparelho, etc.

Tabela 4.20

Portadores de Deficiência segundo os motivos de não possuírem o aparelho de reabilitação

Motivos de não possuir o aparelho	Total	
	Número	%
Dificuldade financeira	186	67,39
Não necessita	11	3,99
Não sabe onde adquirir	8	2,90
Não foi desenvolvido ainda	6	2,17
Não está disponível em Uberlândia	2	0,72
Outro	56	20,29
Não responderam	7	2,54
Total	276	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

No quesito “que tipo de transporte utiliza?”, o entrevistado poderia responder escolhendo mais de uma alternativa, o que gerou um número de respostas superior ao número de portadores de deficiência. A partir da análise dos dados, decidiu-se fazer uma redistribuição da participação relativa das respostas no número total de entrevistados, o que facilita o estudo e a compreensão das informações. A Tabela 4.21 mostra os resultados encontrados.

Aproximadamente 76% das pessoas com deficiência citaram o ônibus comum como o transporte mais utilizado. Em segundo lugar, mas com uma participação significativamente menor, está veículo próprio (8,86%), seguido de transporte particular (4,76%), ônibus adaptado (2,47%), Van porta-a-porta (2,11%) e Van Passe Livre (1,3%). As demais alternativas tiveram participações relativas menores que 1%. Um total de 94 pessoas (2,62%) afirmaram não utilizar transporte.

Tabela 4.21

Portadores de Deficiência segundo o tipo de transporte utilizado.

Tipo de transporte utilizado	Total	
	Número	%
Ônibus comum	2715	75,96
Veículo Próprio	317	8,86
Particular	170	4,76
Ônibus adaptado	88	2,47
Van porta-a-porta	76	2,11
Van Passe Livre	46	1,30
Moto Táxi	26	0,74
Táxi	21	0,59
Van Particular	21	0,59
Não utiliza	94	2,62
Total	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

De maneira semelhante ao quesito anterior, a pergunta “para qual finalidade utiliza transporte?” também permitia mais de uma alternativa como resposta. Por isso, o procedimento adotado foi o mesmo.

Conforme Tabela 4.22, a maioria dos portadores de deficiência (76,86%) afirmou que utiliza transporte para todas as atividades fora de casa. Cerca de 12% citaram o item “tratamento”, que se refere a tratamento médico ou fisioterapêutico, como principal

finalidade do uso de transporte. As demais alternativas aparecem com participações menores: “estudo” (4,04%), “lazer” (3,66%) e “trabalho” (3,63%).

Tabela 4.22

Portadores de Deficiência segundo a finalidade para a qual utilizam transporte.

Finalidade para a qual utilizam transporte	Total	
	Número	%
Para todas as atividades fora de casa	2747	76,86
Tratamento	422	11,80
Estudo	144	4,04
Lazer	131	3,66
Trabalho	130	3,63
Total	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Quanto à pergunta “precisa de ajuda para sair de casa?”, aproximadamente 33% das PPDs responderam afirmativamente, enquanto 66,56% afirmaram que não precisam de ajuda. Apenas 0,34% não respondeu a questão (Tabela 4.23).

As informações por tipo de deficiência mostram que, entre os portadores de deficiência auditiva, a maioria (88,59%) respondeu que não precisa de ajuda para sair de casa, o que aconteceu também com os portadores de deficiência física (78,64%), visual (63,18%) e aqueles que citaram uma deficiência e alguma doença (60%).

Tabela 4.23

Portadores de Deficiência quanto à necessidade de ajuda para sair de casa segundo o tipo de deficiência.

Tipo de deficiência	Precisam de ajuda		Não precisam de ajuda		Não responderam		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Auditiva	42	11,41	326	88,59	-	-	368	100
Física	346	20,93	1300	78,64	7	0,42	1653	100
Mental	380	58,02	275	41,98	-	-	655	100
Visual	153	36,34	266	63,18	2	0,48	421	100
Deficiência Múltipla	234	61,10	149	38,90	-	-	383	100
Deficiência e doenças citadas	6	40,00	9	60,00	-	-	15	100
Outra	18	26,09	50	72,46	1	1,45	69	100
Não responderam	4	40,00	4	40,00	2	20,00	10	100
Total	1183	33,10	2379	66,56	12	0,34	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

A situação é diferente para as pessoas com deficiência mental e para os portadores de deficiência múltipla, cujas respostas mostraram que mais de 50% necessitam de ajuda.

Aos entrevistados que responderam que precisam de ajuda para sair de casa (1183) foi feita à pergunta “quem ajuda?”. Assim como em alguns quesitos anteriores, era possível marcar mais de uma alternativa. De forma semelhante, o procedimento adotado foi a redistribuição da participação relativa das respostas no total desses 1183 portadores de deficiência. A Tabela 4.24 mostra os resultados encontrados.

Cerca de 85% citaram a alternativa “parente que mora no domicílio”. Em segundo lugar, 9,85% marcaram “parente que mora em outro local”; enquanto 2,75% e 2,20% assinalaram os itens “Voluntário” e “Outro”, respectivamente. Apenas 0,58% citou a opção “Pessoa Contratada”.

Tabela 4.24

Distribuição dos portadores de deficiência segundo lista de pessoas que os ajudam.

Pessoas que prestam ajudam	Total	
	Número	%
Parente que mora no domicílio	1000	84,56
Parente que mora em outro local	117	9,85
Voluntário	33	2,75
Pessoa contratada	7	0,58
Outro	26	2,20
Total	1183	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Aos entrevistados que responderam necessitar de ajuda para sair de casa foi perguntado ainda sobre o modo como a pessoa os auxilia. Dentre as alternativas enumeradas, era possível marcar mais de uma. Adotou-se, então, o mesmo procedimento do quesito anterior: o da redistribuição da participação relativa das respostas no total das 1183 pessoas.

Por meio da Tabela 4.25 pode-se constatar a distribuição relativa das respostas quanto às formas como as pessoas ajudam os portadores de deficiência: *apoando* (35,59%), *guiando* (30,76%), *interpretando* (16,53%), *dirigindo* (10,14%) e *carregando* (6,93%).

Tabela 4.25

Distribuição dos portadores de deficiência segundo o modo como as pessoas os ajudam.

Modo como a pessoa ajuda o portador de deficiência	Total	
	Número	%
Apoiando	421	35,59
Guiando	364	30,76
Interpretando	196	16,53
Dirigindo	120	10,14
Carregando	82	6,93
Total	1183	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Quanto às principais atividades de lazer, os entrevistados marcaram as alternativas: *participa de encontros na associação* (19,82%), *clube* (11,75%), *cinema* (9,49%), *parque* (6,75%) e *outro* (52,21%). (Ver Tabela 4.26).

Tabela 4.26

Distribuição dos portadores de deficiência segundo Principais atividades de lazer.

Principais atividades de lazer	Total	
	Número	%
Participa de encontros na Associação	708	19,82
Clube	420	11,75
Cinema	339	9,49
Parque	241	6,75
Outro	1866	52,21
Total	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

No quesito que se refere às principais dificuldades de acesso na cidade (Tabela 4.27), observou-se que, do total de 2253 entrevistados que citaram alguma dificuldade dentre as alternativas propostas, a maioria marcou o item “falta de transporte adaptado” (26,73%). Em seguida, as alternativas que se destacaram foram: *falta de rampas nos prédios* (13,76%), *dificuldade de comunicação* (12,98%), *falta de elevadores nos prédios* (11,84%) e *falta de rampas nas esquinas* (11,22%).

Tabela 4.27

Distribuição dos portadores de deficiência segundo principais dificuldades de acesso na cidade.

Principais dificuldades de acesso na cidade	Total	
	Número	%
Falta de transporte adaptado	602	26,73
Falta de rampas nos prédios	310	13,76
Dificuldade de comunicação	292	12,98
Falta de elevadores nos prédios	267	11,84
Falta de rampas nas esquinas	253	11,22
Falta de banheiros adaptados	143	6,35
Falta de sinal sonoro	137	6,07
Outro	217	9,64
Não responderam	32	1,43
Total	2253	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

5 - Condição de Ocupação e Renda dos Portadores de Deficiência

Os resultados dessa pesquisa também permitem uma análise das condições de ocupação e renda das PPDs no mercado de trabalho, no município de Uberlândia. Além de verificar as formas e condições de ocupação atual, é possível analisar as condições de ocupação *antes e depois* da deficiência, e também as condições de renda pessoal e familiar dessas pessoas. Nesse sentido, essa seção se dedicará a tratar dessas questões fazendo referência, em alguma delas, à totalidade das PPDs que preencheram o questionário completo (3574) e, em outras, a referência dependerá do dado a ser tratado e do contingente que respondeu as questões.

Ao analisar a situação de trabalho dos portadores de deficiência pesquisados, destaca-se que de um total de 3574 pessoas, 2717 não trabalhavam, o que corresponde a uma participação relativa de 76,02%. Dos que declararam não trabalhar, na data da pesquisa, 77,86% são mulheres e 74,35%, homens. Quando se trata de analisar a participação relativa das PPDs que trabalhavam, verifica-se que apenas 845 pessoas responderam que trabalhavam, representando 23,64% do total de pessoas pesquisadas. Deste total 25,23% são homens e 21,90%, mulheres (Tabela 5.1).

Tabela 5. 1

Portadores de Deficiência quanto à situação de trabalho segundo o sexo.

Situação de trabalho	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Trabalha	373	21,90	472	25,23	845	23,64
Não Trabalha	1326	77,86	1391	74,35	2717	76,02
Não responderam	4	0,23	8	0,43	12	0,34
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Conforme Tabela 5.2, ao considerar o total de PPDs segundo situação de trabalho e faixa etária, observa-se que os resultados obtidos junto a esta parcela da sociedade vão ao encontro da realidade do mercado de trabalho da população como um todo. Qual seja, a maior concentração de trabalhadores se dá em faixa de idade intermediária e os jovens contam com baixa participação relativa no mercado de trabalho.

Os números registram que do total de 845 pessoas que trabalhavam, a maioria se concentra nas faixas etárias de 30 a 39 anos (29,11%) e de 40 a 49 anos (23,67%), significando que 52,78% dos que trabalhavam estavam numa faixa etária intermediária de 30 a 49 anos. Portanto, do total de pessoas que responderam não estarem inseridos no mercado de trabalho, observa-se que principalmente entre os jovens e aqueles com idade acima de 50 anos é que se destacam os maiores percentuais. Ou seja, do total de pessoas com deficiência que não trabalhavam, 25,91% estavam na faixa de 13 a 24 anos e 23,96% na faixa de 50 a 60 anos, totalizando um percentual de 49,87%.

Tabela 5. 2

Portadores de Deficiência segundo situação de trabalho e faixa etária.

Situação de Trabalho	Faixa etária (em anos)										Total			
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60					
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Trabalha	141	16,69	92	10,89	246	29,11	200	23,67	163	19,29	3	0,36	845	100
Não Trabalha	704	25,91	276	10,16	483	17,78	581	21,38	651	23,96	22	0,81	2717	100
Não responderam	3	25,00	2	16,67	1	8,33	3	25,00	2	16,67	1	8,33	12	100
Total	848	23,73	370	10,35	730	20,43	784	21,94	816	22,83	26	0,73	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos.

No que diz respeito à profissão declarada, a pesquisa permitiu extrair as informações que se encontram na Tabela 5.3. Conforme se verifica, do total de 3574 PPDs, registrou-se que apenas 2131 declararam a sua profissão. Entre as respostas, destacamos as profissões que apresentaram maior incidência: *Auxiliar* (9,20%), *Doméstica* (8,02%), *Serviços Gerais* (7,98%), *Vendedor* (4,55%) e *Motorista* (3,94%).

Ainda de acordo com a resposta dos entrevistados, as profissões que apresentaram baixa incidência foram agrupadas no quesito *Outras Profissões*, que registrou um percentual de 42,42% em relação ao total das respostas obtidas.

Tabela 5. 3

Portadores de Deficiência segundo profissão declarada

Profissão Principal	Número	%
Auxiliar ¹	196	9,20
Doméstica	171	8,02
Serviços Gerais ²	170	7,98
Vendedor ³	97	4,55
Motorista	84	3,94
Costureira	60	2,82
Técnico ⁴	51	2,39
Vigilante	47	2,21
Professor	44	2,06
Servente	38	1,78
Atendente ⁵	35	1,64
Cozinheira	34	1,60
Mecânico	34	1,60
Pedreiro	33	1,55
Pintor	31	1,45
Diarista ⁶	28	1,31
Secretária	28	1,31
Comerciante	23	1,08
Merendeira	23	1,08
Outras Profissões	904	42,42
Total	2131	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

1- Inclui auxiliar de: administração, costura, cozinha, farmácia, limpeza, mecânica, gráfica, escritório, saúde, velório, sapataria, pintor, mecânico, estoque, dentre outros.

2- Inclui serviços gerais de: produção, escritório, limpeza, braçal, oficina, dentre outros.

3-Inclui vendedor de: livro, ambulante, passes, adesivos, Avon, picolé, carnê, roupas, calçados, bijuterias, produtos de limpeza e outros.

4- Inclui técnico de: enfermagem, bancário, telefonia, previdência, edificações, esportes, manutenção industrial, fogão, agrícola, contabilidade, sistema, eletrônica, dentre outros.

5- Inclui atendente de: enfermagem, escritório, comercial, administrativo, vendas.

6- Inclui diarista, como: passadeira, arrumadeira e faxineira.

Ao classificar o total de PPDs em relação à situação de trabalho e escolaridade, observa-se que a maioria que trabalhava declarou possuir o 1º Grau Incompleto/Fundamental e 2º Grau Completo/ Médio, correspondendo aos percentuais de 39,64% e 22,60%, respectivamente.

Quando se analisa a escolaridade das PPDs que não trabalhavam tem-se que a maioria apresenta baixa escolaridade. Ou seja, 25,61% declaram não possuir nenhuma escolaridade (não lê e não escreve ou apenas lê e escreve, sem escolaridade) e 50,20% possuíam apenas o 1º Grau Incompleto/Fundamental (Tabela 5.4).

Tabela 5.4

Portadores de Deficiência segundo escolaridade e situação de trabalho.

Escolaridade	Trabalha		Não trabalha		Não responderam		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Não Lê e Não Escreve	46	5,44	584	21,49	-	-	630	17,63
Lê e Escreve (sem escolaridade)	11	1,30	112	4,12	-	-	123	3,44
1º Grau Incompleto/ Fundamental	335	39,64	1364	50,20	8	66,67	1707	47,76
1º Grau Completo/ Fundamental	82	9,70	157	5,78	2	16,67	241	6,74
2º Grau Incompleto/ Médio	89	10,53	180	6,62	-	-	269	7,53
2º Grau Completo/ Médio	191	22,60	207	7,62	-	-	398	11,14
Superior Incompleto	34	4,02	36	1,32	-	-	70	1,96
Superior Completo	29	3,43	19	0,70	-	-	48	1,34
Pós- Graduação	18	2,13	3	0,11	-	-	21	0,59
Outro	5	0,59	34	1,25	-	-	39	1,09
Não responderam	5	0,59	21	0,77	2	16,67	28	0,78
Total	845	100	2717	100	12	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Considerando que os dados obtidos na pesquisa permitiram quantificar, dentro do total de PPDs, a população que trabalha e a que não trabalha, as análises seguintes serão dedicadas a traçar o perfil do portador de deficiência que *não trabalha* para, posteriormente se analisar informações referente àqueles que *trabalham*. Por fim, será retomada a análise de outros dados referentes à totalidade dos portadores de deficiência pesquisados.

Diante de um cenário no qual a maioria dos entrevistados que declarou *não trabalhar* está concentrada principalmente nas categorias *sem nenhuma escolaridade* e *1º Grau Incompleto/Fundamental*, cabe verificar em que faixa etária se encontrava. Assim, conforme Tabela 5.5, quando se distribui o total de 2717 PPDs que declararam não trabalhar, segundo escolaridade e faixa etária, verifica-se que dos 587 que afirmaram não possuir nenhuma escolaridade (não lê e não escreve ou apenas lê e escreve, sem escolaridade) destaca-se uma maior concentração de pessoas nas faixas de 13 a 24 anos e 50 a 60, ou seja, 32,53% e 20,55% respectivamente. Essas duas faixas conjuntamente representam 53,08% de pessoas sem possuir nenhuma escolaridade. Dos que declararam ter apenas o *1º Grau Incompleto/Fundamental* (1364), observa-se que 24,34% se concentram na faixa de 13 a 24 anos e 28,37% na faixa de 50 a 60 anos de idade, perfazendo um total de 52,71% nestas duas faixas de idade.

Tabela 5.5Portadores de Deficiência que *não trabalham* segundo escolaridade e faixa etária.

Escolaridade	Faixa etária (em anos)										Total			
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60					
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Não Lê e Não Escreve	190	32,53	66	11,30	106	18,15	99	16,95	120	20,55	3	0,51	584	100
Lê e Escreve(sem escolaridade)	28	25,00	11	9,82	18	16,07	23	20,54	29	25,89	3	2,68	112	100
1º Grau Incompleto/ Fundamental	332	24,34	105	7,70	209	15,32	320	23,46	387	28,37	11	0,81	1364	100
1º Grau Completo/ Fundamental	19	12,10	16	10,19	34	21,66	44	28,03	41	26,11	3	1,91	157	100
2º Grau Incompleto/ Médio	76	42,22	23	12,78	34	18,89	30	16,67	17	9,44	-	-	180	100
2º Grau Completo/ Médio	29	14,01	39	18,84	60	28,99	44	21,26	34	16,43	1	0,48	207	100
Superior Incompleto	7	19,44	6	16,67	12	33,33	5	13,89	6	16,67	-	-	36	100
Superior Completo	-	-	4	21,05	2	10,53	8	42,11	5	26,32	-	-	19	100
Pós - Graduação	1	33,33	1	33,33	-	-	1	33,33	-	-	-	-	3	100
Outro	15	44,12	3	8,82	6	17,65	2	5,88	7	20,59	1	2,94	34	100
Não Responderam	7	33,33	2	9,52	2	9,52	5	23,81	5	23,81	-	-	21	100
Total	704	25,91	276	10,16	483	17,78	581	21,38	651	23,96	22	0,81	2717	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos.

Analisando as informações referentes às PPDs que declararam *não trabalhar* quanto ao tempo que não trabalham, os dados apontam, conforme Tabela 5.6, que do total de 2717 PPDs identifica-se que 40,26% são pessoas que afirmaram que nunca trabalharam e que 41,11% declararam que há mais três anos não trabalham, totalizando um percentual de 81,37% nestas duas condições. Ou seja, o não acesso das PPDs ao mercado de trabalho, pelo fato de nunca terem trabalhado ou por estarem um longo tempo sem trabalho, evidencia as dificuldades de inserção destas pessoas no mercado de trabalho.

Tabela 5. 6Portadores de Deficiência que *não trabalham* quanto ao tempo que não trabalha segundo o sexo.

Tempo que Não Trabalha	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Nunca trabalhou	567	42,76	527	37,89	1094	40,26
Há menos de 6 meses	63	4,75	78	5,61	141	5,19
De 6 meses a 1 ano	54	4,07	51	3,67	105	3,86
Mais de 1 ano a 2 anos	32	2,41	74	5,32	106	3,90
Mais de 2 anos a 3 anos	66	4,98	86	6,18	152	5,59
Há mais de 3 anos	543	40,95	574	41,27	1117	41,11
Não Responderam	1	0,08	1	0,07	2	0,07
Total	1326	100	1391	100	2717	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Entretanto, a Tabela 5.7 evidencia um outro cenário no qual 40,31% das PPDs que não trabalhavam declararam nunca terem procurado trabalho e, entre as que procuraram trabalho, 38,18% o fizeram há mais de um ano. Ou seja, quando se analisa o mercado de trabalho, nesta pesquisa, pelo lado da procura por trabalho, nota-se que atualmente há pouca pressão dessas PPDs sobre este mercado.

Tabela 5. 7

Portadores de Deficiência que *não trabalham* quanto ao tempo de procura por trabalho segundo o sexo.

Tempo de Procura Por Trabalho	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Nunca procurou	599	45,17	605	43,49	1204	44,31
Há menos de 3 meses	149	11,24	167	12,01	316	11,63
De 3 a 6 meses	31	2,34	41	2,95	72	2,65
Mais de 6 meses a 1 ano	35	2,64	27	1,94	62	2,28
Há mais de 1 ano	499	37,63	537	38,61	1036	38,13
Não Responderam	13	0,98	14	1,01	27	0,99
Total	1326	100	1391	100	2717	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Quando se fala da pouca pressão exercida pelas PPDs sobre o mercado de trabalho é importante se ater aos motivos que influenciam esta postura, alguns deles explicitados na Tabela 5.8.

Portanto, ao se analisar as PPDs que não trabalhavam quanto ao motivo, identifica-se uma realidade onde os destaques são: 57,12% afirmaram “não trabalhar porque a deficiência o impede”, 14,17% declararam “querer trabalhar, mas não encontrou trabalho” e finalmente 9,64% responderam “quer trabalhar, mas não procurou trabalho”.

Enquanto isso, apenas 5,96% dos que não trabalhavam afirmaram “não querer trabalhar”; 4,20% “não trabalha para não perder o benefício”; 5,01% afirmaram que “encontrou trabalho, mas não foi aceito” e finalmente 1,99% declararam “querer trabalhar, mas a família não permite”.

Tabela 5.8Portadores de Deficiência que *não trabalham* quanto ao motivo segundo o sexo.

Motivo	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Não quer trabalhar	98	7,39	64	4,60	162	5,96
A deficiência o impede	737	55,58	815	58,59	1552	57,12
Não quer perder o benefício	36	2,71	78	5,61	114	4,20
Encontrou trabalho, mas não foi aceito	64	4,83	72	5,18	136	5,01
Quer trabalhar, mas não procurou trabalho	131	9,88	131	9,42	262	9,64
Quer trabalhar, mas a família não permite	40	3,02	14	1,01	54	1,99
Quer trabalhar, mas não encontrou trabalho	194	14,63	191	13,73	385	14,17
Não Responderam	26	1,96	26	1,87	52	1,91
Total	1326	100	1391	100	2717	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

A seguir o destaque é para as informações referentes ao total de PPDs que trabalhavam (845) na data da pesquisa. Conforme Tabela 5.9, quando se distribui esse total segundo faixa etária, verifica-se que a maioria que declarou possuir o *1º Grau Incompleto/Fundamental* e *2º Grau Completo/ Médio*, correspondendo a um total de 526 pessoas (62,25%), se concentravam principalmente nas faixas entre 30 e 60 anos. Ou seja, do total que declarou possuir o *1º Grau Incompleto/ Fundamental*, 26,57% se concentravam na faixa de 30 a 39 anos e 27,16%, na faixa de 50 a 60 anos. Já aqueles que declararam possuir *2º Grau Completo/ Médio*, o destaque é para os 29,32% que se concentravam na faixa de idade de 30 a 39 anos e para 25,13% que se encontravam na faixa de 40 a 49 anos.

Tabela 5.9Portadores de Deficiência que *trabalham* segundo escolaridade e faixa etária.

Escolaridade	Faixa etária (em anos)										Total	
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Não Lê e Não Escreve	4	8,70	3	6,52	8	17,39	10	21,74	19	41,30	2	4,35
Lê e Escreve (sem escolaridade)	-	-	2	18,18	3	27,27	3	27,27	3	27,27	-	-
1º Grau Incompleto/ Fundamental	58	17,31	15	4,48	89	26,57	81	24,18	91	27,16	1	0,30
1º Grau Completo/ Fundamental	11	13,41	4	4,88	29	35,37	23	28,05	15	18,29	-	-
2º Grau Incompleto/ Médio	33	37,08	15	16,85	25	28,09	13	14,61	3	3,37	-	-
2º Grau Completo/ Médio	29	15,18	36	18,85	56	29,32	48	25,13	22	11,52	-	-
Superior Incompleto	2	5,88	7	20,59	15	44,12	6	17,65	4	11,76	-	-
Superior Completo	2	6,90	8	27,59	7	24,14	9	31,03	3	10,34	-	-
Pós- Graduação	1	5,56	2	11,11	8	44,44	6	33,33	1	5,56	-	-
Outro	1	20,00	-	-	3	60,00	-	-	1	20,00	-	-
Não Responderam	-	-	-	-	3	60,00	1	20,00	1	20,00	-	-
Total	141	16,69	92	10,89	246	29,11	200	23,67	163	19,29	3	0,36
											845	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos

As informações obtidas junto às PPDs no quesito *Ocupação Principal* declarada estão contidas na Tabela 5.10 e expressam a atividade principal que o entrevistado estava desempenhando no momento da pesquisa.

Do total de 845 pessoas que responderam estar trabalhando, 833 declararam a sua ocupação principal, e apenas 12 não responderam ou não souberam responder.

A partir das respostas obtidas nesse quesito, registraram-se as ocupações mais freqüentes, e dentre elas destacam-se: *Auxiliar* (13,93%), *Serviços Gerais* (5,76%), *Doméstica* (4,8%), *Técnico* (4,44%) e *Vendedor* (4,32%).

Tabela 5. 10

Portadores de Deficiência que *trabalham* segundo ocupação principal

Ocupação Principal	Número	%
Auxiliar ¹	116	13,93
Serviços Gerais ²	48	5,76
Doméstica	40	4,80
Técnico ³	37	4,44
Vendedor ⁴	36	4,32
Professor	28	3,36
Operador ⁵	26	3,12
Vigilante	24	2,88
Comerciante	17	2,04
Administrativo ⁶	16	1,92
Bicos	16	1,92
Porteiro	16	1,92
Secretária	16	1,92
Costureira	14	1,68
Diarista ⁷	14	1,68
Telefonista	14	1,68
Cobrador ⁸	13	1,56
Merendeira	11	1,32
Mecânico	10	1,20
Pedreiro	10	1,20
Servente	9	1,08
Outras Ocupações	302	36,25
Total	833	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

1- Inclui auxiliar de: administração, costura, cozinha, farmácia, limpeza, mecânica, gráfica, escritório, saúde, velório, sapataria, pintor, mecânico, estoque, dentre outros.

2- Inclui serviços gerais de: produção, escritório, limpeza, braçal, oficina, dentre outros.

3- Inclui técnico em: enfermagem, bancário, telefonia, previdência, edificações, esportes, manutenção industrial, fogão, agrícola, contabilidade, sistema, eletrônica, dentre outros

4- Inclui vendedor de: livro, ambulante, passes, adesivos, Avon, picolé, carnê, roupas, calçados, bijuterias, produtos de limpeza e outros.

5- Inclui operador de: máquinas, telemarketing, caixa, bomba, dentre outros.

6- Inclui administrativo em : escritório, indústria ,vendas.

7- Inclui diarista: passadeira, arrumadeira, faxineira.

8- Inclui cobrador de: lojas, escritório, farmácia, ônibus, carnê, dentre outros.

Além das ocupações identificadas na Tabela 5.10, outras ocupações também foram citadas. No entanto, pela baixa freqüência com que apareceram, foram agrupadas em *Outras Ocupações*, e representou, 36,25% das respostas.

Quando se considera o total de PPDs quanto ao município onde trabalhavam, conforme Tabela 5.11, verifica-se que a maioria deles trabalham em Uberlândia, ou seja, de um total de 845 PPDs que declararam trabalhar, 828 trabalhavam em Uberlândia, o que corresponde a 97,99%. Outros municípios mineiros e de outros estados foram citados como local de trabalho, porém a participação relativa deles se mostrou pouco significativa.

Tabela 5. 11

Portadores de Deficiência segundo município onde trabalham.

Município	Número	%
Uberlândia - MG	828	97,99
Catalão - GO	1	0,12
Indaiatuba - SP	1	0,12
Monte Carmelo - MG	1	0,12
Patros de Minas - MG	1	0,12
Uberaba - MG	1	0,12
Uberlândia - MG e Itumbiara - GO	1	0,12
Uberlândia - MG e Monte Alegre - MG	1	0,12
Vitória - ES	1	0,12
São Paulo - SP/ Rio de Janeiro - RJ e Outras Cidades	1	0,12
Diversos municípios	2	0,24
Não Responderam	6	0,71
Total	845	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Segundo dados constantes na Tabela 5.12, ao analisar o total PPDs quanto às horas trabalhadas e sexo, observa-se que 541 afirmavam trabalhar até 44 horas por semana, correspondendo a 64,02%, e dentre estes 68,63% são mulheres e 60,38% são homens. Entretanto, percentual expressivo de portadores de deficiência afirmou trabalhar além da carga horária determinada pela CLT, ou seja, 32,43% do total pesquisado cumpriam jornada de trabalho acima de 44 horas e dentre estes 29,76% são mulheres e 34,53% são homens.

Tabela 5.12

Portadores de Deficiência quanto às horas trabalhadas, por semana, segundo o sexo.

Horas Trabalhadas Por Semana	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Até 44 Horas Semanais	256	68,63	285	60,38	541	64,02
Acima de 44 Horas Semanais	111	29,76	163	34,53	274	32,43
Não Responderam	6	1,61	24	5,08	30	3,55
Total	373	100	472	100	845	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

De acordo com a Tabela 5.13, ao relacionar as PPDs que trabalhavam distribuída segundo posição na ocupação e sexo, verifica-se que a maioria das pessoas ocupadas se concentravam nas categorias de *Empregado com Carteira* (38,82%), *Conta Própria/Ambulante* e *Autônomo* (19,77%) e *Funcionário Público* (14,67%), significando que 73,26% do total estavam nestas categorias de ocupações. Do total de mulheres que declararam trabalhar, destaca-se uma maior concentração de mulheres com vínculo formal, ou seja, 37,27% eram empregadas *com carteira* e 19,03% eram *Funcionárias Públicas*. Entre o total de homens que trabalhavam, destaca-se que a maioria se situava nas categorias *Empregado com Carteira* (40,04%) e *Conta Própria/Autônomo* (19,28%).

Tabela 5. 13

Portadores de Deficiência que *trabalham* quanto à posição na ocupação segundo o sexo.

Posição na Ocupação	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Conta própria/ Ambulante	6	1,61	15	3,18	21	2,49
Conta própria/Autônomo	55	14,75	91	19,28	146	17,28
Empregado c/ carteira	139	37,27	189	40,04	328	38,82
Empregado s/ carteira	50	13,40	49	10,38	99	11,72
Empregador	1	0,27	3	0,64	4	0,47
Eventual (“bico”)	23	6,17	40	8,47	63	7,46
Funcionário Público	71	19,03	53	11,23	124	14,67
Temporário c/ contrato	14	3,75	8	1,69	22	2,60
Temporário s/ contrato	10	2,68	18	3,81	28	3,31
Não Responderam	4	1,07	6	1,27	10	1,18
Total	373	100	472	100	845	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Considerando que na distribuição das PPDs segundo posição na ocupação, a maioria se concentra nas categorias *Conta Própria/Autônomo*, *Empregado com Carteira* e *Funcionário Público*, verifica-se que ao relacioná-los às respectivas faixas etárias, a maior

concentração deles ocorre principalmente em idade igual ou superior a 30 anos. Ou seja, do total de PPDs que trabalhavam como *Conta Própria/ Autônomo*, a maioria (60,27%) tinha idade entre 40 e 60 anos e, nas categorias de *Empregado com Carteira* e *Funcionário Público*, pode-se afirmar que a concentração por faixa etária apresenta o mesmo comportamento, quando os dados mostram que a maioria dos ocupados, 53,05% e 62,80% respectivamente, se concentram nas faixa de idade de 30 a 49 anos (Tabela 5.14).

Tabela 5. 14

Portadores de Deficiência que *trabalham* segundo posição na ocupação e faixa etária.

Posição na Ocupação	Faixa etária (em anos)										Total	
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Conta própria/ Ambulante	2	9,52	1	4,76	6	28,57	2	9,52	9	42,86	1	4,76
Conta própria/Autônomo	12	8,22	11	7,53	35	23,97	45	30,82	43	29,45	-	-
Empregado c/ carteira	72	21,95	50	15,24	101	30,79	73	22,26	32	9,76	-	-
Empregado s/ carteira	24	24,24	9	9,09	33	33,33	15	15,15	18	18,18	-	-
Empregador	-	-	1	25,00	1	25,00	1	25,00	1	25,00	-	-
Eventual ("bico")	12	19,05	4	6,35	17	26,98	16	25,40	14	22,22	-	-
Funcionário Público	4	3,23	5	4,03	37	29,84	41	33,06	37	29,84	-	-
Temporário c/ contrato	7	31,82	5	22,73	5	22,73	2	9,09	3	13,64	-	-
Temporário s/ contrato	8	28,57	6	21,43	9	32,14	3	10,71	2	7,14	-	-
Não responderam	-	-	-	-	2	20,00	2	20,00	4	40,00	2	20,00
Total	141	16,69	92	10,89	246	29,11	200	23,67	163	19,29	3	0,36
											845	100

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência", CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos

Depois de tecer alguns comentários sobre as informações relacionadas às PPDs que, na data da pesquisa, declararam estarem ou não inseridas no mercado de trabalho, a seguir, conforme já anunciado, buscam-se analisar outras informações relacionadas à totalidade das PPDs que responderam o questionário completo.

Assim, considerando um total de 3574 PPDs, a pesquisa também levantou informações sobre as necessidades para acesso ao mercado de trabalho e estas informações foram respondidas e analisadas independente das condições de inserção no mercado de trabalho atual, ou seja, responderam a questão as PPDs que trabalhavam ou não no período da pesquisa.

É importante salientar que no quesito 5.11 do questionário, que tratava das necessidades para acesso ao mercado de trabalho, o entrevistado poderia dar sua opinião marcando mais de uma alternativa (ver anexo). Sendo assim, a tabela 5.15 foi

construída considerando a redistribuição da participação relativa das respostas no total das PPDs.

Portanto, segundo Tabela 5.15, do total de PPDs que responderam o questionário completo (3574), o destaque é para os 21,32% que afirmaram que, para ter acesso ao mercado de trabalho, seria necessário *melhorar a sua capacitação* (fazer cursos, treinamentos, etc.) e para os que 20,93% que consideravam ser necessário *melhorar a sua escolaridade*. Os demais declararam outras dificuldades, tais como: *diminuir o preconceito das empresas* (20,90%), *melhorar minha auto-estima* (6,30%), *maior acessibilidade* (3,78%), *melhorar o transporte na cidade* (3,78%) e finalmente tem-se que 21,74% citaram *outros motivos* para acesso ao mercado de trabalho. Dentre os outros motivos citados destaca-se, como exemplo: “ser a oferta de trabalho condizente com as suas limitações”, “tratar a deficiência”, etc.

Tabela 5. 15

Portadores de Deficiência segundo as necessidades para acesso ao mercado de trabalho.

Necessidades	Número	%
Melhorar minha capacitação	762	21,32
Melhorar meu nível de escolaridade	748	20,93
Diminuir o preconceito das empresas	747	20,90
Melhorar minha auto-estima	225	6,30
Maior acessibilidade	180	5,04
Melhorar o transporte na cidade	135	3,78
Outro Motivo	777	21,74
Total	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Quando se analisa o total das PPDs segundo situação de trabalho *antes* de adquirir a deficiência, observa-se que 57,47% não trabalharam antes da deficiência e que 40,82% trabalharam.

Mantendo a análise da situação de trabalho antes de adquirir a deficiência e relacionando-a com o sexo, verifica-se que, de um total de 1703 mulheres, 60,13% não trabalharam antes da deficiência e 37,99% trabalharam. Já entre o total de 1871 homens, percentual de 55,05% afirmaram não ter trabalhado antes da deficiência e 43,40% declararam ter trabalhado (Tabela 5.16).

Tabela 5. 16

Portadores de Deficiência quanto à situação de trabalho *antes* da deficiência segundo o sexo.

Situação de Trabalho	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Não Trabalhou	1024	60,13	1030	55,05	2054	57,47
Trabalhou	647	37,99	812	43,40	1459	40,82
Não responderam	32	1,88	29	1,55	61	1,71
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

No quesito *Ocupação Principal* antes da Deficiência a pesquisa registrou 1444 respostas. Os resultados obtidos constam na Tabela 5.17 e estão disponibilizados de acordo com as maiores freqüências. As ocupações mais citadas foram: *Serviços Gerais* (10,87%), *Doméstica* (10,53%), *Auxiliar* (7,76%) e *Motorista* (5,13%).

Tabela 5. 17

Portadores de Deficiência segundo ocupação principal *antes* da deficiência.

Ocupação Principal	Número	%
Serviços Gerais ¹	157	10,87
Doméstica	152	10,53
Auxiliar ²	112	7,76
Motorista	74	5,13
Pedreiro	53	3,67
Operador ³	47	3,26
Vendedor ⁴	47	3,26
Costureira	37	2,56
Servente	37	2,56
Cozinheira	35	2,42
Diarista ⁵	35	2,42
Vigilante	33	2,29
Pintor	25	1,73
Mecânico	22	1,52
Técnico ⁶	19	1,32
Secretária	18	1,25
Professor	16	1,11
Balconista	15	1,04
Comerciante	15	1,04
Outras Ocupações	495	34,28
Total	1444	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

1- Inclui serviços gerais de: produção, escritório, limpeza, braçal, oficina, dentre outros.

2- Inclui auxiliar de: administração, costura, cozinha, farmácia, limpeza, mecânica, gráfica, escritório, saúde, velório, sapataria, pintor, mecânico, estoque, dentre outros.

3- Inclui operador de: máquinas, telemarketing, caixa, bomba, dentre outros.

4- Inclui vendedor de: livro, ambulante, passes, adesivos, Avon, picolé, carnê, roupas, calçados, bijuterias, produtos de limpeza e outros.

5- Inclui diarista, como: passadeira, arrumadeira, faxineira.

6- Inclui técnico em: enfermagem, bancário, telefonia, previdência, edificações, esportes, manutenção industrial, fogão, agrícola, contabilidade, sistema, eletrônica, dentre outros

As demais ocupações que foram citadas na pesquisa no que diz respeito a esse quesito, e que não estão explicitadas na Tabela 5.17, estão contempladas em *Outras Ocupações*, e embora individualmente sejam pouco representativas, no conjunto representam 34,28% do total das respostas obtidas neste quesito.

Segundo tabela 5.18, ao se analisar o total das PPDs segundo situação de trabalho *depois* de adquirir a deficiência, pode-se observar que é expressivo o percentual de pessoas que afirmam não terem trabalhado depois de adquirir a deficiência. Ou seja, de um total de 3574 pessoas pesquisadas, 57,08% não trabalharam depois da deficiência e 41,21% declararam ter trabalhado.

Tabela 5. 18

Portadores de Deficiência quanto à situação de trabalho *depois* da deficiência segundo o sexo.

Situação de Trabalho	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Não Trabalhou	962	56,49	1078	57,62	2040	57,08
Trabalhou	714	41,93	759	40,57	1473	41,21
Não respondeu	27	1,59	34	1,82	61	1,71
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

A Tabela 5.19 retrata as informações sobre a ocupação principal que as PPDs declararam ter exercido depois que adquiriram a deficiência.

Nesse quesito foram obtidas 1434 respostas, das quais explicitamos as ocupações mais citadas. Ou seja, desse universo de respostas, destacamos as atividades de: Doméstica (10,04%); *Auxiliar* (9,76%); *Serviços Gerais* (7,81%) e *Vendedor* (7,18%), como as que tiveram a maior participação relativa entre os entrevistados que trabalharam *depois* da deficiência.

As demais ocupações que foram citadas na pesquisa, no que diz respeito a esse quesito, e que não constam na Tabela 5.19, pela sua baixa participação relativa, estão contempladas em *Outras Ocupações*, representando 29,36% do total das respostas neste quesito.

Tabela 5. 19
Portadores de Deficiência segundo ocupação principal *depois* da deficiência.

Ocupação Principal	Número	%
Doméstica	144	10,04
Auxiliar ¹	140	9,76
Serviços Gerais ²	112	7,81
Vendedor ³	103	7,18
Professor	47	3,28
Atendente ⁴	42	2,93
Bicos	32	2,23
Costureira	31	2,16
Operador ⁵	31	2,16
Vigilante	31	2,16
Cobrador ⁶	28	1,95
Pedreiro	28	1,95
Servente	26	1,81
Diarista ⁷	25	1,74
Porteiro	24	1,67
Secretária	23	1,60
Técnico ⁸	22	1,53
Comerciante	20	1,39
Instrutor	19	1,32
Motorista	19	1,32
Ajudante ⁹	17	1,19
Balconista	17	1,19
Cozinheira	16	1,12
Mecânico	16	1,12
Outras ocupações	421	29,36
Total	1434	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

1- Inclui auxiliar de: administração, costura, cozinha, farmácia, limpeza, mecânica, gráfica, escritório, saúde, velório, sapataria, pintor, mecânico, estoque, dentre outros.

2- Inclui serviços gerais ligados a: produção, escritório, limpeza, braçal, oficina, dentre outros.

3- Inclui vendedor de: livro, ambulante, passes, adesivos, Avon, picolé, carnê, roupas, calçados, bijuterias, produtos de limpeza e outros.

4- Inclui atendente de: enfermagem, escritório, comercial, administrativo, vendas.

5- Inclui operador de: máquinas, telemarketing, caixa, bomba, dentre outros.

6- Inclui cobrador de: lojas, escritório, farmácia, ônibus, carnê, dentre outros.

7- Inclui diarista como: passadeira, arrumadeira, faxineira.

8- Inclui técnico de: enfermagem, bancário, telefonia, previdência, edificações, esportes, manutenção industrial, fogão, agrícola, contabilidade, sistema, eletrônica, dentre outros.

9- Inclui ajudante de: cozinha, mecânico, geral, eletricista, padaria, pedreiro, trânsito, caminhão, dentre outros.

Outro destaque importante a se fazer, em relação aos dados da pesquisa, é mostrar a distribuição das PPDs, segundo o recebimento de benefícios. Os dados mostram que a maioria das pessoas com deficiência declarou que não recebia nenhum tipo de benefício (1939 pessoas), correspondendo a um percentual de 54,25%, sendo que, deste total, 1004 são mulheres e 935 são homens. É importante também fazer referência aos que receberam benefícios como aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, cuja participação relativa foi de 26,86% e 7,55%, respectivamente. Enquanto

isso, pode-se notar que aqueles que declararam receber outros benefícios, contavam com pequena participação relativa frente ao total dos pesquisados (Tabela 5.20).

Tabela 5.20

Portadores de Deficiência quanto ao recebimento de benefícios segundo o sexo.

Benefício	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Aposentadoria comum	21	1,23	24	1,28	45	1,26
Aposentadoria/invalidez	381	22,37	579	30,95	960	26,86
Bolsa -Escola	20	1,17	25	1,34	45	1,26
Pensão	89	5,23	58	3,10	147	4,11
Auxílio- doença	107	6,28	163	8,71	270	7,55
Seguro- desemprego	3	0,18	3	0,16	6	0,17
BPC	11	0,65	16	0,86	27	0,76
Outro benefício	67	3,93	68	3,63	135	3,78
Nenhum benefício	1004	58,95	935	49,97	1939	54,25
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Conforme Tabela 5.21, quando se analisa o total dos portadores de deficiência pesquisados quanto ao recebimento de benefício e faixa etária, observa-se que, entre os que afirmaram não receber nenhum benefício, a maioria se concentra na faixa de 13 a 24 anos e 30 a 39 anos, ou seja, 29,91% e 21,71%, respectivamente. Dentre os que responderam receber o benefício *aposentadoria por invalidez* nota-se que grande parte deles se concentravam nas faixas de idade de 40 a 60 anos, perfazendo um total de 61,77%. Finalmente, entre aqueles que afirmaram receber *auxílio-doença*, o destaque é verificar que a maior concentração ocorre principalmente nas faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos, ou seja, 28,15% e 22,96% respectivamente.

Tabela 5.21

Portadores de Deficiência quanto ao recebimento de benefício segundo faixa etária.

Benefício	Faixa etária (em anos)										Total	
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aposentadoria comum	4	8,89	3	6,67	4	8,89	8	17,78	25	55,56	1	2,22
Aposentadoria/invalidez	116	12,08	73	7,60	166	17,29	240	25,00	353	36,77	12	1,25
Bolsa- Escola	37	82,22	3	6,67	1	2,22	3	6,67	-	-	1	2,22
Pensão	28	19,05	13	8,84	22	14,97	39	26,53	45	30,61	-	-
Auxílio -doença	42	15,56	31	11,48	76	28,15	62	22,96	58	21,48	1	0,37
Seguro- desemprego	1	16,67	1	16,67	2	33,33	2	33,33	-	-	-	-
BPC	8	29,63	4	14,81	4	14,81	7	25,93	4	14,81	-	-
Outro benefício	32	23,70	14	10,37	34	25,19	27	20,00	27	20,00	1	0,74
Nenhum benefício	580	29,91	228	11,76	421	21,71	396	20,42	304	15,68	10	0,52
Total	848	23,73	370	10,35	730	20,43	784	21,94	816	22,83	26	0,73

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos.

Ao analisar a distribuição das PPDs quanto ao rendimento pessoal, observa-se que a maioria dos pesquisados que, na data da pesquisa, declarou receber algum tipo de rendimento, concentrou-se na faixa de rendimentos de até 2 salários mínimos⁷ (R\$520,00). Os dados mostram que do total de 3574 pesquisados, 53,50% percebiam até 1 salário mínimo (R\$260,00) e 18,27% de 1,01 a 2 salários mínimos. Somados esses dois contingentes, tem-se que mais da metade da população pesquisada, ou seja, 71,77% contavam com rendimentos de no máximo dois salários mínimos. Isso significa que parcela expressiva desse conjunto de pessoas, além de ter dificuldades de inserção no mercado de trabalho, também encontra dificuldades pelo lado da renda quando se observa que a maioria conta com rendimentos tão baixos (Tabela 5.22).

Quando se analisa o rendimento pessoal por sexo, verifica-se que do total de 1703 mulheres que responderam o questionário, 58,60% ganham até 1 salário mínimo e 15,74% ganham de 1,01 a 2 salários, perfazendo um total de 74,34% com até dois salários mínimos. No caso dos homens a realidade é um pouco diferente, ou seja, do total de 1871 homens, 48,85% recebem até 1 salário mínimo e 20,58% ganham de 1,01 a 2 salários, ou seja, embora o percentual que recebiam até 2 salários mínimos também seja alto (69,43%), é inferior ao percentual de mulheres nestas condições de rendimento.

Tabela 5.22

Portadores de Deficiência por rendimento pessoal e sexo (out/ 2004).

Rendimento (valores em R\$)	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Até 260	998	58,60	914	48,85	1912	53,50
260,01 a 520	268	15,74	385	20,58	653	18,27
Subtotal	1266	74,34	1299	69,43	2565	71,77
520,01 a 780	51	2,99	119	6,36	169	4,73
780,01 a 1300	30	1,76	98	5,24	128	3,58
1300,01 a 2600	10	0,59	28	1,50	38	1,06
Mais que 2600	2	0,12	3	0,16	6	0,17
Não Responderam	344	20,20	324	17,32	668	18,69
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

Embora seja pouco expressivo o percentual de pessoas recebendo rendimentos acima de 2 salários mínimos (apenas 9,54%), a Tabela 5.20 permite verificar que quando isto ocorre, a participação relativa dos homens neste tipo de recebimento é maior. Como exemplo pode-se citar que do total de 169 pessoas que recebem entre R\$520,01 a

⁷ Na data da pesquisa o valor do Salário Mínimo era de R\$260,00.

R\$780,00, 70,41% são homens, enquanto apenas 30,18% são mulheres. A tendência de maior participação relativa dos homens é semelhante também nas outras faixas com renda superior a R\$780,00.

Ao relacionar as PPDs segundo rendimento pessoal e faixa etária, cabe assinalar que aquelas com idade de 13 a 24 anos e de 50 a 60 anos contam com uma maior participação relativa nas duas faixas de menor rendimento (até R\$260,00 e de R\$260,00 a R\$520,00). Aqui pode-se ressaltar que são principalmente os jovens que se encontram em situação mais precária no que se refere à renda pessoal, quando 29,18% afirmaram perceber renda até um salário mínimo.

Tabela 5.23

Portadores de Deficiência por rendimento pessoal segundo faixa etária (out/ 2004).

Rendimento (valores em R\$)	Faixa etária (em anos)												Total	
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60		Outras Idades*			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Até 260	558	29,18	198	10,36	328	17,15	373	19,51	440	23,01	15	0,78	1912 100	
260,01 a 520	58	8,88	67	10,26	181	27,72	159	24,35	184	28,18	4	0,61	653 100	
Subtotal	616	24,02	265	10,33	509	19,84	532	20,74	624	24,33	19	0,741	2565 100	
520,01 a 780	9	5,33	10	5,92	51	30,18	51	30,18	48	28,40	-	-	169 100	
780,01 a 1300	5	3,88	9	6,98	29	22,48	51	39,53	35	27,13	-	-	129 100	
1300,01 a 2600	-	-	2	5,26	8	21,05	17	44,74	11	28,95	-	-	38 100	
Mais que 2600	-	-	1	20,00	2	40,00	1	20,00	1	20,00	-	-	5 100	
Não Responderam	218	32,63	83	12,43	131	19,61	132	19,76	97	14,52	7	1,05	668 100	
Total	848	23,73	370	10,35	730	20,43	784	21,94	816	22,83	26	0,727	3574 100	

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos.

Segundo dados da Tabela 5.24 é possível avaliar a renda familiar (que inclui o rendimento pessoal) dos entrevistados. A tendência dos baixos rendimentos verificados nos dados de renda pessoal também se configura na renda familiar. Neste quesito registra-se que 15,75% declararam ter renda familiar de até 1 salário mínimo (R\$260,00), 33,46% têm renda familiar de 1,01 a 2 salários mínimos e 23% têm renda familiar de 2,01 a 3 salários mínimos. Somados esses três contingentes, verifica-se que mais da metade da população pesquisada, ou seja, 72,22% contavam com renda familiar até três salários mínimos (R\$ 780,00) e, deste total, 75,81% são mulheres e 68,95% são homens. Isso demonstra que há uma maior concentração de PPDs em famílias com baixos rendimentos.

Tabela 5.24Portadores de Deficiência por renda familiar ¹ e sexo (out/ 2004).

Renda Familiar (em R\$)	Feminino		Masculino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Até 260	287	16,85	276	14,75	563	15,75
260,01 a 520	625	36,70	571	30,52	1196	33,46
520,01 a 780	379	22,25	443	23,68	822	23,00
Subtotal	1291	75,81	1290	68,95	2581	72,22
780,01 a 1300	226	13,27	322	17,21	548	15,33
1300,01 a 2600	61	3,58	128	6,84	189	5,29
Mais que 2600	19	1,12	19	1,02	38	1,06
Não Responderam	106	6,22	112	5,99	218	6,10
Total	1703	100	1871	100	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

(1) Inclui o rendimento do Portador de Deficiência.

Esse cenário de baixo rendimento familiar, quando analisado segundo faixa etária, pode ser destacado principalmente entre as pessoas acima de 40 anos e entre os mais jovens. Ou seja, do total de pessoas com deficiência que declararam contar com renda familiar de até 3 salários mínimos (R\$780,00), 22,05% se concentram na faixa de 13 a 24 anos; 22,47% na faixa de 40 a 49 anos e 24,56% na faixa de 50 a 60 anos, perfazendo um total de 69,08%.

Tabela 5.25Portadores de Deficiência quanto à renda familiar ¹ segundo faixa etária (out/ 2004).

Renda Familiar (em R\$)	Faixa etária (em anos)										Total			
	13 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 60					
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
Até 260	119	21,14	53	9,41	98	17,41	126	22,38	163	28,95	4	0,71	563	100
260,01 a 520	271	22,66	112	9,36	256	21,40	273	22,83	273	22,83	11	0,92	1196	100
520,01 a 780	179	21,78	87	10,58	172	20,92	181	22,02	198	24,09	5	0,61	822	100
Subtotal	569	22,05	252	9,76	526	20,38	580	22,47	634	24,56	20	0,775	2581	100
780,01 a 1300	139	25,36	61	11,13	119	21,72	123	22,45	103	18,80	3	0,55	548	100
1300,01 a 2600	45	23,81	24	12,70	42	22,22	44	23,28	34	17,99	-	-	189	100
Mais que 2600	21	55,26	5	13,16	7	18,42	4	10,53	1	2,63	-	-	38	100
Não Responderam	74	33,94	28	12,84	36	16,51	33	15,14	44	20,18	3	1,38	218	100
Total	848	23,73	370	10,35	730	20,43	784	21,94	816	22,83	26	0,73	3574	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

1- Inclui o rendimento do Portador de Deficiência.

* Este item inclui os entrevistados com idade inferior a 13 anos e também os que têm mais de 60 anos

Situação de pobreza da população portadora de deficiência pesquisada

A pobreza é um fenômeno cuja definição é reconhecidamente complexa, pois envolve carências diversas. Nesse sentido, a identificação da parcela da população em situação de pobreza tem gerado muitas discussões, sendo que não há consenso na literatura sobre a melhor forma de abordagem da pobreza.

Entretanto, a maior parte dos estudos aponta a renda como uma das variáveis mais importantes para separação entre os pobres e não pobres, pois numa economia capitalista com sistema de proteção social incompleto como o brasileiro, grande parte dos itens necessários ao bem-estar são adquiridos no mercado mediante o pagamento em moeda. Deve-se registrar, todavia, que a definição de pobreza utilizando a renda monetária é apenas um dos olhares possíveis sobre a pobreza.

Assim, para definir a subpopulação pobre segundo o enfoque da renda, utilizam-se duas operações. A primeira delas é a definição de um parâmetro comumente denominado *linha de pobreza*, e, o segundo, a separação entre os pobres e não pobres e sua agregação em indicadores (percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza, distância entre os pobres e a linha de pobreza etc.).

A definição da linha de pobreza é outro tema sobre o qual não há consenso na literatura sobre o assunto. Mas de uma forma geral calcula-se um valor que permita que o indivíduo possa satisfazer minimamente suas necessidades básicas tais como alimentação (considerando-se a definição da Organização Mundial de Saúde, de ingestão de 2400 calorias), transporte, educação, saúde e moradia. Esse valor é obtido a partir de pesquisas de preços regionais para definição da cesta de alimentos e da utilização de um componente – coeficiente de Engel⁸ – para as despesas não alimentares. Outra forma de calcular a linha de pobreza consiste em utilizar múltiplos do salário mínimo para separação dos pobres e não pobres.

Após a definição da linha de pobreza procede-se a comparação entre esse valor e a renda familiar *per capita*⁹. A escolha de um ou outro método depende da disponibilidade de dados sobre preços, despesas não alimentares e renda familiar.

⁸ Calculado com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE.

⁹ Somatório da renda de todos os membros da família dividido pelo número de membros.

No caso de Uberlândia, o CEPES dispõe de uma base de dados sobre os preços locais que permite o cálculo da cesta de alimentos, e o *coeficiente de Engel* também poderia ser obtido na POF realizada para Goiânia¹⁰. Entretanto, a informação sobre renda na pesquisa com os portadores de deficiência tem o salário mínimo como referência, o que impossibilita a utilização do primeiro método.

Dessa forma, para calcular o percentual de pobres enquanto insuficiência de renda entre as pessoas portadoras de deficiência pesquisadas, optou-se pela utilização de meio salário mínimo (R\$130,00) como *proxy* para a linha de pobreza. Deve-se registrar, nesse caso, que não há prejuízo para o cálculo de pobres, pois, considerando-se como linha de pobreza o valor monetário suficiente para a compra de uma cesta de alimentos com 2400 calorias e o gasto com outras despesas não alimentares (transporte, educação, saúde e aluguel), chega-se a um valor muito próximo à metade do salário mínimo vigente no período.

Portanto, conforme Tabela 5.26, quando se considera o total das PPDs, observa-se que 25% são consideradas pobres, significando que mais de 800 pessoas não auferem renda suficiente para a satisfação das suas necessidades básicas.

Tabela 5.26

Percentual de pessoas pobres com deficiência.

Situação	%
Não pobre	75,00
Pobre	25,00
Total	100

Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU.

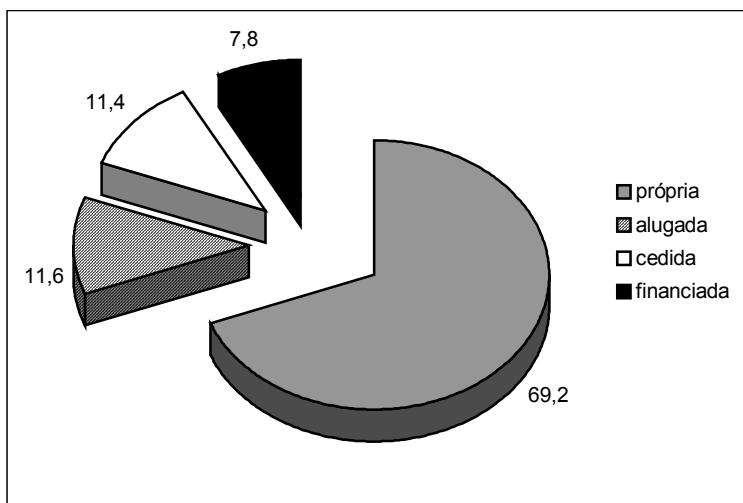
Uberlândia - MG, 2004.

A maioria dos pobres (69,2%) reside em habitações próprias, 11,6% pagam aluguel, 7,8% pagam financiamento e 11,4% residem em moradias cedidas (Gráfico 5.1). Neste sentido, entre os pobres, 30,8% possuem uma situação de incerteza em relação às condições de moradia, sendo que 23% têm que despesar parcela de sua renda, já baixa, para o pagamento de aluguel e financiamento habitacional.

¹⁰ Procedimento semelhante foi utilizado na pesquisa “Condições sócio-econômicas das famílias em Uberlândia”, realizada pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia e Prefeitura Municipal de Uberlândia em 2001.

Gráfico 5.1

Condições de habitação dos pobres com deficiência (%).



Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência", CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

O perfil dos pobres com deficiência mostra que, de acordo com a faixa etária, eles se concentram principalmente nas idades de 25 a 59 anos, correspondendo a 68,3% do total de pobres. Cerca de 52% são mulheres e mais da metade (53,3%) são negros ou pardos (Tabela 5.27).

Tabela 5.27

Perfil da subpopulação pobre portadora de deficiência.

Faixa Etária (em anos)	%
10 a 17 anos	14,5
18 a 24 anos	13,4
25 a 39	27,7
40 a 49	21,8
50 a 59	18,8
mais de 60	3,8
Total	100

Sexo	%
Feminino	51,9
Masculino	48,1
Total	100

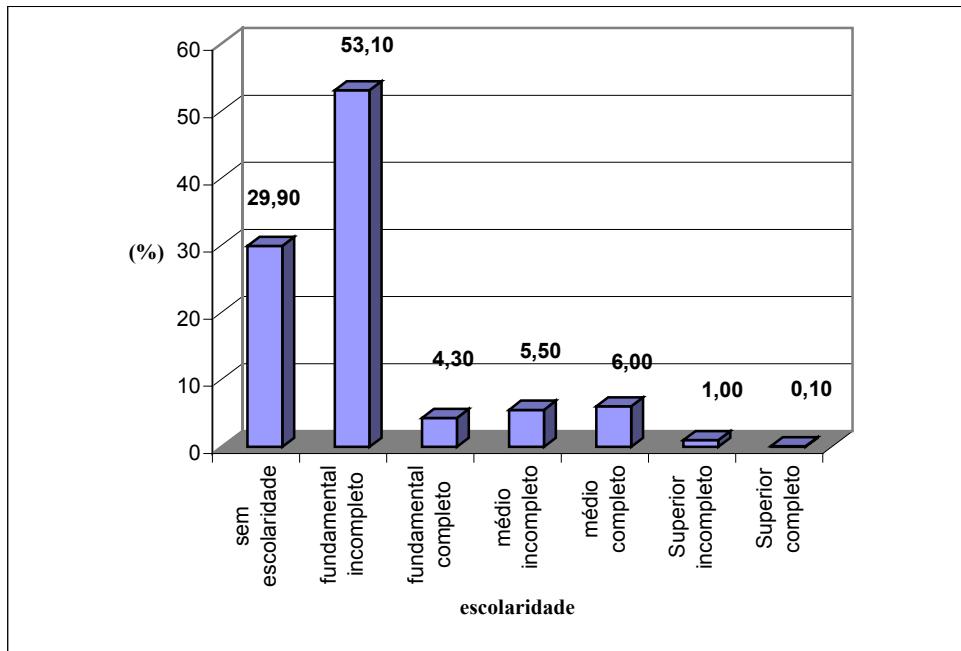
Cor ou Raça	%
Parda	33,9
Branca	45,5
Negra	19,4
Indígena	0,6
Amarela	0,6
Total	100

Fonte: Pesquisa "LIESPPDeficiência", CEPES/ IEUFU. Uberlândia - MG, 2004.

No que diz respeito à escolaridade, 53,1% dos pobres não chegaram a concluir o ensino fundamental, quase 30% não possuem escolaridade formal e apenas 0,1% obteve diploma de curso do ensino superior (ver Gráfico 5.2). Os dados sobre educação mostram a dificuldade de acesso das pessoas com deficiência e em situação de pobreza ao sistema educacional.

Gráfico 5.2

Percentual de pobres com deficiência segundo escolaridade.



Fonte: Pesquisa “LIESPPDeficiência”, CEPES/ IEUFU - Uberlândia – MG, 2004.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa e a construção de uma base de dados cadastral de parcela da população portadora de deficiência, no município de Uberlândia, concretiza a primeira fase de um projeto que não se encerra aqui, já que o universo dessa população é maior do que a parcela que apresentamos. Esse projeto tem como objetivo principal conhecer o perfil das Pessoas Portadoras de Deficiência (PPDs) em idade ativa, com vistas a subsidiar projetos de capacitação e de inserção destas pessoas no mercado de trabalho.

Nesse sentido, foi realizado um amplo trabalho de campo envolvendo visitas a 7006 portadores de deficiência com idade entre 13 a 60 anos, dos quais 257 responderam o questionário simplificado e 3574 deles responderam o questionário completo. Foram abordados diferentes aspectos visando traçar o perfil detalhado de cada pessoa com deficiência pesquisada, e os resultados obtidos permitem ir além das informações contidas nas bases censitárias das instituições oficiais que comumente fazem este levantamento.

Assim, no intuito de subsidiar qualitativamente tais informações é que dividimos a apresentação dos resultados por seção de acordo com os temas propostos no Questionário.

De maneira geral, os resultados apresentados na Seção 1 – *Informações Gerais sobre os domicílios* - sugerem que as PPDs estão em idade propícia para serem capacitadas e inseridas no mercado de trabalho formal, o que possibilitará, através de uma renda mensal garantida, contar com melhor qualidade de vida, inclusive podendo promover reformas e adaptações nos domicílios em que residem.

Apesar das PPDs residirem em moradias próprias, a maior parte dessas residências não possuem qualquer tipo de adaptação que garanta melhor qualidade de vida. As pessoas com necessidades diversificadas poderiam valer-se de sugestões arquitetônicas através de projetos desenvolvidos por órgãos públicos, como uma alternativa às famílias que possuem PPD e não têm renda suficiente para adaptarem suas moradias.

Como a maior parte das pessoas pesquisadas reside em bairros mais distantes, o sistema de transporte coletivo e adaptado às PPDs deve ser avaliado tanto pelos órgãos públicos responsáveis, como também pelas empresas de transporte. Nesse sentido, o objetivo principal é atender e servir com maior eficiência a população com necessidades diversificadas, com ênfase nas pessoas portadoras de deficiência física.

Os aspectos demográficos apresentados na Seção 2 destacaram que as PPDs encontram-se, em sua maioria, em idades superiores aos 30 anos, em quantitativos aproximados para homens e mulheres. As PPDs responsáveis pelos domicílios são, em maior parte, nascidos em outros municípios, enquanto que o maior contingente de filhos portadores de deficiência são de nascidos em Uberlândia.

Destacou-se, também, nessa Seção 2, que Uberlândia recebeu migrantes nascidos prioritariamente em outros municípios mineiros, pertencentes ao Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, ou em regiões próximas e que sofrem influência sócio-econômica de Uberlândia, como o sul do Estado de Goiás, Norte de São Paulo e Distrito Federal. Outras regiões mais distantes como o Estado da Bahia e Rio Grande do Norte forneceram migrantes portadores de deficiência, nascidos naqueles estados, e que certamente vieram em busca de melhor condição de vida. Vale destacar que a maior parte dos imigrantes chegaram a Uberlândia vindos diretamente dos estados em que nasceram, enquanto que uma parte menor realizou alguma etapa migratória em outros estados ou municípios mineiros antes de fixar residência em Uberlândia.

Quanto aos aspectos sobre o estado civil, raça ou cor declarada e o número de filhos com ou sem deficiência, os resultados mostraram que o maior contingente de PPDs são de solteiros, brancos, em menor parte com filhos. As PPDs casadas e brancas representam o segundo maior contingente e contam com o maior número de filhos. O percentual de filhos com deficiência em relação ao total de filhos é significativo tanto para as PPDs casados quanto para os solteiros.

Mostrou-se, também, que a maioria das PPDs estão freqüentando ou são cadastradas em alguma instituição especializada no atendimento à PPD. No entanto, expressivo número de PPDs encontram-se fora da rede de serviços que as instituições dedicadas às PPD podem oferecer.

Na Seção 3, relativa à escolaridade dos portadores de deficiência, a pesquisa apontou que a maioria dos entrevistados não estudava na data da pesquisa e apenas

uma pequena parcela dessa população freqüentava a escola, sendo que entre esses a maior parte se encontra na faixa etária de 13 a 24 anos. Foi possível também constatar que a maioria das PPDs não terminou o primeiro grau e que parcela significativa são consideradas analfabetas funcionais. Esses dados evidenciam uma baixa escolaridade da população pesquisada.

No que se refere à busca pela capacitação ou realização de cursos técnicos ou profissionalizantes, apenas uma pequena parcela das PPDs afirmaram possuir tais requisitos sendo que a maioria delas não fez ou não possuí nenhum curso. Essa informação permite, mais uma vez, requerer o envolvimento do poder público, agora na criação de condições de capacitação, fator determinante para futura inserção no mercado de trabalho, que é cada vez mais competitivo e exigente com as competências e habilidades.

Quanto às *informações sobre a deficiência* (Seção 4), constatou-se que, do total de entrevistados, a maior participação relativa foi dos portadores de deficiência física e, em seguida, dos portadores de deficiência mental. Aqueles com deficiência visual, múltipla ou auditiva tiveram participações menores.

A maioria das PPDs respondeu que adquiriu a deficiência, e isto aconteceu quando tinham mais de um ano de idade, principalmente na fase adulta (entre 19 e 54 anos). Esse quadro é, possivelmente, um reflexo da maior incidência de acidentes (de trabalho, de trânsito, etc.) e mesmo de acontecimentos violentos aos quais as pessoas se vêm submetidas em idade adulta.

Para realizarem atividades fora de casa, as PPDs afirmaram utilizar, principalmente, o ônibus comum. Poucos citaram o uso de ônibus adaptado e dos serviços van porta-a-porta e van passe livre.

Por isso, uma das principais dificuldades de acesso na cidade citada foi a falta de transporte adaptado. Em seguida, outras alternativas foram assinaladas: falta de rampas e de elevadores nos prédios, dificuldade de comunicação, falta de rampas nas esquinas, falta de banheiros adaptados, entre outras. Isto aponta para a necessidade de projetos que visem melhorar a acessibilidade das PPDs à vida na cidade, o que, em última instância, contribui para sua inserção como cidadãos.

Os resultados da pesquisa registrados na Seção 5, permitiram uma análise das condições de ocupação e renda das PPDs no mercado de trabalho. Destaca-se que de um total de 3574 pessoas pesquisadas, a maioria delas não trabalhava e apenas pequena

parcela respondeu que trabalhava. Dos que afirmaram não trabalhar na data da pesquisa, a maioria apresentava nenhuma ou baixa escolaridade, sendo que parcela significativa das PPDs que não trabalhavam possuíam apenas o 1º Grau Incompleto.

Embora se verifique que parte dos que não trabalhavam declararam nunca ter procurado trabalho e, entre os que procuraram trabalho, parte deles o fizeram há mais de um ano, é importante nos determos aos motivos que determinaram tal comportamento. Nesse sentido, parcela significativa das PPDs que não trabalhavam afirmaram “*não trabalhar porque a deficiência o impede*”. As demais declararam “*querer trabalhar, mas não encontrou trabalho*” e “*querer trabalhar mas não procurou trabalho*”.

Quando questionados sobre o que seria necessário para ter acesso ao mercado de trabalho, a maioria dos entrevistados afirmou ser a capacitação profissional e a escolaridade, e parcela deles declarou ser necessário diminuir o preconceito das empresas.

No que tange ao rendimento pessoal observa-se que a maioria dos pesquisados concentrou-se na faixa de rendimentos de até 2 salários mínimos. Essa tendência de baixos rendimentos também se configura na renda familiar, pois mais da metade da população pesquisada contavam com renda familiar de no máximo três salários mínimos, realidade esta ratificada quando analisamos a ocupação principal citada pelas PPDs. Nesse quesito, as ocupações mais freqüentes são aquelas com menor exigência e, portanto, com menor remuneração.

Assim, podemos registrar que significativa parcela dessas pessoas, além de enfrentarem extrema dificuldade de inserção no mercado de trabalho, também contam com rendimentos muito baixos.

Outro item que merece destaque e que se encontra dentro da Seção *Ocupação e Renda* é o da situação de pobreza das PPDs. Para essa análise considerou-se como um parâmetro o valor monetário da cesta básica calculada pelo CEPES/IEUFU.

Das PPDs, localizou-se expressivo número de pessoas pobres, com renda insuficiente para a garantia de suas necessidades básicas. Os não pobres representam o maior contingente de pessoas, no entanto, mesmo assim o nível de renda desta população é baixo, sugerindo-se que significativas necessidades destas PPDs não estão sendo atendidas.

Interessante destacar, e ao mesmo tempo é preocupante considerar que dos pobres, as mulheres e as pessoas com idades entre 25 a 39 anos formam o maior contingente com renda insuficiente para garantir sua sobrevivência.

As informações apresentadas sucintamente neste relatório resumem os principais resultados da pesquisa gerados pela Fase I do LIESPPDeficiência. Entretanto, a base de dados gerada com essa pesquisa permitirá conhecimento para além dos que aqui foram interpretados, dando possibilidade de subsidiar demandas da população portadora de deficiência residente no município de Uberlândia, e de influenciar decisões dos agentes públicos quanto às políticas necessárias à garantia de inserção desta população no mercado de trabalho e na busca da cidadania.

Além disso, os dados apresentados sugerem a necessidade de ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o restante da população portadora de deficiência, e da parcela de jovens e crianças que serão a futura população a buscar emprego, capacitação e assistência especializada.

Assim, a partir da pesquisa atual, de sua ampliação e geração de nova base de dados, por meio da realização da FASE II, pode-se oferecer o suporte às PPDs para o melhor conhecimento da realidade na qual estão inseridas, e, também, oferecer subsídios ao planejamento e desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes.

V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, D. C; NEDER, H. D. Pobreza nos anos 90: os efeitos da estabilização. In: **Gestão e Desenvolvimento**, Bragança Paulista, v. 5, n. 2, p. 11-26, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro:IBGE, 2000.

LEME, Heládio J.C. (org.). **Condições Sócio-Econômicas das Famílias de Uberlândia**. Relatório de Pesquisa. Uberlândia: IE e CEPES/UFU, 2001. 161p.

LESSA, C. et. al. **Pobreza e política social: exclusão nos anos 90**. Praga: Hucitec, n. 3, 1997.

NERI, Marcelo et al. **Retratos da Deficiência no Brasil (PPD)**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003. 250p.

ROCHA, S. **Estabelecimento e comparação das linhas de pobreza para o Brasil**. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1988. (Texto para discussão interna)

_____. **Poverty studies in Brazil: a review**., Rio de Janeiro: IPEA, 1996c. (Texto para discussão n.º 398)

_____. **A situação do Trabalho no Brasil**. Produção do DIEESE. São Paulo: DIEESE, 2001.

ROMÃO, M. C. **Pobreza: Conceito e Mensuração**. Brasília: IPEA, 1993. (Caderno de Economia n.º 13)

VI – ANEXO
Instrumento de coleta

ie

Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia

cepes

Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos
Econômicos - Sociais

**Levantamento de Informações Econômico - Sociais da População Portadora
de Deficiência no Município de Uberlândia - MG**

1 - CONTROLE DA PESQUISA				
1.1. Nome do entrevistador	→	1.2. Nº. do entrevistador		
↓				
1.3. Nº. do questionário	→	1.4. Nº. do supervisor:	→ 1.5. Data da entrevista / /2004	
↓				
1.6. Retorno previsto para / /2004	→	1.7. Retorno realizado em / /2004		
↓				
1.8. Entrevista	Realizada totalmente	Realizada parcialmente	Não realizada	
↓				
1.9. Se não realizada, justificativa	Entrevistado ausente	Recusa	Mudou-se	Outro
↓				
1.10. Total de questionários no domicílio:	Completo(s)	Simplificado(s)		

OBSERVAÇÕES:

2 - INFORMAÇÕES GERAIS				
2.1. Endereço: Rua/Avenida				2.2. Nº.
2.3. Complemento				2.4. Bairro
2.5. CEP				2.6. Telefone
2.7. E-mail				
2.8. Domicílio: Tipo	<input type="checkbox"/> Alvenaria	<input type="checkbox"/> Outro	2.9. Nº. de cômodos	
2.10. A residência é:	<input type="checkbox"/> Própria	<input type="checkbox"/> Financiada	<input type="checkbox"/> Alugada	<input type="checkbox"/> Cedida
2.11. Total de pessoas residentes no domicílio (incluindo crianças)	2.11.1. Homens	2.11.2. Mulheres		
2.12. Total de pessoas portadoras de deficiência no domicílio (incluindo crianças)	2.12.1. Homens	2.12.2. Mulheres		
2.13. RELAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NO DOMICÍLIO				
Nº. De ordem	Nome Completo	Sexo	Idade	Tipo de Deficiência (declarada)
2.14. Este domicílio possui alguma adaptação para o deficiente?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não		
2.15. Responsável pelas informações do questionário:	<input type="checkbox"/> o próprio portador de deficiência	<input type="checkbox"/> acompanhante	<input type="checkbox"/> parente próximo	<input type="checkbox"/> outro
Se não foi o portador	2.17. Motivo pelo qual o próprio portador de deficiência não respondeu o questionário:			
	<input type="checkbox"/> Não quis responder	<input type="checkbox"/> tinha dificuldades de se comunicar	<input type="checkbox"/> outro	
2.16. Nome do responsável pelas informações:				

Assin. Entrevistador _____

Assin. Supervisor _____

3 - IDENTIFICAÇÃO, ORIGEM, ESTADO CIVIL, RAÇA/COR E INSTITUIÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

3.1. Nº. do questionário → 3.2. Nº. De ordem:

3.3. Nome:

3.4. Data de Nascimento: 3.4.1. Mês: 3.4.2. Ano:

3.5. Qual a sua relação com a pessoa responsável pelo domicílio? Responsável pelo domicílio Neto(a), bisneto(a) Pensionista
 Cônjuge, companheiro (a) Irmão (ã) Empregado(a) doméstico(a)
 Filho (a), enteado (a) Outro parente Parente do(a) empregado(a)
 Pai, mãe, sogro (a) Agregado (a) Individual (Dom. Coletivo)

3.6. Nasceu neste município? Sim (Se sim pule para questão 3.12) Não

3.7. Se não, local de nascimento: 3.8. Estado:

3.9. Ano em que mudou para Uberlândia:

3.10. Município em que morava antes: 3.11. Estado:

3.12. Estado Civil : Solteiro Casado Viúvo Separado Outro

3.13. Tem filhos? Não Sim → 3.14. Se sim, quantos? → 3.15. Nº. de filhos com deficiência:

3.16. Sua raça ou cor é: Branca Preta/Negra Amarela Parda Indígena

3.17. Tem cadastro ou freqüenta alguma Associação/Instituição de Portadores de Deficiência? Sim Não

3.18. Se sim, qual? AADL ACAPED ADEVITRIM AFADA APAE APARU ASUL CERTO
 FUNDAÇÃO PRÓ LUZ CEEU NUCLEO SERVOS MARIA DE NAZARÉ AACD
 INST. INTEGRAR ESC. ESTADUAL NOVO HORIZONTE ADEVIUD OUTRA

4 - ESCOLARIDADE DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

4.1. Estuda? Sim Não → 4.2. Se não, qual série concluída? (Pule para questão 4.7)

4.3. Se sim, que curso frequenta? → 4.4. Série/Período?

4.5. Qual o município que estuda? → 4.6. Estado

4.7. Qual a escolaridade?
 Não lê e não escreve 1º Grau Completo/Fundamental Superior Incompleto
 Lê e escreve (sem escolaridade) 2º Grau Incompleto/Médio Superior Completo
 1º Grau Incompleto/Fundamental 2º Grau Completo/Médio Pós Graduação
 Outro _____

4.8. Tem computador em casa? Sim Não → 4.9. Faz uso de internet? Sim Não

4.10. Já fez algum curso técnico ou profissionalizante? Não (Pule para questão 4.14) Sim

4.11. Se sim, quais? (cite até 3 cursos)
 Escola Associação de moradores APAE APARU ASUL ADEVITRIM ADEVIUDI
 ADL ACAPED Instituto INTEGRAR SESI SENAI SENAC SENAT
 OUTRO _____

4.12. Onde fez os cursos?
 Escola Associação de moradores APAE APARU ASUL ADEVITRIM ADEVIUDI
 ADL ACAPED Instituto INTEGRAR SESI SENAI SENAC SENAT
 OUTRO _____

4.13. Em que ano fez o último curso?

4.14. Faz algum curso profissionalizante hoje? Não (Pule para questão 5.1) Sim

4.15. Se sim, quais? (cite até 3 cursos)
 Escola Associação de moradores APAE APARU ASUL ADEVITRIM ADEVIUDI
 ADL ACAPED Instituto INTEGRAR SESI SENAI SENAC SENAT
 OUTRO _____

4.16. Onde faz os cursos?
 Escola Associação de moradores APAE APARU ASUL ADEVITRIM ADEVIUDI
 ADL ACAPED Instituto INTEGRAR SESI SENAI SENAC SENAT
 OUTRO _____

5 - INFORMAÇÕES SOBRE A DEFICIÊNCIA

5.1. Tipo de deficiência:

Auditiva (caracterizada pela perda parcial ou total da possibilidade de ouvir, de falar ou de ambas) →

Física (deficiência que dificulta a locomoção ou o desempenho da função física) ←

Mental

Visual

Outra: _____

5.2. Em caso de deficiência auditiva, domina a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)?

Sim

Não

5.3. Em caso de deficiência física, citar o tipo ou extensão da seqüela:

<input type="checkbox"/> Um membro inferior	<input type="checkbox"/> Um membro superior e um inferior
<input type="checkbox"/> Dois membros inferiores	<input type="checkbox"/> Um membro superior e dois inferiores
<input type="checkbox"/> Um membro superior	<input type="checkbox"/> Dois membros superiores e dois inferiores
<input type="checkbox"/> Dois membros superiores	<input type="checkbox"/> Nenhuma das alternativas

5.4. Quanto à deficiência: Tem desde o nascimento Foi adquirida

5.5. Em que idade? Meses (antes de 1 ano de idade) ou ano(s)

5.6. Tem alguma deficiência mental permanente que limite as suas atividades habituais? (Como trabalhar, estudar, etc.) Sim Não

5.7. Como avalia a sua capacidade de enxergar? (Se utiliza óculos ou lentes de contato, faça sua avaliação quando os estiver utilizando)

<input type="checkbox"/> Incapaz	<input type="checkbox"/> Alguma dificuldade permanente
<input type="checkbox"/> Grande dificuldade permanente	<input type="checkbox"/> Nenhuma dificuldade

5.8. Como avalia a sua capacidade de ouvir? (Se utiliza aparelho auditivo, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)

<input type="checkbox"/> Incapaz	<input type="checkbox"/> Alguma dificuldade permanente
<input type="checkbox"/> Grande dificuldade permanente	<input type="checkbox"/> Nenhuma dificuldade

5.9. Como avalia a sua capacidade de caminhar? (Se utiliza prótese, bengala ou aparelho auxiliar, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)

<input type="checkbox"/> Incapaz	<input type="checkbox"/> Alguma dificuldade permanente
<input type="checkbox"/> Grande dificuldade permanente	<input type="checkbox"/> Nenhuma dificuldade

5.10. Como avalia a sua capacidade de subir escadas? (Se utiliza prótese, bengala ou aparelho auxiliar, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)

<input type="checkbox"/> Incapaz	<input type="checkbox"/> Alguma dificuldade permanente
<input type="checkbox"/> Grande dificuldade permanente	<input type="checkbox"/> Nenhuma dificuldade

5.11. Como avalia a sua capacidade de ficar e permanecer em pé? (Se utiliza prótese, bengala ou aparelho auxiliar, faça sua avaliação quando o estiver utilizando)

<input type="checkbox"/> Incapaz	<input type="checkbox"/> Alguma dificuldade permanente
<input type="checkbox"/> Grande dificuldade permanente	<input type="checkbox"/> Nenhuma dificuldade

5.12. Tem alguma das seguintes deficiências? (Assinale somente uma alternativa, priorizando a ordem apresentada)

<input type="checkbox"/> Paralisia permanente total	<input type="checkbox"/> Falta de perna, braço, mão, pé, dedo polegar.
<input type="checkbox"/> Paralisia permanente das pernas	<input type="checkbox"/> Nenhuma das enumeradas
<input type="checkbox"/> Paralisia permanente de um dos lados do corpo	

5.13. Sua deficiência requer algum aparelho de reabilitação?	<input type="checkbox"/> Não (questão 5.21)	<input type="checkbox"/> Não sabe (questão 5.21)	<input type="checkbox"/> Sim		
5.14. Se sim qual aparelho? (circule o aparelho considerado prioritário) <input type="checkbox"/> Aparelho Auditivo <input type="checkbox"/> Bengala <input type="checkbox"/> Muleta <input type="checkbox"/> Cadeira de Rodas <input type="checkbox"/> Aparelho Ortopédico <input type="checkbox"/> Lente especial <input type="checkbox"/> Prótese <input type="checkbox"/> Órtese <input type="checkbox"/> Outro					
5.15. Já possui o aparelho?	<input type="checkbox"/> Não (Pule para questão 5.20)	<input type="checkbox"/> Sim			
5.16. Se possui o aparelho, como adquiriu? <input type="checkbox"/> Comprou <input type="checkbox"/> Doação de Instituição <input type="checkbox"/> A família comprou <input type="checkbox"/> SUS <input type="checkbox"/> INSS <input type="checkbox"/> Você mesmo <input type="checkbox"/> Emprestado					
5.17. Qual o município de aquisição do aparelho?	5.17.1. Estado <input type="text"/>				
5.18. Estado de conservação do aparelho?	<input type="checkbox"/> Em condições de uso	<input type="checkbox"/> Sem condições de uso	<input type="checkbox"/> Não se aplica		
5.19. O aparelho está adequado às suas necessidades?	<input type="checkbox"/> Adequado	<input type="checkbox"/> Inadequado	<input type="checkbox"/> Não se aplica		
5.20. Se não possui o aparelho, qual motivo? <input type="checkbox"/> Não necessita <input type="checkbox"/> Dificuldade financeira <input type="checkbox"/> Não foi desenvolvido ainda <input type="checkbox"/> Não sabe onde adquirir <input type="checkbox"/> Não está disponível em Uberlândia <input type="checkbox"/> Outro					
5.21. Que tipo de transporte utiliza? <input type="checkbox"/> Ônibus adaptado <input type="checkbox"/> Táxi <input type="checkbox"/> Van particular <input type="checkbox"/> Não utiliza (Pule para questão 5.23) <input type="checkbox"/> Ônibus comum <input type="checkbox"/> Veículo próprio <input type="checkbox"/> Van (porta a porta) <input type="checkbox"/> Moto Táxi <input type="checkbox"/> Particular <input type="checkbox"/> Van (passe livre)					
5.22. Para qual finalidade utiliza transporte?	<input type="checkbox"/> Para todas as atividades fora de casa	<input type="checkbox"/> Trabalho	<input type="checkbox"/> Estudo	<input type="checkbox"/> Tratamento	<input type="checkbox"/> Lazer
5.23. Precisa de ajuda para sair de casa?	<input type="checkbox"/> Não (Pule para questão 5.26)			<input type="checkbox"/> Sim	
5.24 Se sim, quem ajuda? <input type="checkbox"/> Parente que mora no domicílio <input type="checkbox"/> Pessoa contratada <input type="checkbox"/> Parente que mora em outro local <input type="checkbox"/> Voluntário <input type="checkbox"/> Outro					
5.25. Como ajuda? <input type="checkbox"/> Dirigindo <input type="checkbox"/> Apoiando <input type="checkbox"/> Interpretando <input type="checkbox"/> Guiando <input type="checkbox"/> Carregando					
5.26. Quais as suas principais atividades de lazer?	<input type="checkbox"/> Cinema	<input type="checkbox"/> Clube	<input type="checkbox"/> Parque	<input type="checkbox"/> Participa de encontros na Associação	<input type="checkbox"/> Outro
5.27. Marque as três principais dificuldades de acesso na cidade: <input type="checkbox"/> Nenhuma dificuldade <input type="checkbox"/> Falta de transporte adaptado <input type="checkbox"/> Falta de elevadores nos ônibus <input type="checkbox"/> Dificuldade de comunicação <input type="checkbox"/> Falta de rampas nos prédios <input type="checkbox"/> Falta de elevadores nos prédios <input type="checkbox"/> Falta de sinal sonoro <input type="checkbox"/> Falta de rampas nas esquinas <input type="checkbox"/> Falta de banheiros adaptados <input type="checkbox"/> Outro					

6 - SITUAÇÃO DE TRABALHO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA					
6.1. Recebe algum benefício como: <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-start;"> <div style="flex: 1;"> <input type="checkbox"/> Nenhum <input type="checkbox"/> Aposentadoria comum (por idade, tempo de serviço) <input type="checkbox"/> Aposentadoria por invalidez <input type="checkbox"/> Pensão </div> <div style="flex: 1;"> <input type="checkbox"/> Auxílio Doença <input type="checkbox"/> Seguro desemprego <input type="checkbox"/> BPC (Benefício de Prestação Continuada) <input type="checkbox"/> Outro </div> </div>					
6.2. Qual a sua profissão?					
6.3. Trabalha? <input type="checkbox"/> Não (Se não pule para questão 6.8) <input type="checkbox"/> Sim					
6.4. Qual a sua ocupação principal?					
6.5. Município em que trabalha:					
6.6. Quantas horas trabalha por semana?					
6.7. Situação de trabalho: <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-start;"> <div style="flex: 1;"> <small>(Pule para questão 6.12)</small> <input type="checkbox"/> Empregado c/ carteira <input type="checkbox"/> Empregado s/ carteira <input type="checkbox"/> Empregador </div> <div style="flex: 1;"> <input type="checkbox"/> Conta própria/Autônomo <input type="checkbox"/> Conta própria / Ambulante <input type="checkbox"/> Funcionário público </div> <div style="flex: 1;"> <input type="checkbox"/> Temporário c/ contrato <input type="checkbox"/> Temporário s/ contrato <input type="checkbox"/> Eventual (bico) </div> </div>					
Se não trabalha...					
6.8. Há quanto tempo não trabalha? <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-start;"> <div style="flex: 1;"> <input type="checkbox"/> Nunca trabalhou <input type="checkbox"/> Há menos de 6 meses <input type="checkbox"/> De 6 meses a 1 ano </div> <div style="flex: 1;"> <input type="checkbox"/> Mais de 1 ano a 2 anos <input type="checkbox"/> Mais de 2 a 3 anos <input type="checkbox"/> Há mais de 3 anos </div> </div>					
6.9. Quando procurou trabalho ? <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-start;"> <div style="flex: 1;"> <input type="checkbox"/> Nunca procurou <input type="checkbox"/> Há menos de 3 meses <input type="checkbox"/> De 3 a 6 meses </div> <div style="flex: 1;"> <input type="checkbox"/> Mais de 6 meses a 1 ano <input type="checkbox"/> Há mais de 1 ano </div> </div>					
6.10. Qual o motivo de não estar trabalhando atualmente? <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: flex-start;"> <div style="flex: 1;"> <input type="checkbox"/> A deficiência o impede <input type="checkbox"/> Não quer trabalhar <input type="checkbox"/> Não quer perder o benefício <input type="checkbox"/> Encontrou trabalho, mas não foi aceito </div> <div style="flex: 1;"> <input type="checkbox"/> Quer trabalhar, procurou emprego, mas não encontrou <input type="checkbox"/> Quer trabalhar, mas a família não permite <input type="checkbox"/> Quer trabalhar mas não procurou trabalho </div> </div>					
6.10.1. Por que?					

6.11. Em sua opinião, o que seria necessário para você ter acesso ao mercado de trabalho? (Circule a principal alternativa.)

<input type="checkbox"/> Melhorar meu nível de escolaridade	<input type="checkbox"/> Melhorar minha capacitação (fazer cursos, treinamentos, etc.)
<input type="checkbox"/> Melhorar as condições de transporte na cidade	<input type="checkbox"/> Maior acessibilidade
<input type="checkbox"/> Diminuir o preconceito das empresas	<input type="checkbox"/> Melhorar minha auto-estima
<input type="checkbox"/> Outro	

6.12. Trabalhou antes de adquirir a deficiência? Não Sim

6.13. qual era a ocupação principal ANTES da deficiência?

6.13.1. Horas trabalhadas por semana?

6.14. Trabalhou depois de adquirir a deficiência? Não Sim

6.15. qual era a ocupação principal DEPOIS da deficiência?

6.15.1. Horas trabalhadas por semana?

6.16. Qual foi seu rendimento no mês de Outubro de 2004? R\$

6.17. Qual a renda total da família no mês de Outubro de 2004 (incluindo o seu rendimento)?

<input type="checkbox"/> Até R\$ 260,00 (até 1 SM)	<input type="checkbox"/> De R\$ 1300,01 a R\$ 2600,00 (de 5,01 SM a 10 SM)
<input type="checkbox"/> De R\$ 260,01 a R\$ 520,00 (de 1,01 SM a 2 SM)	<input type="checkbox"/> Maior de R\$ 2600,00 (mais de 10 SM)
<input type="checkbox"/> De R\$ 520,01 a R\$ 780,00 (de 2,02 SM a 3 SM)	<input type="checkbox"/> Não sabe / Não quis responder
<input type="checkbox"/> De R\$ 780,01 a R\$ 1300,00 (de 3,01 SM a 5 SM)	

6.18. Conhece algum portador de deficiência que mora próximo à sua residência? Sim Não

Se sim, anote no campo das observações o nome e o endereço do portador de deficiência conhecido.

OBSERVAÇÕES
